

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Érika Alves Martins

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COMO IDEOLOGIA A PARTIR DA
CONCEPÇÃO DE LUKÁCS: teleologia, causalidade e processo de trabalho
no serviço social

JUIZ DE FORA
2025

Érika Alves Martins

**PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COMO IDEOLOGIA A PARTIR DA
CONCEPÇÃO DE LUKÁCS:** teleologia, causalidade e processo de trabalho
no serviço social

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dra. Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras

JUIZ DE FORA
2025

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Alves Martins, Erika .

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COMO IDEOLOGIA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE LUKÁCS : teleologia, causalidade e processo de trabalho no serviço social / Erika Alves Martins. -- 2025.

182 p.

Orientador: Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social, 2025.

1. Serviço Social. 2. Projeto ético-político. 3. Ideologia. 4.
Ontologia do ser social. 5. Teleologia do trabalho. I. Aparecida Leite
Toffanetto Seabra Eiras, Alexandra , orient. II. Título.

Erika Alves Martins

PROJETO ÉTICO-POLÍTICO COMO IDEOLOGIA A PARTIR DA CONCEPÇÃO DE LUKÁCS: teleologia, causalidade e processo de trabalho no serviço social

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 29 de setembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof Dr Ronaldo Vielmi Fortes

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Luciana Gonçalves Pereira de Paula

Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Maria Carmelita Yazbek

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Profa Dra Maria Rosângela Batistoni

Universidade Federal de São Paulo

Juiz de Fora, 01/09/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra Eiras, Professor(a)**, em 06/10/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Goncalves Pereira de Paula, Chefe de Departamento**, em 07/10/2025, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 07/10/2025, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosangela Batistoni, Usuário Externo**, em 11/10/2025, às 06:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carmelita Yazbek, Usuário Externo**, em 13/11/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Uffj (www2.uffj.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2590262** e o código CRC **18570EFA**.

Aos meus pais...
ontem, hoje e sempre.
[...] *“é sobre saber que em algum
lugar alguém zela por ti”.*

AGRADECIMENTOS

Esta tese nasceu do encontro entre ação profissional cotidiana e o diálogo persistente com a pesquisa. Por isso, começo agradecendo a quem sustentou esse percurso.

À minha amiga e orientadora, professora Alexandra, pela escuta rigorosa, pela confiança de muitos anos e pelas perguntas certas na hora certa. Que sorte dividir com você a minha jornada nessa profissão e na vida.

À professora Rosângela, minha mestra e orientadora no mestrado: volto sempre para te ouvir. Suas orientações seguiram guiando este trabalho — pela combinação rara de rigor teórico, clareza metodológica e generosidade. Registro aqui meu carinho e reconhecimento a uma referência querida e decisiva no cenário do Serviço Social brasileiro.

À Professora Carmelita, pelo envolvimento atento, disponibilidade genuína e crítica generosa. Sua trajetória, vasta em obras e serviços prestados à profissão, é inspiração e parâmetro.

Ao professor Ronaldo, cujo espaço de sala de aula foi gatilho para que antigas inquietações ganhassem forma de problema de pesquisa. Conhecê-lo e ouvi-lo foi um dos grandes presentes desse doutorado.

À Luciana, pela disponibilidade e prontidão em assumir a tarefa de participar desse momento na banca.

Às amigas Edilaine, Vanessa e Letícia, parcerias com as quais divido o fazer profissional e a vida. Seguimos juntas para o que der e vier, sempre!

Ao IF Sudeste MG, por reconhecer a importância do tempo de estudo dos seus servidores e instituir uma política de capacitação profissional.

Aos meus pais, pelo sustento silencioso, pela ética do trabalho e pela esperança teimosa que me formaram.

Ao meu irmão, pela parceira certa em todos os momentos da vida.

Ao meu filho, que me acompanha desde a gestação neste doutorado: pela alegria que reorganizou meu tempo, pelas pausas necessárias que lembraram a finalidade pública do cuidado, pela presença que deu sentido novo às páginas escritas nas madrugadas. Este texto também é teu.

Ao meu marido, companheiro de jornada, pelo apoio e cuidado.

Por fim, assumo que onde houver excesso, ele é meu; onde houver acerto, é obra coletiva. Que as páginas que seguem devolvam, em forma de método, a confiança que recebi ao longo do caminho.

“Se muito vale o já feito
Mais vale o que será
O que foi feito
É preciso conhecer
Para melhor prosseguir
Falo assim sem tristeza
Falo por acreditar
Que é cobrando o que fomos
Que nós iremos crescer
Outros outubros virão
Outras manhãs plenas de sol e de luz”
Milton Nascimento

RESUMO

A tese investiga o projeto ético-político do Serviço Social como ideologia na acepção lukacsiana. Parte da hipótese de que esse projeto – forjado na ruptura com o tradicionalismo — é um pôr teleológico secundário orientado à condução de comportamentos, situado na superestrutura como forma ideológica histórica. O Capítulo 1, dedica-se ao par conceitual ideal/ideologia e o trabalho como pôr teleológico. Discute teleologia primária/secundária e formas específicas de ideologia, preparando a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política como base histórico-ontológica da profissão. O Capítulo 2 recompõe a trajetória brasileira: gênese conservadora, erosão sob a ditadura e deslocamentos que abrem a virada crítica (laicização, pluralismo, Reconceituação, experiência de Belo Horizonte) até os marcos dos anos 1990 (Código/1993, Lei 8.662/1993, Diretrizes/1996). O Capítulo 3 sistematiza o projeto como ideologia crítica que condensa valores emancipatórios e orienta a ação profissional nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Articulam-se projetos societários/profissionais e, em três recortes (produção dos anos 1980; CBAS nos anos 1990; análise da experiência profissional na assistência estudantil), demonstra como o projeto organiza fins, reprograma causalidades institucionais e enfrenta disputas na precarização do trabalho. Essa leitura ilumina sua função teleológica na disputa de sentidos, qualificando a ação profissional como via de acesso a direitos. Ao articular a tríade como base histórico-ontológica da profissão, o projeto surge como condensação valorativa (liberdade, direitos humanos, justiça social, democracia substantiva, equidade, laicidade, pluralismo) que medeia determinações materiais e respostas profissionais. Supera-se a abordagem meramente normativas: o projeto aparece como mediação que reconfigura causalidades. A originalidade está em mostrar efeitos concretos: organiza fins, estabiliza critérios e institui práticas – horizonte que orienta o trabalho, esclarece condições de objetivação, e oferece roteiro operativo que politiza e desloca o foco da tensão para procedimentos com responsabilidades compartilhadas. Em síntese, ao situar o projeto ético-político como ideologia no sentido lukacsiano ilumina sua função teleológica na formação de consciências, explicita sua historicidade contraditória e mostra sua capacidade de orientar condutas e disputar sentidos na divisão sociotécnica do trabalho, convertendo valores em regra de decisão e regra de decisão em garantia.

Palavras-chave: Serviço Social; projeto ético-político; ideologia; ontologia do ser social; teleologia do trabalho.

ABSTRACT

The thesis investigates the Social Work ethical-political project as ideology in the Lukácsian sense. It starts from the hypothesis that this project—forged in the rupture with professional traditionalism—is a secondary teleological positing oriented toward shaping conduct, situated in the superstructure as a historical ideological form. Chapter 1 is devoted to the conceptual pair ideal/ideology and to labor as teleological positing. It discusses primary/secondary teleology and specific forms of ideology, preparing the triad labor, the social question, and the ideo-political dimension as the profession's historical-ontological basis. Chapter 2 reconstructs the Brazilian trajectory: conservative genesis, erosion under the dictatorship, and shifts that open the critical turn (secularization, pluralism, the Reconceptualization Movement, the Belo Horizonte experience) up to the 1990s milestones (Code/1993, Law 8,662/1993, Guidelines/1996). Chapter 3 systematizes the project as a critical ideology that condenses emancipatory values and orients professional action in the theoretical-methodological, technical-operative, and ethical-political dimensions. It articulates societal/professional projects and—through three lenses (1980s production; CBAS in the 1990s; analysis of professional experience in student assistance)—shows how the project organizes ends, reprograms institutional causalities, and faces disputes amid the precarization of work. This reading illuminates its teleological function in the struggle over meaning, qualifying professional practice as a pathway to rights. By articulating the triad as the profession's historical-ontological base, the project appears as a condensation of values (freedom, human rights, social justice, substantive democracy, equity, secularity, pluralism) that mediates material determinations and professional responses. It moves beyond merely normative approaches: the project appears as a mediation that reconfigures causal chains. The originality lies in showing concrete effects: it organizes ends, stabilizes criteria, and institutes practices—a horizon that guides work, clarifies conditions of objectivation, and offers an operative script that politicizes practice and shifts the focus of tension toward procedures with shared responsibilities. In sum, by situating the ethical-political project as ideology in the Lukácsian sense, the thesis illuminates its teleological role in forming social and professional consciousness, makes explicit its contradictory historicity, and shows its capacity to orient conduct and dispute meanings within the sociotechnical division of labor—converting values into rules of decision and rules of decision into guarantees.

Keywords: Social Work; ethical-political project; ideology; ontology of social being; teleology of labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DO COMPLEXO DO IDEAL E DA IDEOLOGIA LUKACSIANO	32
1.1 O SER SOCIAL E SUA GÊNESE NO TRABALHO	37
1.2 HOMEM: O SER QUE RESPONDE	46
1.3 O MOMENTO IDEAL E A IDEOLOGIA	50
1.3.1 As formas específicas de ideologia: o direito e a política	59
1.3.2 As formas puras de ideologia: a arte e a filosofia	69
2 DOS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-ONTOLÓGICOS À VIRADA CRÍTICA	75
2.1 OS SUJEITOS HISTÓRICOS DA ORIGEM: ENTRE CARIDADE, CONSERVADORISMO E MEDIAÇÃO SOCIAL	80
2.2 O PROCESSO DE EROÇÃO DAS BASES DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL	89
2.2.1 Entre o silenciamento e a resistência: sujeitos em movimento no interior da ditadura	92
2.3 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA TOTALIDADE CONCRETA DO MODO DE PRODUZIR BURGUESES .	99
3 DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	117
3.1 PROJETOS SOCIETÁRIOS E OS PROJETOS PROFISSIONAIS	123
3.1.1 Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993)	127
3.1.2 As Diretrizes Curriculares para o cursos de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS	136
3.2 A TRÍADE HISTÓRICO-ONTOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL	140
3.3 A TRÍADE EM MOVIMENTO HISTÓRICO	143
3.3.1 Década de 1980: insurgências na prática cotidiana	145
3.3.2 Anos 1990 – Consolidação do projeto ético-político	151
3.3.3 Tensões contemporâneas: relato de caso (2010 a 2020)	157
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	177

INTRODUÇÃO

a) Quem eu sou no problema que investigo

Esta tese nasceu do encontro entre pesquisa e o chão institucional. Desde 2014 integro o Grupo “Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas”, e são mais de vinte anos de exercício profissional, com passagem pela assistência social e atuação na educação pública federal desde 2009¹. Foi nesse cotidiano, em equipe e diante dos usuários das políticas, que se acendeu a pergunta que me acompanha: onde, na prática, valores viram regra de decisão — e onde não viram?

O fio que me move é o pluralismo e seus limites democráticos: no TCC, como princípio do Código de Ética Profissional; no mestrado, o neoconservadorismo contemporâneo e suas infiltrações; no doutorado, num primeiro momento, a investigação se apresentou como o debate dos influxos teóricos contemporâneos e seus rebatimentos sobre os princípios do Código de Ética de 1993. Na qualificação, a questão amadureceu e se fechou em torno das ideias fazem mundo. A lapidação foi conduzida com o apoio fundamental da professora Alexandra, que me acompanha desde a graduação; das professoras Rosângela e Carmelita; implicadas nas minhas questões desde os tempos do mestrado; e do professor Ronaldo, cujo espaço de sala de aula foi o gatilho que fez aflorar perguntas que vinham de longe. Eles tensionaram a proposta na qualificação e, em conjunto, apontaram um caminho mais fértil, o que me trouxe à pesquisa que apresento agora.

O feixe central é analisar o projeto ético-político como forma ideológica crítica do Serviço Social. Interessa menos o que o projeto ético-político afirma em tese e mais o que realiza quando encontra o cotidiano institucional: como liberdade, direitos e justiça se convertem em critérios públicos, procedimentos, decisões motivadas e garantias. Em outros termos, como a ideologia, no sentido lukacsiano, opera como mediação que organiza fins, estabiliza critérios e orienta escolhas no trabalho assalariado especializado.

¹ A entrada no campo da educação pública federal ocorreu em 2009 e, desde 2010, estou vinculada ao IF Sudeste MG – campus Juiz de Fora

Minha aposta, construída entre pesquisa e ação profissional, é simples e exigente: valores contam mais quando fazem. Esta tese procura mostrar como fazê-los contar — no parecer que explicita fundamentos, no estudo que generaliza a necessidade à totalidade², no registro que cria memória institucional, na negociação que vincula recursos a metas de direito. É dessa costura entre fundamento e operação que o Serviço Social mantém sua potência e transforma a vida concreta das pessoas.

b) Percurso entre a qualificação e a tese

O percurso entre a qualificação e a presente versão da tese expressa um processo de amadurecimento teórico, metodológico e político-intelectual. A trajetória investigativa revelou a necessidade de ultrapassar formulações iniciais que, embora fundamentadas na teoria social crítica, apresentavam limites. No momento da qualificação, apesar de não ser o núcleo a que se propunha estudar, uma diretiva orientadora tencionava a considerar a ideia do Serviço Social como uma forma específica de ideologia. Essa leitura, que há tempos fundamenta discussões vigorosas no campo do Serviço Social, ainda que sustentada por referências marxistas, mostrou-se restrita e mesmo arbitrária por não distinguir, de modo rigoroso, a materialidade ontológica do trabalho profissional.

Com o aprofundamento dos estudos tornou-se evidente que o Serviço Social não pode ser reduzido a uma manifestação ideológica. Sua inserção objetiva na divisão social e técnica do trabalho o situa, antes, como trabalho, determinado historicamente pela sociabilidade capitalista, e que atua na reprodução das condições sociais de existência. Essa orientação teórica implicou reconhecer o Serviço Social como uma modalidade de trabalho não material, de natureza interventiva, que media

² Entendo por “generalizar a necessidade à totalidade” o movimento metodológico que desloca a análise do singular (a demanda concreta) para suas mediações particulares (normas da política, arranjos institucionais, território, marcadores de classe/raça/gênero) e universais (formas históricas da questão social). Trata-se de situar a demanda no nexo causal que o produz e, assim, delimitar possibilidades e prioridades. Esse rebatimento fundamenta critérios públicos (elegibilidade, prioridade de atendimento) e objetiva razões de decidir (através das variáveis consideradas). É nesse passo que o momento ideal (fundamentos e critérios) orienta a práxis e se converte em causa eficiente do trabalho profissional.

as relações sociais e a produção de comportamentos humanos socialmente necessários à manutenção ou transformação das formas de vida social.

A partir dessa base ontológica, redefiniu-se o estatuto da ideologia na profissão. A ideologia não se confunde com o trabalho em si, mas se manifesta de modo particular no projeto ético-político profissional, entendido como forma ideológica que orienta a práxis dos sujeitos coletivos da categoria. O projeto ético-político é, portanto, expressão da consciência social possível dos trabalhadores do Serviço Social diante das contradições de seu tempo histórico; uma direção valorativa e política que traduz, em termos teleológicos, as disputas de sentido e de hegemonia no interior da profissão.

Metodologicamente, essa inflexão resultou de um movimento de retorno crítico às categorias fundantes da ontologia lukacsiana — trabalho, ideologia — e de sua articulação com a particularidade histórica do Serviço Social brasileiro. As leituras sucessivas e o diálogo com o debate da renovação profissional no país possibilitaram compreender que a profissão não pode ser explicada fora do processo de constituição da sociabilidade capitalista e das formas de consciência social que dela emergem. Assim, o amadurecimento teórico do percurso traduziu-se na reconstrução da hipótese central: o Serviço Social é trabalho, e seu projeto ético-político é ideologia — expressão consciente e organizada de uma direção ético-política que se afirma na e pela práxis dos sujeitos da profissão.

c) Delimitação do objeto e problema central

Esta tese tem como objeto o tratamento do *projeto ético-político do Serviço Social enquanto ideologia, segundo a concepção lukacsiana*. A hipótese diretiva mais específica que orienta o trabalho afirma que o projeto ético-político profissional, aquele vinculado à ruptura com o Serviço Social tradicional no Brasil, pode ser apreendido, a partir da concepção de Lukács, enquanto pôr teleológico secundário orientado à modificação de comportamentos humanos.

Tal encaminhamento analítico exige um triplo movimento: (1) reconstituir historicamente a conformação do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, cuja expressão material se ancora especialmente no *Código de Ética Profissional* de

1993, na *Lei de Regulamentação da Profissão* (Lei 8.662/1993) e nas *Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)* de 1996; (2) situar esse projeto como forma ideológica inscrita no plano da superestrutura³ marxiana, compreendida como mediação ativa na disputa de valores, comportamentos e orientações no interior da sociabilidade capitalista; e (3) fundamentar ontologicamente essa leitura a partir da elaboração lukacsiana do ser social, mobilizando as categorias momento ideal, teleologia primária/secundária e ideologia, de modo a iluminar as mediações entre as condições materiais de existência e as elaborações ideais produzidas no campo profissional.

Partimos da compreensão de que o projeto ético-político expressa o amadurecimento da ruptura com o conservadorismo histórico que marca a profissão desde suas origens. Tal ruptura desloca a direção social do Serviço Social, conferindo-lhe um horizonte crítico vinculado às lutas da classe trabalhadora e aos projetos societários contra-hegemônicos. Diante disso, coloca-se a questão central desta tese: é possível compreender o projeto ético-político do Serviço Social como expressão ideológica, no sentido elaborado por Lukács? Em que fundamentos históricos, ontológicos e político-ideológicos essa leitura se sustenta, e quais são as implicações dessa concepção para a análise da práxis profissional no contexto do capitalismo contemporâneo?

³ Para que a opção metodológica de mobilizar as categorias de base e superestrutura não incorra em reducionismos economicistas ou interpretações dualistas, é imprescindível situá-la no interior do debate marxista mais amplo, especialmente à luz do amadurecimento teórico de Marx e das contribuições posteriores da tradição crítica. A distinção entre infraestrutura e superestrutura, embora fundamental para a análise marxista, deve ser compreendida como uma separação metodológica, útil à análise das mediações sociais, e não como uma cisão ontológica rígida entre esferas da vida social. O próprio Marx, sobretudo em *O Capital*, supera qualquer compartimentalização mecânica ao compreender os processos de produção, circulação e reprodução ampliada do capital articulados entre si e engendrados historicamente. Nessa perspectiva, a análise não se limita à separação estática entre base e superestrutura, mas busca captar as múltiplas mediações, determinações e reciprocidades imanentes à totalidade das relações sociais capitalistas. Ao mobilizar a categoria de superestrutura nesta tese, reconhece-se que se trata de um recurso analítico, necessário para iluminar determinados momentos do movimento social, mas sempre subordinado à compreensão da totalidade histórica e das determinações recíprocas entre economia, política, direito e ideologia. Essa leitura permite apreender que as formas ideológicas, políticas e jurídicas não são meros reflexos da base econômica, mas desempenham papel ativo e contraditório na dinâmica social, influenciando e sendo influenciadas pelas condições materiais, pelas determinações históricas e pelas lutas de classe que atravessam e transformam a sociedade.

d) Justificativa teórica e lacuna no campo

Para responder a essas perguntas, a tese parte da lacuna teórica identificada no mapeamento realizado junto ao *Catálogo de Teses e Dissertações* da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e justifica sua relevância ao propor o projeto ético-político como ideologia, fundamentado na ontologia⁴ do ser social. Nessa chave, iluminam-se dimensões ainda pouco exploradas da profissão: inscrição no plano da superestrutura; função teleológica de orientar valores e condutas e direção ético-política; historicidade contraditória; e papel nas disputas hegemônicas tanto na divisão sociotécnica do trabalho quanto nas mediações entre Estado e sociedade.

Nesse contexto, observa-se que um extenso acúmulo de contribuições teóricas sobre o *projeto ético-político* foi produzido desde a viragem crítica da profissão até este primeiro quarto do século XXI. No que se refere à categoria *ideologia*, o percurso é igualmente marcado por uma longa história de disputas e ressignificações teórico-políticas. Contudo, o que se busca aqui é uma abordagem específica⁵, ainda ausente na produção acadêmica do Serviço Social brasileiro: *a leitura do projeto ético-político à luz da ontologia lukacsiana, particularmente a partir de sua concepção de ideologia*. Essa afirmação se sustenta a partir da pesquisa no *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que não identificou trabalhos acadêmicos que analisem o projeto ético-político nessa perspectiva.

Situado nesse campo, o projeto ético-político deixa de ser abordado de modo meramente normativo ou descritivo e aparece como momento ideal que incide na práxis coletiva e na formação da consciência social e profissional. Além disso, reforça

⁴ Ao empregar a expressão “fundamentado na ontologia do ser social”, referimo-nos à concepção de ideologia desenvolvida por Lukács como uma forma específica e historicamente determinada do momento ideal. Trata-se de uma mediação imanente à práxis do ser social, por meio da qual se produzem representações, valores e orientações vinculadas às condições materiais e às determinações sociais. Nessa perspectiva, a ideologia é compreendida como uma elaboração ativa da consciência social, que participa do processo de reprodução ou transformação da realidade.

⁵ Vale destacar, já de partida, que a tese centrou em apanhar no *Catálogo de Teses e Dissertação da CAPES* o tratamento do projeto ético-político enquanto ideologia. Desse modo, por já ter superado o equívoco de considerar a profissão como ideologia, não preocupei em mapear quaisquer trabalhos que seguiram esse veio teórico-metodológico.

a densidade crítica do marxismo lukacsiano, contrapondo-se a leituras que reduzem a ideologia a “falsa consciência” ou a esvaziam de seu papel histórico e político.

e) Estado da arte: dados da CAPES

Para dimensionar o lugar da temática na produção acadêmica do Serviço Social, realizamos buscas sistemáticas no *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES* sob os filtros: *Grande Área de Conhecimento*: Ciências Sociais Aplicadas; *Área de Conhecimento*: Serviço Social; *Área de Avaliação*: Serviço Social. As consultas foram realizadas em dois momentos: 04/04/2024 (1ª rodada) e 16 e 17/06/2025 (2ª rodada, atualização). A repetição visou aferir variações, novos depósitos e possíveis reclassificações de área.

Na primeira rodada do levantamento de informações encontramos os seguintes números: na busca⁶ com o termo “projeto ético-político do Serviço Social”, a partir dos filtros referenciados acima, retornaram 164 respostas, sendo 131 de dissertações e 33 de teses; na busca com o termo “projeto ético-político do Serviço Social e ideologia”, seguindo os mesmos filtros relacionados, encontramos 5 resultados, sendo 3 dissertações e 2 teses; e, na busca com o termo “ideologia”, com o mesmo padrão de filtros, a pesquisa retornou 167 trabalhos, sendo 93 dissertações e 74 teses.

Na segunda⁷ rodada encontramos um crescimento da produção sobre os temas “projeto ético-político do Serviço Social”, totalizando 221 trabalhos, e “ideologia” foi de 217. Ainda assim, a articulação direta entre os dois termos – projeto ético-político e ideologia – permaneceu estável, com os mesmos cinco trabalhos identificados anteriormente. Essa constância evidencia que, apesar da recorrência da categoria profissional por ambas temáticas em separado, as agendas de pesquisa seguem

⁶ A ferramenta de busca no site da Capes retorna incidências textuais dispostas nos títulos, nas palavras-chaves e resumos dos trabalhos. Deste modo, os números apresentados se referem a trabalhos que possuem os termos de pesquisa, seja no título, nas palavras-chaves e/ou resumos.

⁷ Na segunda rodada foi realizado o registro dos trabalhos retornados e procedeu-se a organização de arquivo, a partir da extração manual das seguintes variáveis: Instituição de Ensino Superior, Programa, Título, Autor(a), Tipo (Dissertação/Tese), Data de Defesa, Resumo e Palavras-chave.

paralelas, sem configurar um novo campo de investigação, reforçando o ineditismo da proposta.

O quadro que segue abaixo ilustra mais claramente os dois momentos do levantamento de informações.

Quadro 1. Resultados agregados das buscas⁸

Termo de busca	Abril/2024 Total (Dissertação/Tese)	Junho/2025 Total (Dissertação/Tese)	Observações
“projeto ético-político do Serviço Social”	164 (131/33)	221 (169/52)	Termo consolidado, predominância de dissertações.
“ideologia”	167 (93/74)	217 (121/96)	Distribuição mais equilibrada entre níveis; relevância transversal do conceito no Serviço Social.
“projeto ético-político do Serviço Social” e “ideologia”	5 (3/2)	5 (3/2)	Lacuna expressiva: pouquíssimas produções evidenciam os termos articulados.

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

f) Os cinco trabalhos que articulam projeto ético-político e ideologia

A busca com os termos “projeto ético-político do Serviço Social” e “ideologia”, conforme já apresentado, resultou em apenas cinco trabalhos. Essa baixa incidência revela, desde já, a limitada interlocução entre os dois eixos na pesquisa acadêmica da área — dado que emergiu claramente a partir da própria consulta realizada, cujo levantamento evidenciou a rarefação desses cruzamentos — o que chama atenção, sobretudo diante da centralidade assumida pelo projeto ético-político no Serviço Social brasileiro desde os anos 1990, bem como do expressivo volume de produções que, nas últimas décadas, tratam separadamente as discussões sobre esse projeto e sobre ideologia.

A análise qualitativa dos trabalhos identificados confirma a hipótese de que, embora a categoria ideologia e o projeto ético-político sejam abordados em diversas investigações, raramente aparecem articulados como elementos centrais de análise.

⁸ Cabe destacar que o levantamento foi orientado pelos termos previamente definidos e pela leitura dos títulos, palavras-chave e resumos, procedimento que, embora adequado aos objetivos da consulta, pode não captar integralmente produções cujo diálogo entre os eixos não esteja explicitado nesses elementos.

Mais ainda: em nenhum dos cinco trabalhos localizados a ideologia é tratada a partir da tradição marxista de matriz lukacsiana, com base na ontologia do ser social, na distinção entre base e superestrutura ou na teoria do momento ideal como mediação da práxis. O uso do conceito, quando presente, assume um caráter genérico ou instrumental, servindo como referência crítica a representações sociais, mecanismos de dominação simbólica ou dispositivos ideológicos no campo da política e da assistência social. Já o projeto ético-político, quando mobilizado, aparece majoritariamente como pano de fundo normativo, descolado de uma análise das suas determinações histórico-sociais e das mediações ideológicas que o atravessam.

A ausência de trabalhos que abordem essa articulação indica um potencial eixo de aprofundamento no interior dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão, sobretudo em contextos de refluxo democrático e intensificação das formas ideológicas regressivas. Ao lançar luz sobre os vínculos entre projeto ético-político e ideologia, nos marcos da totalidade concreta, a presente tese busca contribuir para o fortalecimento da tradição crítica comprometida com a emancipação humana e dos fundamentos teórico-metodológicos que sustentam a ação profissional.

A seguir, são apresentados os dados sistematizados dos cinco trabalhos, de modo a evidenciar as abordagens adotadas, os referenciais teóricos mobilizados e a forma como, em cada pesquisa, se articulam — ou não — as categorias projeto ético-político e ideologia. Cabe registrar, contudo, que os materiais não foram lidos integralmente. Os achados resultam da leitura de títulos, palavras-chave e resumos, procedimento adequado aos objetivos exploratórios desta etapa, ainda que traga a limitação própria desse tipo de busca, na medida em que eventuais articulações entre as categorias podem não se expressar de maneira evidente nos elementos paratextuais consultados.

Quadro 2 – Trabalhos stricto sensu que articulam projeto ético-político e ideologia (atualização junho/2025)

Nº	Autor / Ano	IES / Programa	Título	Objeto e Objetivos	Tema central discutido	Referenciais Teóricos	Contribuições	Tratamento da relação PEP– Ideologia
1	Suene da Silva Rodrigues (2023)	UFMA / Políticas Públicas	<i>A ideologia da humanização e o projeto ético-político do Serviço Social</i>	Analisar como assistentes sociais apreendem a PNH no HUUFMA, discutindo a presença da “ideologia da humanização” e sua relação com o PEP	Análise crítica da Política Nacional de Humanização (PNH) no contexto hospitalar e sua articulação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, evidenciando tensões entre bases teórico-ideológicas distintas (marxismo x neoliberalismo/pós-modernidade).	Marx, crítica ao neoliberalismo, Reforma Sanitária	Denuncia o esvaziamento crítico da prática profissional sob o discurso da humanização; reafirma o PEP como projeto contra-hegemônico	O PEP é referido como fundamento crítico marxista em contraste à “ideologia da humanização”, mas não há formulação teórica que o situe enquanto ideologia, nem mobilização do conceito lukacsiano.
2	Taiane Cristine de Jesus Garcia Scarparo (2022)	UEL / Serviço Social e Política Social	<i>Projeto ético-político do Serviço Social e tendências pós-modernas: uma análise da produção dos anais do ENPESS e CBAS</i>	Analisar a presença de tendências pós-modernas nos Anais do ENPESS e CBAS e como estas interferem no PEP	Identificação e análise das tendências pós-modernas presentes nos anais do ENPESS e do CBAS e seus impactos sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social, confrontando-as com a perspectiva marxista.	Marx, Jameson, Müller, crítica à pós-modernidade	Mapeia infiltrações ideológicas que fragilizam a hegemonia do PEP; contribui ao explicitar o tensionamento entre marxismo e relativismo no interior da produção acadêmico-profissional.	Discute-se o PEP frente a influxos pós-modernos e a sua relação com o marxismo, porém sem formulação do PEP enquanto ideologia nem fundamentação lukacsiana.
3	Thiago Dehon de Souza (2019)	UFRJ / Serviço Social	<i>Ambiência pós-moderna, ensino superior e formação em Serviço Social: a hegemonia do pensamento crítico-dialético posta à prova</i>	Analisar o impacto da “ambiência pós-moderna” na formação em Serviço Social e na hegemonia do pensamento crítico-dialético associado ao PEP	Impactos da “ambiência pós-moderna” na formação profissional em Serviço Social, com ênfase nas mudanças epistemológicas no ensino superior e na funcionalidade do conhecimento frente às exigências do capital.	Marx, Harvey, crítica à pós-modernidade e à reconfiguração do ensino superior	Oferece uma abordagem totalizante sobre como mudanças estruturais e ideológicas reconfiguram o campo da formação e ameaçam o horizonte crítico do PEP	Aborda o PEP como eixo tensionado pelas transformações no ensino e pela lógica pós-moderna, mas sem o tratamento conceitual da ideologia nem articulação com a tradição lukacsiana.
4	Jodeylson Islony de Lima Sobrinho (2022)	UFRN / Serviço Social	<i>Crise do capital, conservadorismo e “captura” da subjetividade profissional: implicações na cultura crítica do Serviço Social</i>	Apreender como o conservadorismo e o neoliberalismo impactam a subjetividade profissional e tensionam o projeto crítico da profissão	Efeitos do avanço do conservadorismo e da “captura” da subjetividade profissional sobre a cultura crítica do Serviço Social, destacando implicações para a materialização do PEP e para a direção social da profissão.	Marx, crítica à precarização do trabalho, cultura crítica, abordagem histórico-dialética	Traz importante contribuição à análise subjetiva da prática profissional; aponta disputas internas entre projetos e suas expressões na prática cotidiana	Analisa impactos ideológicos do conservadorismo sobre a prática profissional, mas sem desenvolver o PEP enquanto forma ideológica ou recorrer ao conceito de ideologia em Lukács.
5	Raylane Raimundo Walker (2022)	UERJ / Serviço Social	<i>A luta antiproibicionista e o debate da legalização das drogas no Brasil</i>	Discutir os limites e possibilidades da luta antiproibicionista no Brasil, articulando com o Serviço Social	Análise da luta antiproibicionista e dos movimentos sociais pela descriminalização e legalização de drogas no Brasil, com diálogo crítico entre economia	Marx, teoria social crítica, materialismo histórico-dialético, crítica à economia política das drogas	Inova ao relacionar o PEP com a crítica às políticas proibicionistas e ao sistema penal; amplia o campo de ação crítica da profissão	O PEP é tangenciado enquanto marco ético-político da profissão, mas não é tematizado como ideologia, nem vinculado a um referencial lukacsiano.

					política, proibicionista e Serviço Social.	ideologia			
--	--	--	--	--	---	-----------	--	--	--

Fonte: Catálogo de teses e dissertações da CAPES, pesquisa realizada em 16 de julho de 2025

e.i) Resumo das principais indicações do levantamento

O exame dos cinco trabalhos identificados revela as seguintes tendências:

1. O projeto ético-político do Serviço Social aparece com alta recorrência, mas frequentemente abordado sob uma ótica descritiva, normativa ou circunscrita a campos específicos da ação profissional (saúde, assistência, formação), sem aprofundamento de suas determinações histórico-sociais e sem problematização quanto à sua dimensão ideológica.
2. A categoria ideologia encontra-se presente nos resumos, embora sua conceituação varie amplamente: ora ancoradas em tradições marxistas clássicas, ora interpretada sob enfoques psicossociais ou culturais, muitas vezes sem explicitação teórica rigorosa ou vinculação consistente ao núcleo da tradição marxista.
3. Constatou-se a inexistência de trabalhos que articulem de forma sistemática o projeto ético-político à categoria ideologia. Quando ambos os termos aparecem, isso ocorre de maneira tangencial ou instrumental, sem desenvolvimento teórico-metodológico consistente e, sobretudo, sem mobilizar a tradição marxista-lukacsiana, que permitiria compreender o projeto como forma ideológica e momento ideal mediador.
4. Alguns dos trabalhos identificam riscos teórico-políticos contemporâneos, como a incorporação acrítica de racionalidades institucionais conservadoras, o esvaziamento do horizonte crítico do projeto ético-político ou a tensão entre suas diretrizes e práticas profissionais marcadas pelo pragmatismo e pela subordinação às demandas institucionais.

f) Originalidade da proposta: articulação entre projeto ético-político e ideologia lukacsiana

Diferentemente de abordagens que tratam o projeto ético-político como carta de princípios ou direção normativa, propomos lê-lo como forma ideológica concreta, historicamente situada, socialmente disputada, teleologicamente orientada. Em Lukács, a ideologia é a “elaboração ideal da realidade que visa tornar a práxis social

consciente e operante” (2013, p. 465). Ela emerge como pôr teleológico secundário dirigido à consciência de outros sujeitos sociais, buscando suscitar condutas e orientar respostas aos conflitos do ser social.

A partir dessa chave analítica, o projeto ético-político do Serviço Social:

- Condensa um conjunto de valores e fins teleológicos (liberdade como valor ético central, defesa intransigente dos direitos humanos, democracia, justiça social, equidade, laicidade, combate a todas as formas de opressão) que orientam e projetam a ação profissional em direção a um horizonte societário emancipatório.
- Opera como mediação entre as condições concretas de reprodução social e de exercício profissional (expressas na questão social, nas determinações das políticas estatais, nas exigências institucionais e nos processos históricos de luta de classes) e as respostas subjetivas e coletivas da categoria profissional.
- Inscreve o Serviço Social na disputa de hegemonia, tensionando projetos societários, ao mesmo tempo em que é atravessado por reapropriações e ressignificações conservadoras que procuram esvaziar seu potencial crítico.
- Produz imagem social e identidade política da profissão, articulando o autorreconhecimento de assistentes sociais como parte da classe trabalhadora assalariada à defesa pública de direitos e à construção de um projeto profissional crítico no interior da divisão sociotécnica do trabalho.

Reconhecer o projeto ético-político como ideologia crítica não o desqualifica; ao contrário, explicita sua natureza histórica e sua capacidade — sempre relativa, contraditória, disputada — de intervir na formação da consciência social e profissional.

E por que seguir por esse caminho? Ler o projeto ético-político como forma ideológica, nos marcos da ontologia de Lukács, significa revelar seu caráter ativo como mediação entre as determinações materiais da sociabilidade capitalista e as respostas teleológicas da categoria profissional. Esse exercício teórico não só aprofunda a compreensão do lugar sociopolítico do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho, como também ressalta o projeto ético-político enquanto instrumento de disputa de hegemonia — capaz de orientar condutas, mobilizar adesões e tensionar projetos societários em confronto. Ao mesmo tempo, resgata e fortalece o acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo construído no processo de ruptura com o tradicionalismo, reafirmando a centralidade do

conhecimento crítico da realidade como fundamento de uma práxis profissional voltada à transformação das relações sociais e ao horizonte de uma ordem societária emancipada.

g) Fundamentação teórico-metodológica inicial: a perspectiva lukacsiana

Diante da lacuna teórica identificada e da necessidade de aprofundar a compreensão do projeto ético-político em sua dimensão histórico-ontológica, esta tese recorre ao legado de György Lukács como principal referência teórica. Interessante observar que essa escolha advém do reconhecimento de que seu pensamento engendrou um ressignificado às interpretações do marxismo desenvolvidas ao longo do século XX, reafirmando o conteúdo ontológico presente no pensamento marxiano. Considera-se aqui que o esforço do último Lukács foi trazer à tona a “rigidez dogmática no qual o marxismo se viu imerso desde a segunda internacional, responsável por rechaçar toda discussão acerca da ontologia, qualificando-a de ideológica e ou simplesmente metafísica” (Fortes, 2011, p. 7). Lukács fez o exercício de superar o viés economicista imposto a Marx, compreendendo, a partir da dinâmica metodológica de tratamento impressa no objeto de estudo marxiano, a preocupação germinal com o modo de produção e reprodução do ser social.

No curso de suas investigações após a finalização da obra da *Estética* – concluída em 1960 e publicada em 1963 –, que apontava para a necessidade teórico-filosófica de fundamentar a *Ética*⁹, o caminho à ontologia se colocou como uma exigência basilar para avançar na crítica ao idealismo e ao irracionalismo. Nessas condições, Netto, na apresentação que segue o volume I da obra *Para uma ontologia do ser social*, afirma que “trata-se mesmo de uma nova ontologia, em duplo sentido – nova no interior da tradição marxista, que até então não a sistematizara, e nova em contraste com a tradição filosófica, no interior da qual se articulou sobre a base dos

⁹ No curso da sua elaboração da *Ética*, Lukács entendeu a necessidade de alicerçar-se na especificidade do ser social, a partir da herança que nos foi legada por Marx. Deste modo, “[...] havia, portanto, de estabelecer, em primeiro lugar, a *determinação histórico-concreta do modo de ser e de reproduzir-se do ser social*. Vale dizer: sem uma teoria do ser (ontologia) social, a ética seria insustentável (enquanto uma ética materialista e *dialética*)” (Netto in Lukács, 2012, p. 16 – grifos do autor).

mais diversos idealismos e/ou no marco de sistemas irracionaisistas” (Netto in Lukács, 2012, p. 19).

Cabe chamar a atenção para o fato de que a primeira frase contida na *Introdução* do volume I da citada obra é um reconhecimento fático de Lukács (2012): “ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social” (p. 25). A observação que se seguiu a esta frase veio com o desafio de que isso seria comprovado por meio do exame do “método dos clássicos do marxismo e de seu posicionamento concreto em relação as principais categorias do ser social” (p. 25). Em seguida, Lukács (2012) denuncia que, quando filósofos importantes, sejam do passado ou do presente, se aproximam de problemas da ordem da ontologia do ser social, o fazem anulando a diferença entre ser social e ser em geral ou contrastam radicalmente o mundo do ser material como reino da necessidade e o reino espiritual como o da liberdade.

Em Marx, Lukács (2012) identifica que o problema da ontologia do ser social encontra seu perfil justo:

Antes de tudo ele (Marx) vê com clareza que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido. Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida em teoria do conhecimento. Não se trata aqui de uma analogia ontológica com a relação entre a teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais do ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nelas como momentos superados. (p. 27).

Desse modo, a ontologia geral está fundada na natureza inorgânica, da qual nenhum existente escapa, e a ontologia do ser social presume a existência de uma ontologia geral. Esta frase sintetiza, em linhas gerais, o primeiro pressuposto apontado por Lukács para a compreensão da especificidade ontológica do ser social. Há mesmo uma estratificação segundo a qual o conhecimento da especificidade do ser social pressupõe a existência “da unidade geral de todo ser e simultaneamente o afloramento de suas próprias determinidades específicas” (Lukács, 2012, p. 27). Assim, as novas categorias que vão surgindo na vida – resultantes de formas mais

complexas e compostas de vida, de história – estabelecem ação e interação com a base das categorias gerais, movimento que também se reproduz no interior das novas categorias do ser social, conectando-se às categorias da natureza orgânica e inorgânica.

Quanto ao segundo pressuposto, Lukács (2012) ressalta a importância de entender o papel da práxis para apreender a especificidade ontológica do ser social.

Objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua nom* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto (p. 28).

Aqui Lukács contrasta a materialidade da ontologia presente em Marx e o tratamento dado a ela em relação aos que o precederam, cujo critério do conhecimento da verdade estava na contemplação.

O caminho à materialidade em Marx foi se construindo pela via da crítica à filosofia idealista hegeliana – sua referência inicial – e no reconhecimento, também crítico, da virada alcançada por Feuerbach¹⁰, quando este confronta o idealismo de Hegel com o materialismo.

Temos, portanto, que no trajeto de desenvolvimento do jovem Marx se delineia com clareza aquele direcionamento no rumo da concretização cada vez maior das formações, das conexões etc. do ser social, que, justamente em sentido filosófico, alcançará seu ponto de inflexão nos seus estudos econômicos. [...] pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando assim, possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas (Lukács, 2012, p. 284).

Lukács (2012) ainda afirma que, ao trazer as esferas da produção e reprodução humanas para o centro do problema, se consolida a indissociável relação do humano

¹⁰ Marx, em *A ideologia alemã* (2007), indica que no materialismo feuerbachiano encontra alguns elementos da transformação, da revolução. Entretanto, este movimento que percebe e compreende o mundo sensível como prenhe de contradições, aponta como saída o refúgio na aparência ou na busca da essência pelo caminho do idealismo.

com a base natural e a contínua mudança que se processa nessa base. Assim, o humano, no trabalho, transforma-se mediante o desenvolvimento de seus potenciais e também transforma objetos e natureza em meios de trabalho, pelo processo teleológico de lhes imprimir utilidades frente ao objetivo (trabalho) que se manifestava idealmente.

Por ora, trazer estes breves apontamentos da incursão lukacsiana em Marx nos interessa por duas questões principais: a primeira refere-se à necessidade de alicerçar a discussão inicial que comporta essa tese – o complexo do ideal e a ideologia; a segunda é o chamamento ao significado que a obra de Lukács representa frente às leituras interpretativas de Marx, que tanto sofreram dilacerações. Trata-se mesmo do reconhecimento de que Lukács trabalhou, a partir do legado marxiano, num processo de renascimento do marxismo, tão açoitado ao longo do século XX.

Nesses termos, esta tese toma a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política não como repertório conceitual, mas como estrutura ontológica que confere inteligibilidade histórica à profissão. Trabalho, enquanto *pôr teleológico* e protoforma do ser social, é o fundamento que, sob o capitalismo dependente, se converte em trabalho assalariado e delimita a posição do assistente social na divisão sociotécnica. A questão social é a expressão objetivada das contradições da reprodução capitalista, o conteúdo sobre o qual incidem as mediações profissionais. A dimensão ideo-política, por sua vez, é o modo de efetividade do ideal na vida social: projeto, valor e norma com eficácia prática, por meio do qual a categoria imprime direção social (Código/1993, Lei 8.662/1993, Diretrizes/1996). Metodologicamente, segue-se o movimento marxiano/lukacsiano de decompor complexos e reinscrevê-los na totalidade: da ontologia do trabalho aos marcos jurídico-institucionais e à formação, e destes às práticas concretas (1980–1990 e 2010–2020). A partir daí, o projeto ético-político é apreendido como ideologia profissional crítica, hegemônica e disputada, cujo alcance e limites se explicam pelas mediações entre a teleologia do trabalho, as formas de reificação do assalariamento e a correlação de forças que organiza as políticas sociais.

h) Encaminhamentos da tese (estrutura da pesquisa)

No primeiro capítulo buscamos fundamentar, sob a perspectiva ontológico-crítica de György Lukács, os conceitos de ideal e ideologia como categorias centrais para compreender o projeto ético-político do Serviço Social. O percurso iniciado procurou, antes de tudo, situar a profissão no interior da totalidade social, partindo do movimento interpretativo marxiano sobre base e superestrutura e compreendendo a ideologia como mediação ativa entre as contradições materiais e a consciência social. Essa abordagem permitiu inscrever o projeto ético-político na esfera da superestrutura. Mais do que uma elaboração abstrata, trata-se de uma resposta histórica produzida pela categoria profissional às refrações da questão social, marcada por um posicionamento crítico diante da ordem do capital.

Desse modo, discutiu-se o ser social e sua gênese no trabalho como fundamento ontológico da existência humana, enfatizando o caráter teleológico do trabalho e a capacidade humana de elaborar respostas às demandas da realidade, no horizonte da liberdade. Ao mesmo tempo, essa abordagem possibilitou articular as dimensões primárias e secundárias do pôr teleológico, situando o momento ideal como força motriz que orienta a práxis social. Nesse contexto, a ideologia foi apresentada como elaboração ideal da realidade, produzida historicamente para orientar a ação coletiva e se configurando como meio de enfrentamento dos conflitos sociais e de construção de novos horizontes históricos.

O capítulo também explorou as formas específicas e puras de ideologia, destacando o direito e a política como instrumentos fundamentais para a regulação das relações sociais e a manutenção do metabolismo social, bem como a arte e a filosofia como expressões da generidade humana, voltadas à humanização do homem e ao desenvolvimento de sua individualidade. Essa discussão permitiu compreender a ideologia como um campo de mediações historicamente construídas, com função social concreta no interior da luta de classes.

Com esse percurso, estabeleceu-se a base teórica necessária para compreender o Serviço Social em sua inserção na sociabilidade capitalista, situando a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política como fundamentos histórico-

ontológicos da profissão. Essa compreensão prepara o terreno para o segundo capítulo, que resgata o processo histórico de conformação e transformação do Serviço Social brasileiro, evidenciando sua gênese conservadora, as tensões que levaram à erosão do modelo tradicional e a virada crítica protagonizada por sujeitos que, em meio às contradições do modo de produção burguês, forjaram as bases de um novo horizonte profissional.

Nestes termos, o segundo capítulo foi dedicado a resgatar a construção histórico-ontológica do Serviço Social brasileiro, destacando a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política como fundamentos que atravessam sua gênese, suas funções e seus projetos profissionais. O trabalho foi compreendido tanto como atividade teleológica fundante do ser social quanto como trabalho assalariado, inserido na divisão sociotécnica do capitalismo; a questão social foi abordada como expressão das contradições estruturais entre capital e trabalho; e a dimensão ideo-política foi situada como mediação ativa entre essas contradições e a consciência social, orientando projetos profissionais vinculados a projetos societários em disputa.

A partir desse referencial, o capítulo recuperou as raízes históricas do Serviço Social no Brasil, evidenciando sua gênese conservadora vinculada ao apostolado leigo católico e ao movimento da reação católica, que se consolidaram nas primeiras experiências assistenciais e na institucionalização da profissão entre as décadas de 1930 e 1950. Essa reconstrução destacou o protagonismo de lideranças femininas da elite católica, a formação confessional das primeiras escolas (PUC-SP e Rio de Janeiro) e a conformação de um perfil profissional marcado pelo voluntarismo, pelo moralismo cristão e pela racionalidade técnico-funcional, que atendeu às demandas da modernização conservadora do Estado varguista e à regulação social no contexto da industrialização e urbanização.

O capítulo avançou, então, para a análise do processo de erosão das bases do Serviço Social tradicional, situando a profissão no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985). Com base em Netto (1996), caracterizou-se o regime como expressão da autocracia burguesa, que, ao mesmo tempo em que reprimiu e buscou enquadrar a profissão às exigências da racionalidade burocrática do Estado, gerou condições para fissuras internas e deslocamentos críticos. Nesse cenário contraditório, emergiram práticas e sujeitos que tensionaram os limites do modelo conservador, fazendo despontar um horizonte de contestação e reformulação teórico-metodológica,

evidenciado na laicização da profissão, no pluralismo teórico e na abertura a novas matrizes de pensamento.

Por fim, o capítulo abordou a virada crítica do Serviço Social brasileiro, articulando-a ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, à experiência inovadora do Método Belo Horizonte — formulada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais sob a liderança de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga — e ao acúmulo teórico-político que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979), reconhecido como marco público da ruptura com o conservadorismo. Esses elementos foram analisados como fundamentos históricos e políticos que alicerçaram a consolidação do projeto ético-político hegemônico da profissão, o qual se expressa nas conquistas legais e formativas dos anos 1990 e segue orientando, até hoje, a direção social crítica do Serviço Social brasileiro.

O terceiro e último capítulo foi dedicado a sistematizar o projeto ético-político do Serviço Social, evidenciando-o como expressão de uma ideologia crítica forjada na articulação entre fundamentos histórico-ontológicos e dimensões práticas do exercício profissional. Inicialmente, retomou-se a tríade como chave interpretativa, como ferramenta viva de análise da profissão. Assim, a tríade foi articulada às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da prática cotidiana, explicitando como o projeto ético-político deixa de ser abstração para materializar-se nas ações e escolhas concretas dos assistentes sociais.

Em seguida, foram discutidos os conceitos de projetos societários e projetos profissionais, a partir de Netto, destacando como a profissão elabora respostas próprias às demandas sociais, em permanente diálogo e confronto com os projetos de classe que disputam a hegemonia social. Nessa abordagem, o projeto ético-político foi caracterizado como construção coletiva da categoria, assentada em valores como liberdade, justiça social, democracia e defesa incondicional dos direitos humanos, situando-se no campo contra-hegemônico ao projeto burguês dominante. A discussão desdobrou-se na análise dos três marcos normativos que sustentam esse horizonte: o Código de Ética Profissional de 1993, que consolidou os valores emancipatórios da profissão; a Lei 8.662/1993, que regulamentou as competências e atribuições privativas do assistente social, fortalecendo sua identidade profissional; e as Diretrizes Curriculares de 1996, que alinharam a formação acadêmica ao projeto crítico, apesar

das mutilações impostas pelo Conselho Nacional de Educação no início dos anos 2000. Esse tripé foi apresentado como núcleo jurídico-político que ancora o projeto no cotidiano do trabalho e no processo formativo da categoria.

O capítulo também aprofundou a análise da tríade histórico-ontológica, agora relida à luz da práxis profissional, evidenciando como o trabalho se concretiza na dimensão técnico-operativa — por meio de diagnósticos, planos de ação e estratégias de intervenção; como a questão social se desdobra no plano teórico-metodológico — orientando a leitura crítica da realidade e a elaboração de respostas às refrações da desigualdade; e como a dimensão ideo-política se corporifica na esfera ético-política — orientando a ação profissional pelos valores inscritos no Código de Ética e garantindo identidade e autonomia via instrumentos normativos. Essa articulação foi apresentada como o que confere ao Serviço Social brasileiro singularidade: realizar um trabalho socialmente necessário, mas orientado por valores críticos que buscam tensionar as próprias bases da sociabilidade capitalista.

Por fim, para dar concretude a essa análise, o capítulo dialogou com três experiências que iluminam diferentes momentos da trajetória do projeto ético-político. O primeiro recorte, baseado no livro *Serviço Social e ação profissional crítica* (2019), analisou a produção teórica e a prática profissional da década de 1980, destacando o processo de ruptura com o conservadorismo e a emergência de um ethos crítico. O segundo, fundamentado no artigo *Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990* (2015), examinou os Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais, revelando a consolidação do projeto ético-político como horizonte normativo e institucional da profissão. O terceiro, apoiado no artigo *A tendência à desprofissionalização no exercício profissional do(a) assistente social* (2021), apresentou um relato de caso da assistência estudantil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, problematizando os desafios contemporâneos da categoria diante da reestruturação produtiva, da polivalência e do risco de desprofissionalização. Em conjunto, essas análises demonstraram que o projeto ético-político permanece como ideologia crítica que orienta o Serviço Social, mas enfrenta constantes disputas em um cenário de avanço neoliberal e precarização do trabalho.

1 DO COMPLEXO DO IDEAL E DA IDEOLOGIA LUKACSIANO

Iniciar a discussão que fundamenta o objeto foi um exercício difícil, pois, no mesmo movimento que indica a necessidade de inscrevê-lo num espaço/tempo – no sentido de dar materialidade e ancoradouro à elaboração teórica acerca do projeto ético-político do Serviço Social –, também demanda, de imediato, considerações sobre o complexo do ideal e da ideologia. O debate acerca do projeto ético-político profissional passa pela necessidade de aprofundamento do complexo do ideal e da ideologia, num movimento que, primeiramente, busca apanhar a discussão mais geral para, num segundo momento, trabalhar a especificidade do projeto da profissão e a sua pertença à esfera da ideologia de acordo com a concepção lukacsiana.

Ou seja, se por um lado, o objeto apresenta como exigência traçar o caminho histórico de edificação do projeto ético-político do Serviço Social – cuja expressão material alicerça-se, principalmente, nos documentos do Código de Ética Profissional de 1993, da Lei de Regulamentação da profissão (1993) e das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS (1996) – num movimento que consagrou o amadurecimento da ruptura do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo e delineou a direção social assumida, bem como suas diretrizes legais. Por outro, a opção metodológica de organização da tese buscou, primeiramente, alicerçar a compreensão do movimento posto na organização de estrutura social utilizada por Marx, mais especificamente, na superestrutura, como espaço da práxis que busca influenciar comportamentos humanos à serviço de uma base econômica. Pois, o entendimento que está sendo formulado considera que o projeto ético-político do Serviço Social, seu conjunto de preceitos e sua direção social, funcionam como instrumento da superestrutura – na concepção marxiana – que dá suporte às relações forjadas na base econômica.

Na origem da compreensão que está sendo construída ao longo desta tese, que posiciona o projeto ético-político profissional enquanto ideologia a partir do conceito lukacsiano, encontra-se o movimento interpretativo marxiano, da base e da superestrutura, incorporado por Marx e Engels em *A ideologia alemã*. Isto porque, se considera que neste movimento interpretativo, contém a representação mais fiel da forma como as relações se estabelecem na sociedade, localizando o significado do aparato ideológico no suporte à dinâmica das relações econômicas e sociais. Mais

que isso, o *prefácio* de *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859), traz à luz como se dá a produção histórica da revolução enquanto produto de desenvolvimento da própria sociedade.

O trabalho de síntese e de amadurecimento de Marx frente ao objeto pesquisado contido no prefácio de *Contribuição à crítica da Economia Política* (1859) foi reconhecido por Florestan Fernandes (1984) – na obra *K. Marx, F. Engels: história* – como “algumas páginas magistrais, nas quais K. Marx indica o seu percurso intelectual até a redação dessa obra. Em tão poucas páginas, ele logrou marcar com clareza, simplicidade e precisão os vários pontos essenciais do que viria, mais tarde, a ser conhecido como marxismo (Fernandes, 1984, p. 21).

E indica:

[...] a leitura sugere o máximo de consciência (de classe) histórica *clara* que uma posição revolucionária pode encerrar. Por isso, é defensável aplicar a tal forma de consciência histórica-limite à noção de teoria. Ela vira a realidade pelo avesso e a repõe como categoria histórica do pensamento e da ação coletiva de uma classe, que deveria confrontar-se com a mais completa e prolongada *crise revolucionária* na história das civilizações (Fernandes, 1984, p. 21-22, grifo do autor).

Chama atenção ainda que “essa obra e *O Capital* coroam um intenso labor de pesquisa, que começara em 1844 e se tornara mais absorvente de 1850 em diante” (Fernandes, 1984, p. 44). Nela, Marx delineia o maduro processo de aproximação com a economia política ao trazer as relações de produção para a base material da vida em sociedade, momento que ainda não se havia apresentado quando elaborou a *Crítica da filosofia do direito em Hegel*¹¹ (1844). Suas elaborações seguiram em *crescendum continuun* de aproximação com as categorias da economia política e, na passagem do *prefácio*, “o que emerge é uma refinada teoria sociológica da revolução social, esbatida sobre o pano de fundo das correntes históricas que atravessam as estruturas da sociedade” (Fernandes, 1984, p. 46).

Marx destaca, nas poucas páginas do *prefácio*, que no processo de desenvolvimento das sociedades de classes antagônicas, somente a evolução dessa

¹¹ No momento da elaboração da *Crítica da filosofia do direito em Hegel* (1844) Marx conseguiu estabelecer a mediação entre proletariado e o desenvolvimento industrial, mas “a sua relação revolucionária com a situação histórica alemã é localizada na exclusão da sociedade civil e na negação da propriedade privada” (Fernandes, 1894, p. 45).

radicalidade, será capaz de irromper a revolução social, como produto do acúmulo histórico da consciência revolucionária.

Necessário se faz, então, recorrer ao próprio *prefácio*, especialmente no fragmento que contempla o resultado a que Marx chegou e resume, de modo cirúrgico, a estrutura¹² da sociedade burguesa e como se dá seu funcionamento.

[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. **A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual.** Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, **o seu ser social que determina a sua consciência.** Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. **De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas.** Ocorre então uma época de revolução social. **Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura.** Na consideração de tais revoluções tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tão-pouco se pode julgar uma tal época de revolução a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção

¹² Cabe registrar aqui a importante crítica que Lukács apresenta com relação ao uso da fórmula base e superestrutura que, pelas mãos do marxismo vulgar, padeceu de um dualismo metodológico. Recorramos ao próprio texto lukacsiano: “O que predominou em sua práxis geral foi certo dualismo metodológico, pelo qual o campo da economia foi apresentado como uma legalidade, necessidade etc., formulada de modo mais ou menos mecânico, ao passo que o da superestrutura, da ideologia, revela-se como uma área em que começavam a aflorar as forças motrizes ideais, com muita frequência concebidas em termos psicológicos” (2013, p. 356-357). Lukács continua: em Plekhanov o dualismo predomina de modo geral, seja considerando uma relação mecânica entre base e superestrutura, seja com traços indicativos de dialética; em Kautsky padeceu de certa uniformização do método, ao derivar a totalidade do ser social a categorias essencialmente biológicas; em Max Adler o ser social é desprovido de relações materiais, levando todas as relações a relações espirituais (p. 357).

sociais. **Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha.** Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social. **As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução deste antagonismo.** Com esta formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana (Marx, 1982).

Nestes termos, e aqui a recorrência remete aos resultados encontrados durante a pesquisa do mestrado, podemos considerar que:

[...] o formato das relações sociais engendradas pelo mercado e pela produção determina a forma de ser da superestrutura jurídica e política da sociedade e seu correspondente nível de consciência social dos processos que se dão na sua base. Longe de se estabelecer como espaço livre de tensão, as formas ideológicas de compreensão do mundo, expressas nas instâncias jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas *etc.*, informam o campo de forças que se enfrentam na base, na sociedade civil, e que representam distintas gradações de consciência do processo em curso.

Assim, não há novidade alguma em situar a origem da necessidade social da profissão numa das instâncias que busca dar respostas às formas de consciência que se manifestavam nas expressões da “questão social”, seja na sua vinculação inicial ao reduto da Igreja, seja, mais tarde, sob a “tutela” do Estado. E se, nas suas protoformas, o Serviço Social nasce no interior de uma poderosa instância legitimadora da ideologia conservadora – a Igreja – na sua profissionalização, conduzida pela formatação jurídica do Estado, ao mesmo tempo em que “se emancipa” do lastro confessional, vê-se enredado pelas determinações daquele mesmo Estado que a reconheceu como profissão, sobretudo por se tratar da instância que mais absorveria sua força de trabalho. E, nesse sentido, por mais que a institucionalização do Serviço Social tenha lhe aberto o flanco a novas disputas de hegemonia, a própria natureza do trabalho do assistente social e as determinações que configuram seu espaço sócio-ocupacional o remetem a uma mesma e reiterada relação com o Estado, que, marcadamente, influencia e tensiona sua opção política, ética e o seu trabalho (Martins, 2013, p. 180-181).

Deste modo, cabe reafirmar mais uma vez, que a opção de fundamentação teórica do objeto será pela via da discussão do campo da superestrutura, do terreno das ideologias. Com isso não há qualquer equívoco quanto a função determinante que a base/estrutura exerce sobre a superestrutura, tal fato é indiscutível. Entretanto, o impacto inverso também existe, no sentido de que é a superestrutura que alimenta a base, contribuindo para seu fortalecimento ou trazendo elementos para sua ruína. Se trata mesmo de um movimento que vem no rastro das pistas analíticas que o próprio objeto indica.

Nosso esforço neste capítulo será desenvolver uma aproximação com a discussão lukacsiana do *ideal e da ideologia* apreendido enquanto um dos complexos categoriais do ser social e pretendemos elaborar mediações para o tratamento do objeto de estudo, como já indicado acima.

O horizonte que nos move vem no sentido de perseguir as elaborações da ontologia crítica marxista de Lukács a respeito da base do conhecimento. Para o filósofo,

A base de qualquer conhecimento correto da realidade, independente de se tratar da natureza ou da sociedade, é o reconhecimento da objetividade do mundo exterior, isto é, da sua existência independente da consciência humana. Qualquer interpretação do mundo exterior nada mais é do que um reflexo, por parte da consciência humana, do mundo que existe independentemente da consciência (Lukács, 1954, p. 1).

Diante da inteireza da obra lukacsiana, o esforço de centrar a discussão no ideal e na ideologia é uma tarefa bastante difícil, uma vez que, a própria construção teórica do autor expressa as intrincadas determinações que implicam no tratamento do caráter ontológico do ser social. De todo modo, aqui se trata de um caminho com vistas a fundamentar a tese apresentada, que defende, mais uma vez, que o projeto ético-político profissional se localiza no campo da ideologia, de acordo com a concepção lukacsiana. Trata-se de posicionar, na cena do debate, o giro efetivado por um coletivo profissional, no que diz respeito à direção social assumida por uma determinada profissão, como conteúdo dotado de força social. Ou seja, trata-se de considerar que o movimento de apreensão da necessidade social da profissão, no

interior da sociedade burguesa, foi capaz de empreender o seu reposicionamento ético-político frente às demandas históricas que lhes são postas.

Assim, não se pode perder de vista que este objeto está acompanhado da necessidade de pensar o ser social e a sua constituição, uma vez que se localiza num determinado campo de leituras acerca da realidade e de respostas que foram construídas pelo esforço da consciência de apropriação do real, frente aos desafios postos em determinado tempo e espaço. Neste contexto, o movimento do homem singular constitui a base do ser, assim como de todo processo de produção e reprodução do complexo total. Deste modo, o primeiro passo neste capítulo será abordar o ser social e a sua gênese no trabalho.

1.1 O SER SOCIAL E SUA GÊNESE NO TRABALHO

Tratar o ser social pressupõe entendê-lo enquanto complexo¹³ de complexos, onde, em qualquer estágio de seu desenvolvimento, uma imbricada composição de categorias, ou de complexos de categorias, perpassam a sua constituição. Desde os complexos mais materiais – trabalho, reprodução – que implicam na construção de novas mediações, passando por complexos de categorias que impactam e expressam a consciência do ser. E, a partir dessas determinações, da necessidade do ser social ser apreendido enquanto complexo de complexos, Lukács inicia a parte sistemática de sua obra pelo complexo do trabalho, com o capítulo d’*O trabalho*. Sua primeira

¹³ Nas palavras de Lukács, “podemos encontrar em cada complexo social essas interrelações entre espontaneidade e participação conscientemente desejada na vida de um complexo, entre universalidade e sua limitação por outros complexos ou diretamente pela totalidade, só que essas correlações (assim como muitas outras) serão por princípio qualitativamente diferentes em cada complexo, em cada interação concreta. Daí resulta ainda outra propriedade comum à ontologia dos complexos sociais: **eles podem ser precisamente determinados e exatamente delimitados em termos metodológico-conceituais em relação a todos os demais complexos mediante a análise concreta de sua essência e de sua função, de sua gênese e eventualmente da perspectiva de fenecimento ou de sua atuação social permanente. Ao mesmo tempo, eles não possuem, precisamente no sentido ontológico, limites claramente determináveis; sem perder sua autonomia e legalidade própria**, por exemplo, a linguagem deve figurar como médium, como portadora da mediação em todos os complexos do ser social e, mesmo que isso não se manifeste em outros complexos tão marcante, reiteradamente surgem sobreposições de diferentes complexos, interpenetração de um pelo outro etc, sendo que a autonomia – ainda que relativa – e a legalidade própria, a determinabilidade precisa do complexo individual, jamais se tornam questionáveis” (2013, p. 250-251 – grifos nossos).

frase indica que o tratamento ontológico das categorias específicas do ser social começa pela análise do trabalho – pela categoria trabalho –, ressaltando o caráter de complexo que compreende qualquer estágio do ser, donde as categorias “[...] até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata” (2013, p. 41).

Tal advertência sinaliza que a busca da compreensão da gênese do ser social remete a considerá-lo a partir de uma intrincada conexão de categorias e, desse modo, recorrendo ao método marxiano¹⁴, trata-se de “primeiro decompor, pela via analítico-abstrativa, o novo complexo do ser, para poder, então, a partir desse fundamento, retornar (ou avançar rumo) ao complexo do ser social [...] compreendido na sua totalidade social” (Lukács, 2013, p. 42).

O método de Marx, de acordo com Lukács (2012), imprime uma estrutura completamente nova para conduzir suas pesquisas e “[...] quando se trata das questões atinentes ao ser social, assume um papel decisivo o problema ontológico da diferença, da oposição e da conexão entre fenômeno e essência” (p. 294). Nestes termos, a máxima disposta no livro III d’*O capital*, quando da crítica à forma como a economia vulgar interpreta as manifestações das relações econômicas burguesas – pelo fenômeno –, Marx indica que “[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente (2017a, p. 880). Tal frase, segundo Lukács (2012), trata-se de uma constatação filosófica de Marx que busca “despertar a consciência científica no intuito de restaurar no pensamento a realidade autêntica, existente em si” (p. 295).

Lukács (2012) considera que em Marx há mesmo uma nova cientificidade que,

[...] no processo de generalização, nunca abandona esse nível, mas que, apesar disso, em toda verificação de fatos singulares, em toda reprodução ideal de uma conexão concreta, tem sempre em vista a totalidade do ser social e, com base nela, sopesa a realidade e o

¹⁴ Fortes (2016) chama atenção ao fato de Lukács iniciar a discussão d’*O trabalho* indicando o caráter radicalmente distinto do processo de investigação da matriz marxiana com relação às perspectivas presentes na história do pensamento filosófico. Ao trazer este fato já apresenta, a partir da obra lukacsiana, a discussão da ausência da teoria geral do conhecimento em Marx, ressaltando que se trata de “dinâmica inteiramente distinta no modo de proceder a investigação”. Em Marx, toda indagação “é determinada como a *recta* apreensão das categorias e dinâmicas mais gerais de dado complexo do ser, é, pois, realizada sempre no interior do campo da ontologia” (Fortes, 2016, p. 30).

significado de cada fenômeno singular; uma análise ontológico-filosófica da realidade em si que jamais vaga, mediante a autonomização de suas abstrações, acima dos fenômenos operados, mas, ao contrário, justamente por isso, conquistou para si crítica e autocriticamente o estágio máximo da consciência, para poder captar todo ente na plena concretude da forma de ser que lhe é própria, que é específica precisamente dele. Acreditamos que, agindo assim, Marx criou uma nova forma tanto da cientificidade em geral quanto de ontologia, uma forma destinada a superar no futuro a constituição profundamente problemática, apesar de toda a riqueza dos fatos descobertos, da cientificidade moderna (p. 296).

Neste caso, afirma Lukács, a totalidade não se constitui como uma formalidade do pensamento, mas como parte da

[..] reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade ‘formas de ser, determinações da existência’, elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes (Lukács, 2012, p. 297).

Disso depreende-se que a totalidade parte da averiguação das conexões existentes no próprio ser, considerando suas intrincadas conexões; as categorias integram a própria coisa em si, podendo sofrer modificações a partir do desdobramento de novas determinações postas no curso da história. A história, esta sim, a única ciência, a ciência da história¹⁵.

Considerando pois, a existência da relação recíproca entre história da natureza e história dos homens, a transição de um nível de ser a outro, por meio do salto ontológico para o trabalho, configura a gênese do ser social no interior da sua luta pela existência.

Nestes termos, Lukács¹⁶ indica que

¹⁵ Aqui vale recuperar na íntegra o trecho de Marx contido em *A ideologia alemã* (2007): “Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (p. 86).

¹⁶ Lukács ainda chama atenção quanto à natureza do caráter do trabalho, a partir de um trecho do próprio Marx, que diz: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (Marx in Lukács, 2013, p. 44).

somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (2013, p. 44).

A obra lukacsiana destaca, em seguida, que no trabalho estão contidas todas as determinações que participam da essência do novo ser social – a linguagem, a primeira divisão do trabalho, a sociabilidade etc. – e que o seu tratamento metodológico em separado constitui uma abstração isoladora, semelhante à realizada por Marx, em *O capital*.

O trabalho encontra-se, pois, no centro do processo de *humanização do homem*¹⁷ e, através dele, o homem foi capaz de estabelecer mediações que o diferenciou dos outros seres da natureza, num movimento conquistado pela sua capacidade vital ao longo do processo histórico de sua própria autoconstrução.

O exercício lukacsiano de encontrar a autêntica natureza do trabalho, enquanto determinação basilar que permite caracterizar um novo ser – acrescido do componente sociabilidade – “implica especificar seus momentos constitutivos, demonstrando, descrevendo e analisando suas categorias e em que consiste sua novidade em relação aos desdobramentos e processos comuns à esfera da natureza” (Fortes, 2016, p. 62). Para realizar tal empreitada Lukács se valeu das elaborações de Marx, recorrendo ao próprio texto do pensador para qualificar, cuidadosamente, a novidade que se apresenta após o salto ao novo ser, ao ser social. Marx diz:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.

[...]

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a

¹⁷ O termo *humanização do homem* é de Engels, o qual Lukács atribuiu o mérito de alçar o trabalho à essa condição de diferencialidade, ou mesmo de salto entre o animal e o homem (2013, p. 45). Entretanto, Fortes (2016) observa que mesmo considerando tal mérito de Engels, Lukács estabelece que sua análise tem uma refração diferenciada ao colocar como cerne da gênese e do desenvolvimento do homem o seu caráter de autocriação, o que só pode ser encontrado em Marx.

estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade (Marx, 2017, p. 255-256).

Tem-se, desse modo, a partir de Marx, a definição lukacsiana que toma como categoria central do trabalho a capacidade humana do pôr teleológico, imprimindo uma nova objetividade ao ser material. Nestes termos,

o fato simples de que no trabalho se realiza um pôr teleológico é uma experiência elementar da vida cotidiana de todos os homens, tornando-se isso um componente imprescindível de qualquer pensamento, desde os discursos cotidianos até a economia e a filosofia. O problema que aqui surge não é tomar partido a favor do caráter teleológico do trabalho ou contra ele; antes, o verdadeiro problema consiste em submeter a um exame ontológico autenticamente crítico a generalização quase ilimitada – e novamente: desde a cotidianidade até o mito, a religião e a filosofia – desse fato elementar (Lukács, 2013, p. 47).

Ao trazer a questão do pôr teleológico como fato elementar do trabalho, Lukács (2013) indica que mesmo Aristóteles e Hegel apreenderam com clareza o caráter teleológico do trabalho, entretanto, sem submetê-lo à esfera estritamente material, no âmbito da relação entre o homem e a natureza, ou da práxis social. Antes, aqueles pensadores trataram de estabelecer uma generalização tal que trouxe à teleologia a imposição de categoria *cosmológica universal*, podendo ser aplicada tanto à natureza quanto ao mundo dos homens, à história. Deste modo, a história da filosofia estabelece uma relação de contraposição¹⁸ entre a causalidade e a teleologia.

Lukács (2013) trata de conceituar as categorias da causalidade e da teleologia como segue:

[..] enquanto a causalidade é um princípio de automovimento que repousa sobre si próprio e mantém esse caráter mesmo quando uma

¹⁸ Interessante registrar aqui que Lukács situou que tal contraposição também resvala nas religiões.

cadeia causal tenha seu ponto de partida num ato da consciência, a teleologia, em sua essência, é uma categoria posta: todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins. Pôr, nesse contexto, não significa, portanto, um mero elevar-à-consciência, como acontece com outras categorias e especialmente com a causalidade; ao contrário, aqui, com o ato de pôr, a consciência dá início a um processo real, exatamente ao processo teleológico. Assim, o pôr tem, nesse caso, um caráter irrevogavelmente ontológico (p. 48).

Considerando, nos termos definidos por Lukács, a tentativa da filosofia tradicional de estabelecer uma teleologia¹⁹ da natureza investe, esta mesma natureza, da capacidade finalística de orientar o seu movimento particular de desenvolvimento, o que somente é possível a partir da esfera da consciência e, portanto, no âmbito do ser social, do homem.

Lukács chama atenção que Kant também se aproximou da apropriação correta da teleologia, comparando a essência ontológica da natureza como uma vida com a “finalidade sem escopo”. Kant chegou a abrir caminhos à correta apreensão da esfera da natureza, admitindo que “conexões necessárias apenas em termos causais [...] origem estruturas do ser em cujo movimento interno operem legalidades que, com razão, podem ser chamadas de objetivamente finalísticas com respeito aos complexos em questão (Lukács, 2013, p. 49). Entretanto, sua compreensão incorreu em problema ao “buscar resolver questões ontológicas de modo gnosiológico” (Idem, p. 50).

Em Marx, de acordo com a elaboração lukacsiana, a questão da teleologia se assenta definitivamente na esfera do trabalho e da práxis humana. Trata-se de compreender o trabalho como “o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico²⁰ como um momento real da realidade material” (Lukács, 2013, p. 51).

¹⁹ Vale aqui trazer a consideração de Fortes a este respeito: “Em linhas gerais, o ordenamento mais geral encontrado na natureza, assim como as relações entre os objetos e seres nela existentes, são o resultado não de relações teleológicas preestabelecidas, mas fruto do movimento causal espontâneo que se estrutura na forma de inter-relações que atingem um determinado patamar de fixação, a qual se chega a partir de uma dinâmica estritamente causal” (2016, p. 65).

²⁰ A tentativa de Aristóteles e Hegel de aplicar a teleologia ao mundo orgânico e a história trouxe a necessidade de instituir um sujeito, neste caso um mito, que fosse o responsável pelo pôr de uma finalidade, de acordo com Lukács.

E, neste caso,

O fato de que Marx limite, com exatidão e rigor, a teleologia ao trabalho (à práxis humana), eliminando-a de todos os outros modelos do ser, de modo nenhum restringe o seu significado; pelo contrário, ele aumenta, já que é preciso entender que o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada sua existência, o da vida orgânica, e se torna um novo tipo autônomo de ser, somente porque há nele esse operar real do ato teleológico. Só podemos falar racionalmente do ser social quando concebemos que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, seu tornar-se autônomo baseiam-se no trabalho, isto é, na contínua realização de pores teleológicos (Lukács, 2013, p. 52).

Em Marx está a matriz da teleologia como categoria que funciona somente na esfera do trabalho, onde é possível a coexistência entre causalidade e teleologia, no movimento em que o ser social coloca em operação o pôr sobre a matéria causal da natureza. Ou seja, “um projeto ideal alcança a realização material, o pôr pensado de um fim transforma a realidade material, insere na realidade algo de material que, no confronto com a natureza, representa algo qualitativamente e radicalmente novo” (Lukács, 2013, p. 53).

Coube à Nicolai Hartmann segmentar analiticamente o trabalho em dois atos que o compõe, estabelecendo uma divisão entre o pôr do fim e a investigação dos meios, já dando os primeiros passos no sentido de compreender o processo de trabalho e a inseparabilidade das categorias causalidade e teleologia. Deste modo, “a investigação dos meios para a realização do pôr do fim não pode deixar de implicar um conhecimento objetivo da gênese causal das objetividades e dos processos cujo andamento pode levar a alcançar o fim posto” (Idem, p. 54).

Mesmo Hegel, que incorreu na ampliação demasiada do conceito de teleologia, conseguiu compreender corretamente o caráter do trabalho, os dois lados que o contemplam.

Ele vê com precisão os dois lados desse processo: por um lado, o pôr teleológico ‘simplesmente’ faz uso da atividade que é própria da natureza; por outro lado, a transformação dessa atividade torna-o o contrário de si mesmo. Isso significa que essa atividade natural se transforma numa atividade posta, sem que mudem, em termos ontológico-naturais, os seus fundamentos. Desse modo, Hegel descreveu um aspecto ontologicamente decisivo do papel que a

causalidade tem no processo de trabalho: *algo inteiramente novo surge dos objetos, das forças da natureza, sem que haja nenhuma transformação interna; o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos* (Lukács, 2013, p. 54-55 – grifos nossos).

Assim, as categorias naturais processam mudanças que lhes são postas ontologicamente, pelo seu desenvolvimento em si, pelo seu processo natural casuístico de desenvolvimento, e tornam-se mediação para o pôr teleológico no trabalho, donde, o ser social, assume o protagonismo. Deste modo, causalidade e teleologia estão entrelaçadas, como meio e fim, o meio como componente do processo de trabalho e o fim materializado no produto do trabalho.

O produto do trabalho surge justamente da articulação entre dois polos heterogêneos — a causalidade natural e a teleologia humana (o pôr do meio e do fim) —, passando a constituir uma unidade homogênea resultante desse entrelaçamento. Deste modo, “o produto final do trabalho aparece como síntese entre o movimento causal da natureza e o direcionamento teleologicamente estabelecido pela atividade do homem” (Fortes, 2016, p. 67). Então, “o objeto produzido é a expressão da superação da heterogeneidade entre teleologia e causalidade” (Idem, p. 67).

Importante chamar atenção que Lukács estabelece que o caráter da realização é determinante para caracterizar a atividade humana que se transforma na unitariedade homogênea. Pois, estando ausente o produto do trabalho posto em movimento pela causalidade e pela teleologia, o processo efetivado “se reduz a um fato da consciência que se tornou impotente diante da natureza” (Lukács, 2013, p. 55).

Ou seja,

um pôr que falte o próprio objeto permanece um pôr, embora o juízo de valor que se fará a seu respeito deva ser de falsidade ou apenas incompletude. Ao contrário, quando se põe ontologicamente a causalidade no complexo constituído pelo pôr teleológico, este deve captar corretamente o seu objeto, senão não é – nesse contexto – um pôr (Lukács, 2013, p. 55).

Deste modo, o autêntico pôr teleológico se estabelece quando o ser consciente consegue apanhar os nexos causais que lhe permite chegar ao produto final daquele ato teleologicamente pensado. Assim, a consciência do ser está determinada pela

articulação dos movimentos postos pela causalidade e pela teleologia, no interior do complexo do trabalho.

E ainda,

A especificidade da atividade humana pode ser determinada, portanto, como uma atividade cuja mediação preponderante é dada pela consciência; são as funções e operações por ela realizadas no processo do trabalho que demarcam a radicalidade da ruptura com a esfera natural. Contudo colocar a questão nesses termos requer certo cuidado. Quando se faz referência à prática humana como ‘pôr teleológico’, significa dizer que a consciência se funda e se desenvolve no interior do complexo trabalho. Não seria, pois, possível conceber a consciência como elemento exclusivo definidor da essencialidade humana, já que o processo genético e de desenvolvimento pressupõe sempre a existência simultânea desses momentos no interior do trabalho (Fortes, 2016, p. 69).

A consciência, por si só, não carrega o caráter da realização. Somente no trabalho, a partir do ser consciente que tem condição de superar a causalidade posta pela natureza e pelo ambiente a realização se efetiva, através de uma consciência que ultrapassa os limites da adaptação biológica. Deste modo, Lukács (2013) indica que “a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza” (p. 63) superando, a partir do ponto de vista ontológico, o caráter de fenômeno acidental – epifenômeno –, configurando a superação do materialismo mecanicista²¹ pelo materialismo dialético.

Nestes termos, é possível considerar que a consciência, na atividade reprodutiva animal, encontra-se guiada no limite das necessidades biológicas e

²¹ Lukács chama atenção para o limite do materialismo mecanicista, que “reconhece como realidade objetiva tão somente a natureza em sua legalidade” (2013, p. 63). Retomando Marx, nas *Teses sobre Feuerbach*, ele demarca a diferença decisiva em relação a esse materialismo: não basta apreender o real como objeto de contemplação; é preciso entendê-lo com atividade humana sensível, isto é, como práxis. Daí a conhecida definição: “O principal defeito de todo o materialismo existente até agora (o de Feuerbach incluído) é que o objeto (*Gegenstand*), a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto (*Objekt*) ou da *contemplação*, mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*; não subjetivamente. Daí o lado ativo, em oposição ao materialismo, ter sido abstratamente desenvolvido pelo idealismo – que, naturalmente, não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis, efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento: mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva (Marx in Lukács, 2013, p. 63-64 – grifos do autor). Nesses termos se reforça o caráter operativo da consciência na produção do mundo humano.

instintivas. Nela, na consciência animal, não comparece generalizações e abstrações que tornem o pôr do fim alcançável.

O pôr do fim, no processo de entrelaçamento das cadeias causais espelhadas em causalidades postas, a partir do caráter da teleologia do sujeito que pensa, coloca em marcha a realização no processo de trabalho. Tem-se, desse modo, uma noção fundamental introduzida por Lukács em que o homem é capaz de abstrair-se de seu próprio ambiente lançando-se num processo capaz de criar na consciência uma prévia ideação, uma reprodução ideal frente ao objeto que se pretende transformar. Trata-se, mais especificamente, da atividade ideal, do espelhamento, “como condição para o fim e o meio do trabalho” a partir de “um distanciamento que se manifesta claramente na confrontação entre sujeito e objeto” (Lukács, 2013, p. 66).

No espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa ‘realidade’ própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e -exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência (Idem, p. 66).

Deste modo, coloca-se em cena o caráter de possibilidade da consciência que espelha a realidade ou, mesmo, a condição determinante do homem enquanto um ser que responde a partir de um campo de possibilidade.

1.2 HOMEM: O SER QUE RESPONDE

O caráter teleológico do ser social vem acompanhado, na exposição lukacsiana, da determinação ontológica que coloca o humano na condição de ser que responde demandas que lhes são postas na realidade. As respostas são elaboradas à medida em que consegue generalizar necessidades ou carências em possibilidades de seu suprimento.

O homem reage a alternativas postas pela realidade objetiva, de modo que sua decisão entre uma delas está alicerçada nos limites daquele momento histórico. Suas

respostas podem, no momento seguinte, transformarem-se em novas perguntas, num crescente conjunto de perguntas e respostas que vão se complexificando, a partir da incorporação de níveis mais profundos de mediações que lapidam o homem e sua existência.

Nestes termos, a cultura humana é o resultado do conjunto de perguntas e respostas que o ser social construiu ao longo da história ou, se quiser, o conjunto de realizações do ser social, tudo que surge e existe socialmente.

A determinação da tomada de decisão entre alternativas está presente no trabalho – na relação do homem com a natureza – e nas esferas da prática social, aparecendo, em ambas, como componente da prévia-ideação, do caráter do momento ideal, enquanto posição teleológica. Entretanto, o trabalho concentra o “modelo mais geral da estrutura e dinâmica da atividade do ser social, dado que em toda prática social há uma colocação de fins a serem seguidos” (Vaisman, 2010, p. 47).

Deste modo,

Todos os momentos do processo vital humano-social, na medida em que não possuem um caráter biológico totalmente necessário-espontâneo (respirar), são resultados causais de tais pores e não simples elos de cadeias causais. Naturalmente a decisão alternativa dos homens não se detém no nível do simples trabalho, pois [...] os pores teleológicos que não servem ao metabolismo com a natureza, mas estão direcionados para a consciência de outras pessoas, revelam nesse tocante a mesma estrutura e dinâmica. E por mais complexas que sejam as manifestações vitais produzidas pela divisão social do trabalho, até as mais elevadas realizações espirituais dos homens, as decisões alternativas continuam funcionando como fundamento geral de todas elas (Lukács, 2013, p. 372 – grifos nossos).

Neste caso, o caráter alternativo dos pores teleológicos presentes no trabalho descortina a gênese ontológica da liberdade, cuja investigação “é particularmente difícil pelo fato de que ela se constitui num dos fenômenos mais multiformes, multilaterais e cambiantes do desenvolvimento social” (Lukács, 2013, p. 137). Ou seja, existem “formas próprias de liberdade” de acordo com desenvolvimento de formas singulares de ser social.

E Lukács assevera, “consideramos a usual generalização filosófica da liberdade única²² e – metafisicamente – indivisível como uma construção ideal vazia” (2013, p. 372). A liberdade possui caráter plural, cujo tratamento deve ser inscrito em termos histórico-sociais, pois “o desenvolvimento social reiteradamente produz áreas da práxis humana, nas quais aquilo que em geral costuma ser chamado de liberdade aparece preenchido com diversos conteúdos, formado com diferentes estruturas, efetivando-se com diferentes dinâmicas etc.” (Lukács, 2013, p. 372).

Numa primeira aproximação, a liberdade é aquele ato da consciência que dá origem a um novo ser posto por ele. Isso já distancia a nossa concepção ontológico-genética da concepção idealista. Pois, em primeiro lugar, o fundamento da liberdade consiste, se pretendemos falar racionalmente dela como momento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; [...]. Em segundo lugar, a liberdade é – em última instância – um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla (Lukács, 2013, p. 138).

Assim, a liberdade é determinada, ancorada entre decisões alternativas realizadas no âmbito da consciência. Entretanto, esta consciência espelhada não consegue apreender a complexidade do conhecimento pleno em relação ao mundo. A decisão alternativa tem o lado objetivo, do caminho que se optou pelo estabelecimento do ato do trabalho, e seu resultado tem caráter de valoração, uma polaridade de valor que é medida em termos desprovidos deste mesmo valor. De modo que:

[...] se nas decisões alternativas do trabalho está contido o ‘fenômeno originário’ da liberdade, isso ocorre porque ela põe em marcha os primeiros atos, nos quais aquelas surgem através das objetivações; que, portanto, por seu ser, são algo diferente de meras transformações espontâneas de existente em um ser-outro, que, por isso, podem se tornar veículo para surgimento de algo realmente novo, de algo que não só modifica objetivamente o ser social, mas transforma a mudança no objeto de um pôr humano voluntário (Lukács, 2013, p. 374).

²² Lukács chama atenção que os conteúdos da liberdade e da necessidade são apropriados por muitos sistemas filosóficos com o viés metafísico e unitário – que aparece no próprio contexto da determinação entre decisões alternativas – mas que estes conteúdos somente conseguem trazer a generalidade que os compõem no âmbito do terreno da *Ética*.

Tem-se, então, que o desenvolvimento da sociedade humana é resultado das decisões construídas no decorrer da vida humana. São as decisões que encaminham os rumos da vida social, carregam o conteúdo do pôr teleológico e se dão na esfera do cotidiano ou em espaços privilegiados do pensar mais elevados.

Nestes termos,

[...] não importa se ou em que medida os homens tomam consciência desse fundamento de todas as suas ações – a vida em toda sociedade produz continuamente circunstâncias que podem ocultar essa situação –, *algum sentimento*, ainda que abafado de muitas maneiras, *está vivo neles de que eles próprios fazem a sua vida mediante tais decisões alternativas*. O complexo de vivências sobre o qual está baseada a ideia filosófica da liberdade jamais poderá desaparecer totalmente de seu senso vital, razão pela qual as ideias sobre a liberdade, as tentativas de sua realização percorrem toda a história humana e desempenham um papel importante em cada tentativa dos homens de obter clareza sobre si mesmos, sobre sua posição em relação ao mundo, o mesmo ocorrendo com seu polo oposto, a necessidade igualmente é vivenciada no cotidiano de maneira sempre renovada (Lukács, 2013, p. 375).

Considerando, assim, que a maioria dos pores teleológicos são resultados do mundo fenomênico, campo privilegiado do cotidiano, a vida em sociedade é um espaço onde o caráter de ocultação da realidade se reproduz continuamente.

Deste modo, o trabalho a ser realizado, por mais que o homem detenha o conhecimento acerca da sua execução, ainda padece de condições que fogem ao seu pleno domínio. Ou seja, “o sujeito do trabalho conhece, mas não se encontra em condições de dominar todo o complexo de determinações e circunstâncias que marcam o campo sobre o qual atua, restando sempre um espaço desconhecido (Vaisman, 2010, p. 47).

De tal modo, causalidade e teleologia, momento ideal e momento material, se dão numa unidade extremamente complexa e, “o ato do pôr teleológico só se torna um ato teleológico autêntico através da efetuação real de sua realização material (Lukács, 2013, p. 356). Este movimento, entre causalidade e teleologia, já aludido no primeiro item deste trabalho, se coloca como uma característica ontológica fundamental do ser social, de modo que a teleologia dos homens está alicerçada na necessidade causal que se lhes apresentou quando, até mesmo em eventos incontroláveis da natureza, “[...] desencadeiam pores teleológicos e, por essa via, são

integrados ulteriormente no ser social (Lukács, 2013, p. 366)". Nestes termos, "mesmo que esse domínio sobre a natureza possa existir só como tendência que se intensifica gradativamente e nunca como estado consumado, é evidente que a origem teleologicamente posta dos eventos e das objetividades perfaz o ontologicamente específico do ser social" (Lukács, 2013, p. 366).

1.3 O MOMENTO IDEAL E A IDEOLOGIA

Os dois itens iniciais deste capítulo foram dedicados, sobretudo, a apresentar o caráter teleológico do trabalho e a especificidade do ser humano enquanto ser que responde a alternativas postas na realidade, a partir da concepção lukacsiana. Tal exercício tratou de trazer à tona a determinação do imprescindível caráter do pôr teleológico, da prévia-ideação disposta no trabalho realizado pelo ser social. Isto é, que o trabalho, fato mais fundamental da base econômica, "só se realiza enquanto tal a partir do movimento de uma cadeia causal posta em ação no interior de uma intrincada relação indissolúvel com a teleologia" (Vaisman, 2023, p. 262).

A partir do desvelamento do conteúdo do pôr teleológico disposto no trabalho, Lukács tratou de expor que tal conteúdo também se faz presente na práxis social, demandando a presença da prévia ideação, do momento ideal.

Mas o que é, então, esse momento ideal? Como força motriz do ser social, que cria coisas novas, ele é exatamente a intenção condutora daquele movimento material do trabalho que, pelo metabolismo da sociedade com a natureza, efetua nele essas mudanças, melhor dito, essas realizações de possibilidades reais (Lukács, 2013, p. 406).

A construção ideal e a realização material, ainda que possam parecer como atos separados do ponto de vista da propriedade do pensamento, seus conteúdos são dotados de existência ontológica e um é a condição para o existir do outro, num composto de *determinação reflexiva*. Lukács chama atenção ainda que:

Na análise da ontologia do trabalho, Marx já mostrou que a contraposição tradicional de teleologia e causalidade é insustentável. Por essa via fica claro que a causalidade sem teleologia determina a dinâmica do ser natural. [...] a vinculação da causalidade com a teleologia aparece como característica ontológica primordial do ser

social. Por um lado, a representação subjetiva ou a intenção de um pôr teleológico permanece algo meramente ideal ou uma intenção sem eficácia do homem se através dela não foram postas em movimento – imediatamente que seja – cadeias causais na natureza inorgânica ou orgânica; na ontologia do ser social, não há nenhuma teleologia enquanto categoria do ser que seja desprovida de uma causalidade que a realize. Por outro lado, todos os fatos e eventos que caracterizam o ser social como tal são resultados de cadeias causais postas teleologicamente em movimento (Lukács, 2013, p. 366).

Assim, se a *determinação reflexiva* da construção ideal e da realização material são fundamentais para o funcionamento da base econômica, do mesmo modo, ao “sucesso” deste funcionamento, para a realização dos fins pretendidos, também são necessários tipos de posições teleológicas de outra ordem, que correspondem a *posições teleológicas secundárias*.

Trata-se mesmo de posições teleológicas que estão para além da base econômica, mas que a ela fornecem importante suporte ao seu funcionamento buscando engendrar novos comportamentos humanos. Neste sentido:

Todo trabalho, toda práxis imediata possui seu objetivo imediato. Por essa razão, essa imediatidade, a preservação, a reprodução da própria vida, impõem-se aos homens com coercividade imediata. Entretanto, já sabemos – a existência humana do homem está baseada precisamente nisso – que essa imediatidade só pode se realizar como fundamento imediato da existência humana se a sua imediatidade suprimir a si mesma. O pôr teleológico que necessariamente se interpõe entre necessidade e satisfação já implica por si só tal supressão. Porém, sem querer, ele ultrapassa essa contradição da origem porque cada pôr teleológico contém em si a possibilidade (no sentido aristotélico já tantas vezes aludido) de estimular poros finais outros, ulteriores e simultaneamente adaptar, mediante o caráter objetivador dos atos realizadores, as capacidades humanas às novas exigências.

Nesse tocante, o mais importante para o nosso problema é que esse desenvolvimento produz os pores teleológicos que visam suscitar um novo comportamento em seus semelhantes e lhes confere importância crescente tanto extensiva como intensivamente, tanto quantitativa como qualitativamente para o processo de produção, para a sociedade como um todo (Lukács, 2013, p. 483).

Tem-se assim que, quanto mais desenvolvida for a divisão social do trabalho, mais se impõe a necessidade do complexo ideológico para tornar realizável determinado estágio de desenvolvimento do trabalho e sua reprodução, ampliando a

necessidade da esfera da validade dos costumes, dos hábitos, da educação, entre outros aspectos.

E Lukács afirma:

[...] o processo econômico de reprodução, a partir de determinado estágio, não poderia funcionar, nem mesmo economicamente, sem a formação de campos de atividades não econômicos que possibilitem ontologicamente o desenrolar desse processo. [...] Embora a fome por mais trabalho (mais-valor) tenha sido e seja a força motriz central do acontecimento social, é igualmente óbvio que este só consegue impor-se de modo real no respectivo *hic et nunc* do mundo fenomênico (2013, p. 397).

A esfera da superestrutura ideológica, enquanto complexo que dispõe de função organizadora da sociedade, compõe-se desses pores teleológicos cujos conteúdos ultrapassam a esfera puramente econômica. Se os limites entre base econômica e superestrutura ideológica são difíceis de serem estabelecidos, Lukács chama atenção para o fato de que eles são reais e “[...] traz consequências de amplo espectro para a constituição do ser social” (2013, p. 398). Nessa medida, o ser social, em sua estrutura unitária fundamental, constitui-se de pores teleológicos, onde o momento ideal é o ponto de partida e, “[...] nada de socialmente relevante pode acontecer cujo motor não sejam os pores teleológicos dos homens” (2013, p. 398).

É, portanto, no plano da superestrutura ideológica, que se colocam as atividades que dão suporte fundamental para a realização do desenvolvimento material da sociedade, especialmente localizadas no campo jurídico e político.

As esferas ideológicas, e Lukács, neste ponto, chama atenção especial à disciplina do Direito, aparecem com o papel de atender às necessidades dos pores teleológicos cuja representação é o próprio trabalho e destaca que, desde “as mais antigas realizações do trabalho, as consequências mais primitivas da incipiente divisão do trabalho já propõem tarefas aos homens, cuja execução exige e mobiliza forças psíquicas de feitio novo” (Lukács, 2013, p. 484). Os campos das emoções, da sagacidade, da coragem, aparecem como indispensáveis ao homem, sendo considerados como pores teleológicos que visam “diretamente para o despertar, fortalecer e consolidar desses afetos que se tornaram indispensáveis aos homens” (Lukács, 2013, p. 484).

Evidencia-se a existência de ordens de teleologias, ou de pores teleológicos, dispostos em posições teleológicas primárias e secundárias, cuja natureza comum encontra-se na tomada de decisões alternativas, ainda que não constituam posições do mesmo gênero. Assim, “os pores direcionados imediatamente para o metabolismo entre sociedade e natureza se diferenciam em essência, tanto subjetiva como objetivamente, daqueles cuja intenção direta é a mudança da consciência de outros homens” (Lukács, 2013, p. 399).

O campo das decisões entre alternativas construídas na base econômica é permeado por um grau menor de incertezas nas respostas, uma vez que existe um conhecimento real dos meios necessários para a transformação requerida. As posições teleológicas secundárias carregam um espectro maior de incertezas, pois têm como objeto os próprios homens e seus afetos. A diferença entre ambos apresenta um caráter qualitativo, onde o campo do desconhecido, na superestrutura política, é muito maior. E:

[...] não só o perímetro do não conhecido é incomparavelmente maior no caso de decisões políticas, mas a peculiaridade qualitativa da diferença se expressa também no fato de que, no metabolismo com a natureza, as legalidades do objeto apenas podem ser conhecidas, enquanto o desenvolvimento social, justamente em virtude dessa exigência, é capaz de produzir a partir de si mesmo novas formas, novas legalidades (Lukács, 2013, p. 510).

Assim, a superestrutura é o campo por onde se operam as ideologias, o campo dos pores teleológicos que visam mudanças nos comportamentos dos homens e na sua autorreprodução, seja para responder a problemas cotidianos, seja para questões de caráter genérico. Por seu caráter de produção espiritual, que igualmente envolve emoções, as posições teleológicas aqui também são determinações da prévia-ideação, como momento ideal que precede a ação.

A ideologia é sobretudo a forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surgem a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc social* dos homens que agem socialmente em sociedade (Lukács, 2013, p. 465).

Tem-se, então, na concepção lukacsiana de ideologia, a determinação do homem enquanto ser prático que “age a partir de decisões alternativas; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades empregando produtos espirituais que são constituídos, de forma não linear, em função dessas mesmas necessidades” (Vaisman, 2010, p. 49).

O momento ideal, a produção de ideias com substâncias espirituais, é determinado pelo ato de produção e reprodução social. Na sua constituição, estão presentes ordens de mediações que têm como base na produção material do homem. O trânsito para a ideologia ocorre quando essa substância se torna referência, “veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais” (Lukács, 2013, p. 467), seja de maneira mais alongada, seja de forma mais breve.

[...] toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. Porque, de modo inseparável desse fato, a ideologia é um meio da luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as da “pré-história” da humanidade (Lukács, 2013, p. 465).

As formas ideológicas são condutos para tornar problemas mais conscientes e elaborar respostas para estes à medida que ocupam o espaço do cotidiano. Nesse sentido, as formas ideológicas são concebidas como “meios, com o auxílio dos quais podem ser tornados conscientes e tratados também os problemas que preenchem esse cotidiano” (Lukács, 2013, p. 465).

A ideologia é inseparável de sua existência social e sempre se encontra no campo de um real característico, que lhe é apropriado e pensado em termos de resposta entre alternativas de um dado problema. Em sua gênese, enquanto produto marcado pela produção social humana, a ideologia elabora respostas a problemas postos, que são capturáveis pela consciência do homem.

Do ponto de vista ontológico, estamos, pois diante do seguinte: o produzido é determinado pela sua produção, o que significa que o *ser* da ideologia é determinado pela sua produção, que é e só pode ser

social. E, em termos gerais, portanto, ela está presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal (Vaisman, 2010, p. 50).

Assim, o trânsito do campo da ideia para uma ideologia ocorre à medida que suas respostas vão sendo apreendidas e executadas em termos mais genéricos. Ou seja, essas respostas passam a “[...] orientar a prática social, ao conscientizá-la e operacionalizá-la” (Vaisman, 2010, p. 50).

Citando Gramsci, Lukács (2013, p. 464) remete à indicação daquele autor a um duplo significado da expressão ideologia. Ressalta seu mérito de ter apreendido as ambiguidades do termo, pontuando que, apesar disso, incorreu numa abstração convencional.

E chama atenção (Lukács, 2013):

Antes de qualquer coisa: enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente numa ideologia. Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada com muita precisão, a qual Marx descreve de modo a fazer uma diferenciação precisa entre revoluções materiais das condições econômicas de produção e ‘as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, nas quais os homens se conscientizam desse conflito e o enfrentam até solucioná-lo’ (p. 464).

Ainda adverte o fato de que a referência de Marx a grandes revoluções econômicas não invalida sua aplicação à totalidade da vida social. Antes, “a estrutura e dinâmica econômicas de uma formação repousa sobre relações categoriais identicamente estruturadas em última instância (Lukács, 2013, p. 465). O exercício de Lukács (2013) é problematizar que a estrutura e dinâmica de uma formação e seu movimento de transição à outra se dão “por consequências necessárias do próprio movimento normal” (p. 465). E esse *próprio movimento normal* pode ser apreendido como espaço do cotidiano presente em uma dada estrutura e dinâmica econômica de uma formação social. Por esse veio, Lukács alinha o cotidiano de uma dada formação social como espaço de possibilidade para traçar um campo de ideias com uma função determinada, cuja consciência captura o problema e indica um modo de tratamento.

Assim, Lukács realizou o exercício de identificar o cotidiano como espaço que atende à determinação marxiana de elaboração de respostas com uma função específica. Dessa forma, as formas ideológicas são a expressão da transformação espiritual dos homens, sem deixar de inscrevê-las na sua relação com a base econômica.

A concepção lukacsiana de ideologia tem como conteúdo o produto do ser social, como resultado de captura conscientemente do real e do problema, onde seu exercício para a resolução é incorporado pela prática social. Numa caracterização mais abrangente, mais ampla, “a ideologia só pode se tornar um poder, uma força no quadro social, quando seu ser-propriadamente-assim convergir com as exigências essenciais do desenvolvimento da essência” (Lukács, 2013, p. 481). O terreno dessa convergência contempla níveis cujo critério localiza-se no “impulso que conduz para uma devida resposta a perguntas postas justamente pelo respectivo ser-propriadamente-assim do desenvolvimento social e por seus conflitos” (Idem, p. 481).

Tem-se, então, que:

Da vida cotidiana até as supremas objetivações (*objektivationen*) do reino humano vigora, em toda parte, a dupla determinação [das perguntas e respostas entre alternativas] aqui esboçada. Nela se evidencia o que deve entender por ideologia no sentido mais amplo da palavra, a saber, que a vida dos homens e, em consequência, todas as suas realizações, sejam elas práticas, intelectuais, artísticas etc., são determinadas, no final das contas, pelo ser social em que o referido indivíduo vive e atua (Lukács, 2013, p. 470).

Tomada em sentido mais restrito, a ideologia é apropriada enquanto conteúdo de conscientização e luta social, sendo sua existência atrelada a conflitos sociais de base socioeconômica. Assim, os “interesses vitais dos homens singulares que os compõem [conflitos] são os mesmos ou são fortemente convergentes e se mostram antagônicos aos interesses vitais de outros grupos” (Idem, p. 471). O campo de enfrentamento desses conflitos se dá na sociedade “quando os membros de um grupo conseguem convencer a si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes da sociedade como um todo” (Idem, p. 471).

Se este conceito mais restrito de ideologia pressupõe estruturas sociais estabelecidas, Lukács argumenta no sentido de se experimentar certa dilatação de seu conteúdo quando se observa, por exemplo, as sociedades primitivas. O campo

de possibilidades naquele período ainda não estava posto no sentido de produzir uma estratificação de classes. Por outro lado, o processo social de reprodução que estava no campo de possibilidades naquele momento histórico – a caça e a coleta como forma de subsistência – também encontrava determinação pela necessidade de reações específicas para alcançar o objetivo de subsistência, como coragem, persistência. Esses elementos que encontram sua gênese na sociedade primitiva são considerados como virtudes da classe dominante, que se transformam em formas ideológicas no campo da política, da moral, do direito, etc. Tem-se aqui a necessidade de remeter o conteúdo do conceito da ideologia restrita ao campo das emoções como molas precursoras das atividades das sociedades primitivas.

Nestes termos, é importante fixar que o conteúdo apreendido erroneamente pela consciência não pode ser diretamente associado à ideologia. Essa formulação, seja correta ou seja equivocada, de um problema específico só se torna conteúdo ideológico se apresentar uma função social determinada, se desempenhar algum papel junto à correlação de forças. Assim,

[...] em termos gnosiológicos, pode-se determinar se um produto espiritual é falso ou verdadeiro, mas não se pode através disso determinar se ele pode ou não assumir função ideológica. Essa identificação só é possível através do critério ontológico-prático, ou seja, através do exame da função que este pensamento desempenha na vida cotidiana efetiva (Vaisman, 2010, p. 51).

E Lukács (2013) chama a atenção para o conteúdo de conflitos sociais que parecem compor necessariamente a existência social da ideologia, conflitos que “precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta” (p. 471). Ou seja, a existência da ideologia pressupõe homens singulares considerados enquanto seres que materializam toda a atividade social e que engendram conflitos sociais de acordo com interesses antagônicos.

Esses antagonismos²³ só podem ser enfrentados eficazmente na sociedade quando os membros de um grupo conseguem convencer a

²³ Interessante observar a esta altura que Lukács chama atenção que é possível evidenciar tal característica mesmo em sociedades que ainda não apresentavam o antagonismo de interesses grupais, como o período da caça e da coleta, quando determinados

si mesmos de que seus interesses vitais coincidem com os interesses importantes para a sociedade como um todo, portanto, de que cada um daqueles que defende esses interesses, simultaneamente faz algo útil para a sociedade como um todo (2013, p. 471).

São esses conflitos sociais que derivam a necessidade de formas específicas de ideologia para a efetivação de possibilidades objetivas da essência econômica.

A ideologia, nesses termos, compõe-se de um duplo caráter²⁴, em que a perspectiva do desenvolvimento da essência econômica não é entendida pelos envolvidos de acordo com sua necessidade, apesar de suas características estarem presentes na realidade e na própria imagem científica possível de ser formulada num determinado tempo histórico. Ou seja, o problema está posto na realidade, mas a elaboração da resposta adequada aparece como um problema vital.

Assim, o trânsito entre essência e fenômeno constitui um dos movimentos mais fundamentais da desigualdade e da contradição do desenvolvimento social. Além disso, o movimento contraditório da economia encontra nas ideologias os meios para alcançar os resultados perseguidos, e o progresso real da sua essência (econômica) se coloca apenas no campo das possibilidades objetivas.

[...] no âmbito do ser social, de modo algum podemos considerar o mundo dos fenômenos como produto simples, passivo, do desdobramento da essência, mas que, muito antes, essa inter-relação

comportamentos para dominar aquele trabalho – como a coragem e a persistência, que mais tarde são incorporadas enquanto virtudes de classes dominantes – precisavam ser colocados em prática. Nestes termos, o que permanece decisivo é que, “[...] já no estado primitivo, toda atividade assume uma forma objetivada, uma forma alienada, de modo que a esfera de vida abrangida de modo meramente pragmático-empiricista, por mais ampla que seja, é muito maior e mais diferenciada do que se poderia supor em razão da mera existência de instrumentos materiais do trabalho etc.”. (Lukács, 2013, p. 474). Mais à frente Lukács retoma a afirmação de que “alguns tipos de ideologia remontam aos primórdios do desenvolvimento social” (p. 478). Assim, o fato de as pessoas direm conflitos nas sociedades não exclui a possibilidade de, nas sociedades primitivas, eles aparecerem de forma latente, dada a condição subdesenvolvida da personalidade (p. 479).

²⁴ O duplo caráter tem a objetivação e a alienação como componentes fundamentais e indispensáveis à estrutura da ideologia. Pois, “tanto a objetivação como a alienação têm, como todas as categorias sociais importantes, um caráter duplo: por um lado, elas determinam todas as manifestações vitais de modo universal e, por isso, generalizante; por outro lado e simultaneamente, elas constituem a sua singularidade especificamente social” (Lukács, 2013, p. 469). E Lukács segue: “A realidade social está baseada, em última análise, no pôr de momentos materiais para a reprodução da sociedade e dos homens que a compõem. Porém, um conjunto harmônico (também por meio de contradições) da práxis social jamais poderia funcionar se não fosse, em toda a parte e constantemente, envolto e sustentado por essa atmosfera de objetivações e alienações (2013, p. 486).

de essência e fenômeno constitui um dos fundamentos reais mais importantes da desigualdade, da contraditoriedade no desenvolvimento social. Porém, seria uma simplificação extremamente equivocada se, reconhecendo essa contraditoriedade, fôssemos simplesmente identificar essência com economia, fenômeno com superestrutura. Pelo contrário. A linha divisória entre essência e fenômeno atravessa pelo meio da esfera puramente econômica (Lukács, 2013, p. 492).

A progressiva complexificação do processo de produção engendra operações que aparentam nada ter a ver com o mecanismo de extração de valor e mais-valor, mas que se colocam como fundamentais na totalidade do processo de reprodução, como, por exemplo, a ideologia do direito.

1.3.1 As formas específicas de ideologia: o direito e a política

A regulamentação jurídica (o direito), considerada por Lukács como forma específica de ideologia – ao lado da política que será tematizada em seguida – vem no sentido de dar suporte à troca e ao intercâmbio de mercadorias, cuja condição para sua existência é a diminuição do tempo socialmente necessário para a reprodução na produção.

Neste sentido, a área mobiliza um grupo de pessoas não envolvidas diretamente na produção, mas responsáveis por dar suporte à sua engrenagem. “Portanto, a socialização da sociedade e o desenvolvimento da produção também estão baseados economicamente em que sua capacidade seja suficiente para manter esse estrato de não produtores” (Lukács, 2013, p. 497).

Deste modo, há sistemas amalgamados a serviço do processo de produção (que se dá na base) com o objetivo de resolver os problemas que se colocam na ordem do dia. Lukács (2013) chama atenção para o fato de que ao tornar realidade a estratificação das classes, as alternativas à resolução dos problemas tendencialmente coincidem com os interesses da classe dominante (p. 497).

Em suma, o direito nasce, como forma específica de ideologia, a partir da necessidade de resolver e ordenar conflitos derivados do processo produtivo e em apoio a este. Sua gênese se dá concomitantemente à diferenciação e complexificação da divisão social do trabalho, de tal forma que, gradativamente, o direito se torna uma

esfera específica, na qual atuam profissionais especializados que vivem de sua atividade.

Desse modo,

a socialização da sociedade e o desenvolvimento da produção também estão baseados economicamente em que sua capacidade seja suficiente para manter esse estrato de não produtores, o que não seria possível sem uma diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução na produção imediata. [...] a socialização se evidencia, em termos sociais, no quanto os homens conseguem reproduzir sua vida em termos individual e genérico sem participarem da produção material imediata da essência (2013, p. 497).

Interessante observar que Lukács, ao alçar o campo do direito, com referência em Engels, à esfera das formas específicas de ideologia, como instrumento para resolver conflitos, o faz considerando a necessidade de elaborar uma nova forma de objetivação e alienação do fato social. A teia do direito deve estruturar-se com uma função social, e suas ações precisam ser constituídas com coerência a fim de enfrentar e dirimir conflitos no campo do real – no horizonte daquele que é o seu demandante (no caso, os interesses das classes dominantes) no âmbito da correlação de forças – sendo investido de um caráter de resolução de problemas num patamar de universalidades.

Nestes termos,

Os critérios do processo de abstração objetivante que o pôr jurídico efetua no conjunto da realidade social consistem em se ele é capaz de ordenar, definir, sistematizar etc. os conflitos socialmente relevantes de tal maneira que seu sistema possa garantir a otimização relativa do respectivo estado do desenvolvimento da sua própria formação, visando ao enfrentamento e à resolução desses conflitos (Lukács, 2013, p. 499).

Assim, a coerência, a lógica do campo do direito não é determinada pela objetividade social; antes, atende aos interesses da classe dominante na sua necessidade ulterior de regulação de conflitos para mascarar suas contradições internas. Neste caso, o jurista profissional, decorrente da divisão social do trabalho, é o ator social que se configura como um tipo de ser específico do direito como ideologia, enquanto o direito se trata de uma esfera para dirimir tensões provenientes

das incoerências do modo de produção do capital – em contraste “com os princípios espontâneos de regulação do costume e da moral – que coloca em cena a necessidade de um “estrato especializado que administra, controla, aprimora etc. essa área do pôr” (Lukács, 2013, p. 501).

De outro modo, se o direito e os juristas estão atrelados à divisão social do trabalho e à necessidade de regular conflitos da base econômica, a relação entre a ideologia do direito e as tendências econômicas não é isenta de divergências, pois o âmbito da regulação pode impactar as tendências da economia. Soma-se a isso a incompatibilidade entre as duas esferas, que reside na ilusória preponderância que o direito acredita possuir enquanto regulador social, ordenador da sociedade em geral e da economia em particular. Pela ótica dos juristas e do direito, há uma inversão de posição, onde a ideologia (no caso, a ideologia específica do direito) se coloca como preponderante em relação à economia, o que configura mesmo uma inversão dos movimentos da base e da superestrutura, nos termos de Marx. Assim, a preocupação do campo do direito no papel de regulador social não se ancora em dedicação genuína do conhecimento da realidade. Antes, se guarda ao papel de superior no seio da atividade do complexo total.

O caráter real do direito só pode ser evidenciado, portanto, quando se compreende essa deformação glorificadora como aquilo que ela de fato é, a saber, uma ideologização da ideologia, que surge necessariamente quando a divisão social do trabalho delega sua manutenção a um estrato de especialistas (Lukács, 2013, p. 501-502).

Lukács ainda chama atenção à incapacidade do direito enquanto regulador isolado dos conflitos sociais, precisando se valer de forças assessórias como a moral, os costumes, a religião e, ousa questionar, por que não, novas profissões que se ramificam no interior da divisão social do trabalho.

Ainda no campo das formas específicas de ideologia, há aquelas voltadas à ação direta sobre a economia e às estruturas sociais a elas relacionadas. Passamos, então à tematização da práxis política.

Lukács destaca que “não pode haver nenhuma comunidade humana, por menor que seja, por incipiente que seja, na qual e em torno da qual não aflorassem

ininterruptamente questões que, num nível desenvolvido, habituamo-nos a chamar de políticas” (2013, p. 502).

Neste sentido, a política²⁵ ganha relevância enquanto uma esfera da vida em sociedade que possui ancoradouro ainda mais profundo que a ideologia do direito, que se põe na cena somente mediante a divisão social do trabalho.

A política é complexo universal da totalidade social, só que se trata de um complexo da práxis, mais precisamente, da práxis mediada, que, por isso mesmo, de modo algum tem a possibilidade de ter uma universalidade tão identicamente espontânea e permanente como a linguagem enquanto órgão primordial da apropriação do mundo através da objetivação dos objetos, bem como dos sujeitos que os põe em alienação e se apropriam dele (Lukács, 2013, p. 502).

A práxis política é a corporeidade da mediação entre a unidade contraditória do fenômeno e da essência. Assim, “do ponto de vista imediato dos pores teleológicos com intenção política, a união indissolúvel e a unidade de essência e fenômeno são tanto seu ponto de partida inescapável como seu fim necessariamente posto” (2013, p. 503). Nesse movimento, decide-se quanto à sua efetividade, ainda que em termos gerais, podendo traçar programas que estão na contramão dos anseios da atividade econômica, com implicações inclusive para a superestrutura do direito. Essa unidade complexa está longe de estabelecer interações simples, pelo contrário, figuram com “interações complexas muito distintas nas duas esferas, o que tem por consequência que a influência recíproca de essência e fenômeno deve assumir as formas mais díspares possíveis” (2013, p. 503).

Chamar atenção para a dimensão práxis da política significa situá-la no âmbito da influência recíproca, espaço onde se decide conservar ou transformar o que se apresenta no mundo fenomênico, sem perder de vista a possibilidade de acessar a essência dos problemas. O complexo da ideologia política remete a um mesmo e

²⁵ Aqui reconheço na organização lukacsiana do complexo do ideal e da ideologia o Serviço Social enquanto instância da ideologia política, pois desde as suas protoformas a profissão foi atravessa por conteúdos teóricos que atendiam a justificação das mazelas advindas da nova ordem burguesa. Fato é que um campo tenso de disputas políticas sempre se colocou no horizonte da profissão, com momentos mais conservadores, buscando justificar a ordem societária burguesa, e momentos mais progressistas, como o inaugurado no Serviço Social brasileiro desde seu processo de renovação. Mais que isso, a própria dimensão de práxis da profissão é atravessada pela dimensão da ideologia política.

reiterado movimento que se dá no modelo do complexo do trabalho, qual seja: buscar o conhecimento dos nexos, das causalidades para transformar a realidade. Nestes termos, o produto da política encontra-se na esfera das práxis sociais, atuando na consciência de um grupo humano.

O espaço da alternativa, da construção de respostas à realidade, do mesmo modo que pode ser acionado pelo fenômeno, também aparece na práxis política com a possibilidade de acessar a essência do problema, onde o caráter específico dessa práxis encontra-se no próprio movimento histórico da sociedade.

Os conteúdos ideológicos da decisão política de modo algum são indiferentes, como se decisivo fosse exclusivamente o êxito prático momentâneo e as razões determinantes não tivessem qualquer importância. Pelo contrário. Em todas as decisões políticas há dois motivos objetivamente distintos, ainda que, na realidade muitas vezes estejam interligados, que podem servir de critérios (Lukács, 2013, p. 505).

Lukács indica que o primeiro dos motivos é a identificação do elo da corrente, aquela tendência, aquele problema que é capaz de engendrar um efeito de atendimento às necessidades mais gerais²⁶ da sociedade.

De outro modo, o segundo critério localiza-se como uma contra-tendência na saída encontrada pelo “elo da corrente”, mais especificamente, consiste em identificar quanto tempo duraria aquela “alternativa” aos problemas postos. E neste contexto, se o critério da gnosiologia sempre foi rechaçado como conteúdo que permitia considerar ou não determinado conteúdo como ideológico, “na práxis política, ideologias puramente demagógicas podem adquirir um ímpeto imediato também tão forte que parecem ser meios adequados para dirimir uma crise” (Lukács, 2013, p. 506-507).

²⁶ Cabe aqui registrar o exemplo primoroso de Lukács quanto à sagaz capacidade de Lênin em identificar o “elo da corrente” com as palavras de ordem “terra e paz”, terra para os agricultores e paz entre os trabalhadores. Nos seus termos: “As duas palavras de ordem ‘terra e paz’ podiam ser tidas como realizáveis – se consideradas apenas segundo o seu teor puro e simples – também na sociedade burguesa. A genialidade política de Lenin, diante disso, consistiu em ter reconhecido o antagonismo de que elas, por um lado, constituíram o anseio insaciável e ardente das grandes massas, mas, por outro lado, eram praticamente inaceitáveis para a burguesia russa e, sob as circunstâncias dadas, tampouco receberiam apoio ou seriam passivamente toleradas nem mesmo pelos partidos pequeno-burgueses. Assim, as finalidades políticas estipuladas, que em si nem precisariam revolucionar a sociedade burguesa, se transformaram em material explosivo, em veículo para provocar uma situação em que a revolução socialista pudesse ser realizada exitosamente” (Lukács, 2013, p. 505).

Lukács chama atenção:

Quando falamos da duração, naturalmente não tínhamos em mente nenhum lapso de tempo abstrato, quantitativamente determinável, mas a questão referente a se os novos momentos causais postos em marcha no pôr teleológico, não importando com que grau de consciência isso seja feito, influem efetivamente nas tendências econômicas decisivas que entraram em crise. Portanto, a duração pode proporcionar um critério para uma decisão política somente na medida em que suas consequências atestarem claramente que ela, não importando com que fundamentação ideológica, foi capaz de incidir em certas tendências reais do desenvolvimento social, se e como as cadeias causais desencadeadas por ela influíram efetivamente nesse desenvolvimento (Idem, 2013, p. 507).

Importante observar que o tempo de duração posto em movimento pelo elo da corrente, pela ação política desencadeada a partir dele, que tende a absorver mais a demanda de um determinado polo da correlação de forças, é inversamente proporcional ao nível da divergência que provoca na sociedade, ou seja, quanto maior a divergência menor será o tempo de duração contido naquela decisão política. Assim, “a efetividade da ação política só se torna completa na duração” (Idem, 2013, p. 508).

Desse modo, a ação política transborda de significado histórico-social concreto, donde, o que determina no “processo histórico é o socioeconomicamente necessário, a essência: todas as decisões e todos os atos, sejam eles geniais ou estúpidos, sinceros ou criminosos, só podem influir sobre a essência de modo a acelerá-la ou desviá-la do caminho”(Lukács, 2013, p. 508). Nestes termos, a essência comporta um caráter humano-social, e o desdobramento do que é posto em movimento impacta o conteúdo da práxis posterior.

O homem enquanto ser que responde nunca é independente da questão que a história lhe coloca, mas de igual maneira o movimento social que se tornou objetivo jamais pode se tornar independente de sua gênese humano-social, político-moral (Idem, 2013, p. 509).

Lukács destaca, ainda, em relação ao tempo de duração das ações políticas, que nelas comportam “a igualdade e a diversidade dos dois grandes grupos de pores teleológicos”, a saber: o primário e o secundário.

A igualdade baseia-se em que, tanto no metabolismo com a natureza como na influência dos pores teleológicos de outras pessoas, o pôr só pode se tornar efetivo quando põe em marcha pessoas, forças etc. reais como seu objeto intencional. Correspondendo à diferença entre os dois tipos de pores teleológicos, o coeficiente de incerteza, como sabemos, não só é bem maior no segundo grupo, como também de uma grandeza que reverte para o plano qualitativo (Idem, 2013, p. 509).

Assim, o componente de igualdade entre os pores teleológicos primário e secundário é a necessidade de colocar em movimento, de atingir objetivos idealizados, sendo que o primeiro estabelece a transformação direta no metabolismo com a natureza e o segundo encontra-se no âmbito das relações entre pessoas. E a diferença reside no grau de incerteza de sua execução, de atingir o objetivo intencional. O coeficiente de incerteza de um pôr teleológico em marcha do campo primário é muito menor do que as incertezas que um pôr teleológico secundário carrega, pelas razões óbvias de estar se tratando de relações sociais. Deste modo, está mantido “o fundamento ontológico comum recém-determinado: a necessidade de incidir no ser” (Lukács, 2013, p. 509).

Nestes termos, Lukács (2013) realça a contraditoriedade que permeia a elaboração dos pores teleológicos que, mesmo na relação com a natureza, apresenta a determinação de que um pôr jamais alcança o conhecimento pleno do assunto, para colocar em marcha a execução de seu objeto. No pôr teleológico secundário, mais especificamente na ideologia política, além do raio do não conhecido ser muito maior, o conhecido “é capaz de produzir a partir de si mesmo novas formas, novas legalidades” (p. 510).

Isso naturalmente não quer dizer que seja impossível acertar as verdadeiras tendências do desenvolvimento com as decisões políticas (...) o que não se pode esquecer é que um desenvolvimento político nunca poderá ter o curso imanentemente coeso de um pôr do trabalho.

[...]

Assim, a duração do efeito de fato constitui um critério da correção social dos pores políticos, mas não um critério que se pudesse conhecer racionalmente de antemão. Só a história pode propiciar um juízo válido sobre ele – sempre *post festum* (Lukács, 2013, p 510).

Claro está que o componente da contraditoriedade marca presença nos pores teleológicos e na práxis política, não sendo possível pensar em caráter universal da

política ou, se se quiser, em universalidade da política. Antes, a política deve ser pensada a partir da história que se efetiva. O critério da eficácia e da duração nunca se colocam como certeza no campo das ações políticas, são antes permeados de um processo contraditório revolto por uma série de movimentos causais, não linearmente determinados.

Neste ponto, Lukács chama atenção que

o pensamento fetichizado da ciência oficial está sempre direcionado – de modo confesso ou encabuladamente tácito – para transformar a historicidade ontologicamente relevante dos comportamentos humanos-sociais típicos numa ‘eternidade’, numa ‘perenização’ do conteúdo, na qual a continuidade dinâmica do processo real se petrifica numa ‘substância’, em última análise, sempre idêntica (2013, p. 510).

Nestes termos, Lukács indica que assim como não há política geral que se preserve sem alterações ao longo do tempo, dado seu conteúdo de historicidade e de relação com a produção material, o mesmo acontece com a própria produção geral, objeto de tratamento por Marx na década de 1850.

Marx assevera

Quando se trata, pois de produção, trata-se da produção em um grau determinado do desenvolvimento social, da produção dos indivíduos sociais. Por isso, poderia parecer que ao falar da produção em geral seria preciso quer seguir o processo de desenvolvimento social e suas diferentes fases, quer declarar desde o primeiro momento que se trata de uma determinada época histórica, da produção burguesa moderna, por exemplo, que propriamente constitui nosso tema. Mas **todas as épocas da produção têm certas características comuns, certas determinações comuns**. A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável, na medida em que, efetivamente sublinhando e precisando os traços comuns, poupa-nos a repetição. **Esse caráter geral, contudo, ou este elemento comum, que se destaca através da comparação, é ele próprio um conjunto complexo, um conjunto de determinações diferentes e divergentes**. Alguns desses elementos comuns pertencem a todas as épocas, outros apenas são comuns a poucas. Certas determinações serão comuns à época mais moderna e à mais antiga. Sem elas não se poderia conceber nenhuma produção, pois se as linguagens mais desenvolvidas têm leis e determinações comuns às menos desenvolvidas, o que constitui seu desenvolvimento é o que os diferencia destes elementos gerais e comuns. **As determinações que valem para a produção em geral devem ser precisamente separadas, a fim de que não se esqueça a diferença essencial por**

causa da unidade, a qual decorre já do fato de que o sujeito – a humanidade – e o objeto – a natureza – são os mesmos (Marx, 1987, p. 4-5 – grifos nossos)²⁷.

A longa citação contempla elementos importantes acerca do caráter geral da produção, ou melhor, que mesmo existindo elementos e determinações comuns à todas as épocas na produção - como exemplo, a linguagem e a relação sujeito, objeto –, a historicidade e as características do desenvolvimento social daquela época também compõem processos particulares²⁸ de produção.

No necessário adendo referente à produção em geral, dialogando com o pensamento marxiano, a fim de traçar um paralelo com a discussão da inexistência da política em geral, Lukács chama atenção, mais uma vez, ao caráter dos pores teleológicos secundários – com grau de certeza e durabilidade menores quando comparados aos primários – ressaltando a necessidade de maior rigor ao trabalhar as abstrações no campo da ideologia política.

Neste âmbito:

O fato de o conflito a ser enfrentado e resolvido desenrolar-se no âmbito da unidade de essência e fenômeno, de sua forma de solução inevitavelmente imediata ser a apreensão do próximo elo sempre concreto da corrente, mostra claramente que o traçado dos limites de uma política 'em geral' é muito mais restrito do que o da produção em geral (Lukács, 2013, p. 512-513).

O aspecto qualitativo presente na estrutura e dinâmica da práxis política é determinado pela estrutura econômica e social e “somente dentro do campo de ação dado nesses termos podem se explicitar os conflitos concretos a serem enfrentados e resolvidos politicamente” e, o modo como enfrentar e as consequências dessas

²⁷ MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos (Os pensadores). São Paulo: Nova Cultura, 1987.

²⁸ Vale aqui remeter à referência que Marx clarifica a questão: “Se não existe uma produção em geral, também não pode haver produção geral. A produção é sempre um ramo particular – por exemplo, a agricultura, a pecuária, a manufatura, etc. – ou ela é totalidade. Mas a Economia Política não é tecnologia. Será preciso desenvolver em outro lugar (mais tarde) a relação entre as determinações gerais da produção, num dado grau social, e as formas particulares da produção. Finalmente a produção também não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção (Marx, 1987, p. 5).

decisões políticas “se defrontam com esse ser-propriadamente-assim concreto novamente de modo concreto em uma determinação impregnada de causalidades” (Lukács, 2013, p. 513).

Para explicitar o campo de ação do ser-propriadamente-assim Lukács remeteu a duas citações de Marx, sendo a primeira, da *Crítica à filosofia do direito de Hegel*, que trata a política no feudalismo, e a segunda remonta à revolução política que derrubou a sociedade feudal, ainda com origem revolucionária, parte integrante em *Sobre a questão judaica*. Com os exemplos Lukács trouxe à luz como “a mudança estrutural de cunho socioeconômico da sociedade de uma formação para a outra não só confere novos conteúdos à política, permanecendo inalterados os princípios” (Idem, p. 515). Tais mudanças devem ser consideradas “enquanto momentos determinados do grande processo, cujo conteúdo é formado pelo afastamento da barreira natural, pela crescente socialização da sociedade etc.” (Idem, p. 515). Assim, Lukács demonstra como podem ser profundas as características qualitativas da objetividade que impactam na práxis política de diferentes formações e, ainda, trata de realçar que a diversidade resultante desse processo de construção de uma nova ordem possui como fundamento mais geral o afastamento da barreira natural e a crescente socialização da sociedade. O complexo que deflagra a transição de uma sociedade à outra está centrado na evolução econômica, no modo de organização da produção, que impõe limites e supera seu antecessor.

De outro modo, o fator subjetivo, subsumido ao desenvolvimento econômico, encontra materialidade nas respostas elaboradas a partir de alternativas que a objetividade da base coloca. Nestes termos, é o mundo objetivo colocando questões e o homem, na sua subjetividade, respondendo.

[...] toda pergunta só se torna uma pergunta autêntica mediante a sua formulação que leva a uma resposta e não se restringe a um estado eventualmente difícil de suportar, mas que o conteúdo, a direção, a intensidade etc. da resposta possa adquirir um significado decisivo para o resultado do enfrentamento dos problemas ocasionados pelo desenvolvimento objetivo (Lukács, 2013, 519).

Assim, o desenvolvimento econômico depende das respostas subjetivas elaboradas pelos homens, e Lukács, se valendo da construção marxiana disposta em *A ideologia alemã*, traz à tona o “modo da composição ideológica normal da

sociedade”, destacando a força do *status quo* social. No extrato destacado por Lukács, Marx e Engels vêm discorrendo sobre o poder das ideias da classe dominante que “são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, ao mesmo tempo, a sua força espiritual dominante” (Marx e Engels in Lukács, 2013, p. 519).

Recorramos ao próprio fragmento:

A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (Marx e Engels, 2007, p. 47).

Destarte, essa ordem de primazia ideológica à disposição da classe dominante não se trata de um poder exterior. Antes, trata-se de que “o ser social daí resultante produz base natural da vida para a média das pessoas e suas ideias, em essência, nada mais são que tentativas de tomar consciência de sua própria existência pessoal” (Lukács, 2013, p. 520).

1.3.2 As formas puras de ideologia: a arte e a filosofia

A tematização das formas puras de ideologia figura nesta tese mais como um elemento de completude do tratamento do item “Do ideal e da ideologia”. Deste modo, os apontamentos serão bastante sumários, pois não estabelecem mediação fundamental com o nosso objeto de pesquisa.

Tratar das formas puras da ideologia remete à questão do complexo da humanização do homem, mais especificamente, como ser genérico e como individualidade.

Lukács, a esta altura, já situou o trabalho como o “primeiro fundamento do processo vital humano” e a “duplicidade indivisível” do homem, ou seja, como ser genérico e como individualidade (2013, p. 534). E, para entender este processo, é necessário apreender o movimento dessa duplicidade, seja nos momentos de separação ou de união.

Assim

As perguntas que os processos econômicos suscitam na transformação dinâmica das formações, cujas respostas levam os homens singulares a se formarem e desenvolverem tanto como seres genéricos quanto como individualidades, de fato, têm a base de sua realidade última nas objetividades economicamente determinadas da sua respectiva atualidade, mas ultrapassam ininterruptamente essa imediatidade justamente no entorno social do ser, sobretudo naquele que está baseado na divisão do trabalho (Lukács, 2013, p. 534).

E Lukács completa que tal ultrapassagem se encontra determinada pelo processo de produção material, cujo motor tem a gênese numa necessidade social que se autonomizou espiritualmente. Entretanto, a condição do sujeito de estabelecer este movimento na consciência – de determinação do processo de produção material – é cada vez mais difícil à medida que a práxis social se situa mais distante do processo de produção.

Vaisman (2010) nos chama atenção à indicação de Lukács ao aspecto ontológico fundamental do desenvolvimento humano-social, qual seja: o estabelecimento de um complexo com dois polos em relação recíproca que conformam a humanização do homem, onde, num polo se localiza “a universalidade do gênero, a generidade concreta de um dado momento, plataforma das possibilidades dos complexos singulares” e, noutro, “o complexo constituído pelo indivíduo humano, a individualidade que forma a unidade mínima do processo” (p. 55). Nestes termos, o ser social estabelece, de modo consciente ou não, a sua generidade e a sua individualidade, sendo que as formas mais elevadas da ideologia são resultado deste contínuo processo de humanização do homem.

No horizonte de superação do reino da necessidade pela via do desenvolvimento radical das forças produtivas, o aspecto objetivo “significa a consumação da socialização da sociedade”, e o aspecto subjetivo, é “a generidade interiormente preenchida [...] a autêntica individualidade do homem singular” (Lukács, 2013, p. 561).

As formas ideológicas puras desempenham, pois, para o lado subjetivo do processo de socialização da sociedade, papel fundamental. São elas que podem conscientizar e mobilizar para a possibilidade da passagem do em-si da realização humana em seu para-si, ademais de representarem a condição para que a relação

individualidade/generidade atinja seu ponto de autenticidade. Desse modo, as formas mais puras de ideologia relacionam-se com questões fundamentais do ser social, isto é, do homem: refletem um determinado nível evolutivo da relação individualidade/generidade – os dois polos fundamentais do ser social – ao mesmo tempo em que desempenham importante função subjetiva no processo de socialização enquanto tal (Vaisman, 2010, p. 56).

Vaisman é cirúrgica ao indicar que as formas mais puras da ideologia espelham as questões fundamentais do ser social, refletindo o nível evolutivo da complexa relação recíproca dos polos da generidade/individualidade. As formas específicas de ideologias consideradas, por Lukács, como puras – a filosofia e a arte – recebem esta caracterização porque não exercem qualquer ação direta na economia e dedicam-se a cultivar o gênero humano.

A filosofia assume como seu problema central “a essência e o destino do gênero humano, o seu ‘de onde?’ e o seu ‘para-onde?’ [...] em constante transformação temporal e histórica” (Lukács, 2013, p. 540).

Na filosofia autêntica, o ultrapassar das necessárias divisões do trabalho das ciências, a universalidade filosófica, nunca constitui um fim em si mesmo, nunca é síntese meramente enciclopédica ou pedagógica de resultados acreditados, mas uma sistematização como meio de possibilitar a compreensão mais adequada possível desse ‘de onde?’ e ‘para onde?’ do gênero humano. (Lukács, 2013, p. 540).

A influência da filosofia²⁹ na vida cotidiana é um desaguar dos seus ensinamentos naquele âmbito, e Lukács chama atenção para o fato de que essa

²⁹ Vale aqui uma citação de Lukács quanto a este movimento da filosofia que desagua na vida cotidiana: “Os homens enredados em conflitos geralmente agem, antes, de modo espontâneo, motivados diretamente pelo que chamamos de a ontologia da vida cotidiana. Mas como surge esta? Indubitavelmente são decisivas nela as vivências primordialmente imediatas dos homens. O seu conteúdo e a sua forma, contudo, são influenciadas em ampla medida pelas ideologias – não por último também pelas ideologias puras –, cujas objetivações confluem para essa área. Não é preciso ter lido Marx para reagir em termos de classe aos acontecimentos do dia; não é preciso vivenciar artisticamente Dom Quixote ou Hamlet para ser influenciado por eles em resoluções éticas. Isso é assim tanto para o bem como para o mal – o que, no campo ideológico, nem pode ser diferente; tampouco foi necessário estudar Nietzsche ou Chamberlain para tomar decisões fascistas. Enquanto não forem desvendadas as inter-relações entre as ideologias (inclusive as mais elevadas e as mais ricas) e a ontologia do cotidiano, a saber, a elevação do modo de dirimir os conflitos a partir do cotidiano e simultaneamente o ingresso e a dissolução das ideologias

influência de grandes filósofos reverbera no espaço micro do cotidiano, sem a necessidade de leitura ou estudo dos mesmos, retomando a clássica definição de ideologia enquanto ideias que fazem mundo, ideias com força social.

A arte, enquanto ideologia pura – extensamente abordada por Lukács na *Estética* – conserva em seu centro o homem na sua individualidade genérica, na sua relação com o mundo e com o seu ambiente. Nestes termos, se para Lukács as ciências estão centradas na desantropomorfização, no sentido de perseguir o conhecimento correto, as artes, por seu turno, realizam o processo de antropomorfização do homem consciente³⁰. A antítese que o processo antropomorfizador estabelece, como aquele que coloca barreiras ao conhecimento correto, não se confirma na esfera estética. Pois “a antropomorfização consciente da arte, em contraposição, cria um meio homogêneo específico sobre a base da sua própria essência e das próprias finalidades, sendo que o que foi tomado da vida só pode ser utilizado depois que tiver sido submetido a esse processo de uniformização” (2013, p. 543-544).

A arte, enquanto ideologia pura, assim como a filosofia, não tem a pretensão de atingir fins imediatos, práticos-reais, colocando-se como capaz de estabelecer um processo de uniformização da vida cotidiana na perspectiva antropomorfizadora. A intencionalidade da arte é provocar nos homens determinados sentimentos cujos efeitos podem se converter ou não em realidade. A apreensão da realidade a partir do pôr artístico está assim direcionada à “criação de formações puramente miméticas” (Lukács, 2013, p. 544). Tais formações remontam a respostas a necessidades sociais que derivam desde os tempos primitivos. Deste modo, quando do surgimento da arte, esta aconteceu a partir de uma matriz existente que se remodelou às necessidades interiores da individualidade humana.

No centro dessas novas necessidades está o autoconhecimento do homem, o desejo de obter clareza sobre si mesmo, num estágio do

nele, tanto a continuidade do desenvolvimento da humanidade como o caráter de suas crises parecerão inexplicáveis” (2013, p. 561-562).

³⁰ Lukács chama atenção que a antropomorfização da esfera estética constitui um pôr consciente, diferenciando da antropomorfização espontânea que se dá na vida cotidiana. A diferença “evidencia-se de imediato em que esta última foi projetada para pores de orientação essencialmente prática, nos quais, por isso mesmo, experiências simplesmente tomadas do trabalho, da ciência etc., surgidas em virtude do método desantropomorfizante [...]” (2013, p. 543).

desenvolvimento em que a simples obediência aos preceitos da própria comunidade objetivamente já não era mais capaz de dar autoconfiança interior suficiente para a individualidade. Naturalmente, toda sociedade deve, tão logo surjam no seu meio conflitos dessa espécie, procurar regular com meios diretamente sociais o comportamento das pessoas que dela fazem parte no sentido do desenvolvimento normal da referida sociedade. Porém, desse modo está assegurada igualmente a vida significativa do homem singular enquanto ser genérico? Enfatizamos: do homem singular enquanto ser genérico, porque a satisfação dos desejos do indivíduo meramente particular é tão amplamente condicionada por ênfases pessoais, por acasos felizes ou perversos, que nenhuma sociedade tem condições de oferecer garantias plenas para ela. O homem singular, enquanto ser genérico só pode objetivar as suas paixões como membro da sociedade a qual pertence (Lukács, 2013, p. 544).

Nesta longa citação, Lukács enfatiza a arte enquanto resposta às necessidades interiores da individualidade humana, gestadas a partir das relações de tensão e conflito que emergem no interior da comunidade, cuja natureza centra-se na individuação. Ao mesmo tempo, evidencia que nenhuma sociedade é capaz de assegurar plenamente a realização de seus indivíduos e que, quanto mais complexa é a organização social, mais complexas se tornam as individualidades e, conseqüentemente, as necessidades a serem satisfeitas no âmbito das individualidades genéricas. É justamente nesse terreno de contradições entre individualidades e o ser genérico que se revela o papel da arte: enquanto ideologia, ela opera como mediação, articulando essas tensões e apresentando-se como “a prévia-ideação da constituição da autêntica individuação genérica” (Vaisman, 2010, p. 59).

Com esse pano de fundo, encerram-se as rápidas considerações das formas puras de ideologia, que desempenham, nesta tese, um papel complementar ao desenvolvimento do item “O momento ideal e a ideologia”, pois não configuram uma mediação fundamental para o objeto de pesquisa.

Assim como a arte, em Lukács, opera como forma ideológica pura que antecipa a *individuação genérica*, o projeto ético-político do Serviço Social é aqui compreendido como forma ideológica específica. Ele emerge de uma posição determinada na divisão sociotécnica do trabalho, converte-se em codificação jurídico-institucional (Código/1993, Lei 8.662/1993, Diretrizes/1996) e articula a teleologia do trabalho profissional às contradições da questão social, reorientando a práxis por valores emancipatórios concretos.

O itinerário teórico delineado neste Capítulo 1 converte-se em ferramenta analítica nos capítulos seguintes: a tríade histórico-ontológica sustenta a narrativa do processo de condução da virada crítica do Serviço Social no Brasil (Cap. 2) e orienta a leitura das inflexões nas décadas de 1980, 1990 e 2010-2020 (Cap. 3). Com isso, torna-se possível apreender o projeto ético-político como ideologia crítica, cuja eficácia depende das mediações entre teleologia do trabalho, formas de reificação do assalariamento e correlação de forças nas políticas sociais.

A premissa central, portanto, é que esse projeto é fruto de uma elaboração coletiva, forjada nas mediações concretas do trabalho cotidiano, nas contradições de classe e na disputa de projetos societários.

2 DOS FUNDAMENTOS HISTÓRICO-ONTOLÓGICOS À VIRADA CRÍTICA

Este capítulo busca articular os fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social – compreendidos a partir da tríade trabalho, questão social e dimensão ideopolítica – com o processo que conduziu à sua virada crítica no Brasil. Trata-se de reafirmar que o projeto ético-político da profissão não emerge como resultado espontâneo de uma evolução natural, mas como construção coletiva forjada nas mediações concretas entre a prática profissional, a luta de classes e os projetos societários em disputa. O Serviço Social é aqui apreendido como necessidade social objetiva, como função estratégica à reprodução das relações de exploração no modo de produção do capital, convocado a gerenciar as refrações da questão social³¹. Por isso, sua trajetória é atravessada por diferentes direções ético-políticas, ora reafirmando a subalternidade histórica da profissão às exigências do capital, ora tensionando essa ordem e abrindo caminhos para experiências de ruptura com o conservadorismo.

O capítulo vai da gênese conservadora do Serviço Social – sob a influência do apostolado laico católico e das estratégias de controle social do Estado burguês – à sua renovação crítica, gestada no bojo das contradições do ciclo da autocracia burguesa instaurada pelo golpe de 1964. Busca-se evidenciar como esse regime, ao mesmo tempo que reforçou os fundamentos tradicionais da profissão, abriu fissuras para a emergência de práticas e concepções críticas, protagonizadas por sujeitos

³¹ O termo *questão social* será utilizado ao longo desta tese sem o uso de aspas, embora se reconheça a polissemia que o atravessa. Nesta nota, busca-se situar seu significado histórico à luz das contradições engendradas pelo modo de produção capitalista, especialmente evidenciadas com a intensificação do pauperismo no contexto da Revolução Industrial, na Inglaterra. A expressão ganha destaque a partir de 1830, quando o protesto das massas pauperizadas — por meio de greves, revoltas e organizações sindicais — passou a representar uma ameaça concreta à ordem burguesa. Nesse sentido, a *questão social* surge como uma designação crítica à desigualdade estrutural produzida pelo capital. No entanto, ao longo do século XIX, o termo foi apropriado pelo pensamento conservador, que esvaziou seu conteúdo histórico e o naturalizou como um traço inerente à vida em sociedade. Assim, transformou-se em objeto de ações moralizantes e reformas de cunho paliativo. Em sua essência, contudo, a *questão social* expressa a materialização das contradições da ordem burguesa, sendo o tratamento de suas refrações alvo de disputas ideológicas entre concepções reacionárias e projetos de caráter emancipatório. É nesse marco que se funda o significado sócio-histórico da profissão, cuja materialidade está intrinsecamente vinculada às fases de desenvolvimento do modo de produção burguês e às estratégias formuladas para o enfrentamento — ou contenção — das expressões da *questão social* (Netto, 2001).

sociais concretos – profissionais, estudantes e docentes – que transformaram a crítica difusa em um projeto profissional coletivo. Ao final, apresenta-se a consolidação da virada crítica, materializada no acúmulo teórico-político dos anos 1970 e 1980, que fundamentou o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social no Brasil.

O ponto de partida da discussão é a realidade concreta dos sujeitos sociais que acolheram o Serviço Social como profissão, sujeitos que, ao escolherem este campo de trabalho como modo para suprir as suas necessidades do viver, confrontam-se com as determinações históricas de uma atividade constituída a partir da exigência de mediar os interesses antagônicos das classes, no trato institucionalizado da questão social, base ontológica da sociedade do capital. Dar visibilidade a esses sujeitos implica deslocar o foco de uma leitura puramente técnico-operativa para compreender que a profissão é produto histórico das relações sociais de produção e reprodução da vida no capitalismo, herdando e reatualizando, no seu cotidiano, os projetos societários em disputa na modernidade.

Nesse horizonte, a tríade trabalho³², questão social e a dimensão ideo-política constitui os grandes determinantes dos fundamentos histórico-ontológicos do Serviço Social. O trabalho é apreendido em dupla chave: como atividade teleológica fundante do ser social, como capacidade de colocar um pôr de fins às elaborações do pensamento, e como trabalho assalariado, como atividade inserida na divisão socio-técnica que nasce a partir da necessidade de especialização advinda do desenvolvimento do modo de produção burguês. A questão social comparece como a razão que dá sentido à profissionalidade, expressando as contradições estruturais entre capital e trabalho. A dimensão ideo-política, por sua vez, aparece como

³² Mais detidamente, no plano ontológico, trabalho é pôr teleológico, ou seja, a capacidade de antecipar mentalmente fins, escolher meios e intervir na natureza, inaugurando linguagem, consciência e sociabilidade. No plano histórico-social, o termo indica as formas concretas de produção e reprodução da vida, marcadas pela divisão sociotécnica, pelas relações de classe e pelos modos de produção. Marx já enuncia essa duplicidade quando chama o trabalho de “primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história”, *n'A ideologia alemã* em 1846, (2007, p.32) e, mais tarde, distingue o arquiteto da abelha por antepor o projeto à execução em *O capital, Livro 1, capítulo 5, em 1867* (2017, p. 255). Lukács sistematiza a elaboração marxiana na *Ontologia do ser social* (1969-71), mostrando que todas as esferas (direito, arte, moral, ideologia) derivam desse núcleo teleológico. Sob o capitalismo, o trabalho torna-se mercadoria e tende a alienar competências; as éticas profissionais, entretanto, tendem a resgatar o sentido humanizador originário, reivindicando autonomia crítica dentro das formas assalariadas.

mediação ativa entre essas contradições materiais e a consciência social, conferindo direção ético-política aos projetos profissionais que emergem no interior da luta de classes.

A concretude desses fundamentos se manifesta no exercício cotidiano da profissão, iluminando a tese que norteia este trabalho, qual seja: o projeto ético-político profissional, articulado à ruptura com o Serviço Social tradicional, pode ser entendido, na perspectiva lukacsiana, como um pôr teleológico secundário, voltado à transformação de comportamentos humanos e à construção de respostas ético-políticas frente às contradições sociais. Mais do que simples diretrizes profissionais, os projetos ético-políticos assumem a forma de ideologias, pois se inscrevem nos polos em disputa das lutas sociais, orientando-se pelos valores que correspondem aos projetos societários que os sustentam.

Com base nesse marco teórico, este capítulo se propõe a traçar o caminho histórico e ideo-político das bases que sustentaram a ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, em sua práxis política-organizativa. Para tanto, será necessário recuperar os fundamentos históricos da erosão do modelo tradicional, tendo como foco os sujeitos que protagonizaram a ruptura, e avançar na análise da virada crítica, que redefiniu a direção social da profissão. Mais do que uma sequência linear de acontecimentos, trata-se de apreender os processos contraditórios que gestaram o projeto ético-político: sua construção histórica, suas bases fundantes e seu papel como expressão de resistência às determinações do modo de produção burguês.

Essa intenção dialoga com a reflexão de Netto, que, em artigo publicado no livro *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*³³ (2016), por ocasião dos 80 anos da profissão no país, levanta questões que permanecem atuais. Naquele texto, Netto (2016) chama atenção para a necessidade de um esforço coletivo mais amplo, voltado à construção de uma história do Serviço Social no Brasil, situando existir um quadro de “hipertrofia dos

³³ Sob a organização de Maria Liduína de Oliveira e Silva, a coletânea *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo* (2016) situa a trajetória do Serviço Social brasileiro. A obra destaca o enfrentamento às imposições da ditadura militar, a resistência da categoria em defesa da democracia e dos direitos sociais e a consolidação do projeto ético-político crítico, enfatizando a articulação entre a profissão e os movimentos sociais no combate às desigualdades e na defesa da emancipação humana.

estudos localizados/particulares e de atrofia das abordagens históricas abrangentes e macroscópicas” (p. 55).

Essa observação se mostra especialmente relevante para o percurso que se delineia aqui, cujo objetivo é justamente resgatar essa história do projeto ético-político do Serviço Social a partir da ação dos sujeitos sociais que tensionaram e romperam com o tradicionalismo da profissão. Ao invés de uma narrativa centrada exclusivamente em marcos institucionais ou em análises fragmentadas, propõe-se aqui uma leitura a partir de “dentro da história”, valorizando a dimensão coletiva e processual da ruptura crítica, situando-a no interior das lutas sociais e das experiências cotidianas de profissionais, estudantes e intelectuais comprometidos com a transformação da realidade social.

Para tal empreitada, sua elaboração se dará, principalmente, a partir das seguintes fontes: a obra germinal de Iamamoto e Carvalho (1982)³⁴, que permanece, ainda hoje, uma leitura obrigatória para entender a história do Serviço Social no Brasil e a produção posterior³⁵ de Marilda Vilela Iamamoto, cuja trajetória é marcada pelo esforço constante de compreender os nexos fundantes do Serviço Social; as obras de

³⁴ A publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1982), de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, representa um marco no redirecionamento crítico do Serviço Social brasileiro. A obra rompeu com as leituras funcionalistas predominantes e introduziu um instrumental analítico ancorado no materialismo histórico-dialético. Ao conceber o Serviço Social como uma atividade especializada no interior da divisão sociotécnica do trabalho, Iamamoto expôs seu caráter contraditório: por um lado, vinculado à reprodução da ordem burguesa; por outro, tensionado por demandas que emanam das classes subalternas. Essa abordagem desvelou o papel da profissão como mediação ativa no trato das refrações da questão social, evidenciando que sua prática não pode ser entendida fora da totalidade das relações sociais de produção e reprodução. Tal formulação reposicionou a profissão no debate acadêmico, articulando-a diretamente à luta de classes e deslocando o debate profissional de um plano moral ou vocacional para uma análise histórica e estrutural.

³⁵ As contribuições de Iamamoto ao Serviço Social são de valor imensurável. Aqui destacamos ainda, mais de duas décadas depois, o livro *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* (2008), em que Iamamoto revisitou criticamente e atualizou suas formulações, examinando as novas determinações do trabalho profissional sob o domínio do capital financeiro. Nessa obra, a autora aprofunda a compreensão da profissão como prática atravessada por projetos societários em disputa, reforçando a necessidade de reconhecer a centralidade da luta de classes na definição dos rumos do Serviço Social. Iamamoto também denuncia os efeitos alienantes da mercantilização da vida social e da precarização do trabalho, problematizando os riscos de fragmentação teórica e perda de densidade crítica no campo profissional. Sua reflexão reafirma que a direção social da profissão não se define por escolhas individuais ou por um voluntarismo ético, mas pela inserção concreta do Serviço Social nas contradições do capitalismo contemporâneo e pela construção de estratégias coletivas comprometidas com a emancipação humana.

José Paulo Netto³⁶ que também são referências fundamentais quando se precisa entender quadros que permeiam o Serviço Social no Brasil e o seu lastro inicial no espaço internacional, passando por artigos que discutem projetos societários e profissionais, até escritos mais amplos, que oferecem importantes subsídios para a compreensão do período sombrio da ditadura brasileira.

Se essas são as principais referências teóricas, elas não esgotam o campo que sustenta este capítulo. Outras referências, igualmente importantes, compõem a construção da história da profissão no Brasil, como a Professora Maria Carmelita Yazbek, Raquel Raichelis, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria Rosângela Batistoni e tantos outros nomes que vivenciaram as agruras do período opressor e que resistiram, sendo ainda hoje expressão viva dessa resistência.

Além dessas referências clássicas, o Serviço Social dessa última década tem ampliado e amadurecido significativamente sua produção investigativa. Destacam-se, nesse sentido, duas iniciativas recentes, cujas produções teóricas também serão referência neste trabalho. A primeira refere-se aos desdobramentos da pesquisa em rede intitulada *O movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)*, cuja equipe de trabalho congrega pesquisadores da mais elevada consistência teórica e política a nível nacional e internacional e seus resultados têm contribuído significativamente com produções de grande relevância para a profissão. A segunda diz respeito a uma investigação em curso desde 2014, que articula diferentes eixos de pesquisa e se dedica ao estudo das referências e do posicionamento crítico dos assistentes sociais no Brasil. Esta é desenvolvida por profissionais com atuação no campo e na área acadêmica, além de discentes de graduação e pós-graduação, e

³⁶ O destaque aqui é, sobretudo, dos textos oriundos de sua tese de doutorado: *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (1991) e *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (1992). Nesses textos Netto fornece um arcabouço analítico imprescindível para compreender a profissão na totalidade concreta do modo de produção capitalista. Em diálogo com a tradição marxista, suas obras examinam as determinações estruturais que condicionaram o Serviço Social no contexto da autocracia burguesa brasileira, revelando como a profissão, mesmo submetida às estratégias de controle e regulação do Estado, pôde gestar práticas críticas e formular projetos contra-hegemônicos. Entretanto, há que se registrar que seu legado intelectual ao Serviço Social brasileiro é inestimável, não apenas por desvendar as determinações histórico-sociais da profissão, mas por articular, com rigor teórico, análises sobre a formação social brasileira, o marxismo e os processos societários que atravessam a prática profissional.

muito tem contribuído, tanto no sentido das publicações, quanto nas discussões recorrentes que se desenvolvem no próprio espaço coletivo da pesquisa.

2.1 OS SUJEITOS HISTÓRICOS DA ORIGEM: ENTRE CARIDADE, CONSERVADORISMO E MEDIAÇÃO SOCIAL

Pensar o Serviço Social no Brasil exige compreender sua condição de insurgência em articulação com os sujeitos históricos que construíram suas primeiras expressões. Antes mesmo da institucionalização profissional, delineavam-se formas sociais de enfrentamento à questão social, protagonizadas por práticas assistenciais organizadas por instituições religiosas, pautadas na caridade cristã e na moralização da pobreza. Embora fortemente marcados por uma base conservadora, esses sujeitos foram determinantes para a conformação inicial da profissão, pois deram materialidade às primeiras experiências organizadas de intervenção social no país.

Nesse esforço de localizar a gênese da profissão, Iamamoto e Carvalho (1998) destacam iniciativas germinais que, ainda que não diretamente vinculadas às protoformas do Serviço Social, configuram o pano de fundo religioso e social sobre o qual se assentaria sua institucionalização posterior. Mais especificamente, trata-se das obras de caridade promovidas por ordens religiosas europeias desde o período colonial, intensificadas com o movimento migratório italiano no final do século XIX. O resultado desse fluxo migratório, voltado sobretudo à substituição da força de trabalho escravizada recém-liberta em 1888, trouxe consigo a necessidade de controle e organização do nascente proletariado, conformando práticas assistenciais mais sistematizadas.

Os Carlistas, ou Scalabrinianos — da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu (1887) fundada por Dom João Batista Scalabrini, na Itália — vieram com a missão de acompanhar e prestar assistência aos migrantes que partiram rumo às Américas. Sua atuação incluía acolhimento, formação religiosa e assistência social, conjugando valores de caridade, disciplina moral e promoção da ordem. Essa atuação integrou o conjunto de práticas católicas que, posteriormente, influenciariam a base ideológica e institucional da conformação conservadora das protoformas do Serviço Social no Brasil.

Paralelamente à ação das congregações religiosas, o clero católico passou a atuar diretamente junto às primeiras unidades industriais, influenciando a vida cotidiana do operariado, inclusive com a obrigatoriedade de assistir às missas e outras liturgias. Ao mesmo tempo, o movimento sindical tutelado pelo apoio patronal avançava na promoção de iniciativas assistenciais voltadas a neutralizar a insurgência do “sindicalismo autônomo de inspiração anarco-sindicalista” (Iamamoto e Carvalho, 1998). Assim, as primeiras formas de intervenção social surgem imbricada a um projeto político-religioso de controle social, que conciliava práticas de assistência com mecanismos de pacificação e subordinação da classe trabalhadora.

Apesar dessas experiências anteriores, é no cenário posterior à Primeira Guerra Mundial que começam a se delinear com mais clareza as protoformas do Serviço Social, conforme indicam Iamamoto e Carvalho (1998). As profundas transformações na ordem social europeia, com os desdobramentos iniciais da emergência da primeira nação socialista e a efervescência do movimento operário em vários países do continente, configuram uma conjuntura marcada por forte instabilidade. As contradições sociais e econômicas que vinham se acumulando, especialmente na Alemanha, não conseguiram ser pacificadas com a assinatura do Tratado de Versalhes, em 1919. Diante do temor real de radicalização das massas trabalhadoras, as políticas sociais foram instrumentalizadas como estratégia das classes dominantes para conter os conflitos e reorganizar a coesão social.

Nesse ambiente de instabilidade e reorganização das estruturas burguesas, expandiram-se experiências, ainda pouco sistematizadas, voltadas à contenção dos conflitos sociais, sob o prisma da estabilidade e do controle. Mais tarde, essas práticas seriam reconhecidas como as protoformas do Serviço Social, na medida em que antecipavam os contornos institucionais e ideológicos da profissão, conferindo-lhe uma função socialmente necessária no interior da ordem capitalista.

Entre 1917 e 1921, o Brasil vivenciou mobilizações operárias que, sob influência das transformações internacionais, impulsionaram o debate em torno da questão social. Esse contexto evidenciava a urgência de respostas mais organizadas frente às expressões crescentes da desigualdade. Como apontam Iamamoto e Carvalho (1998), duas iniciativas institucionais se destacam nesse período: a Associação das Mulheres Brasileiras, no Rio de Janeiro (1920), e a Liga das Senhoras Católicas, em São Paulo (1923). Ambas foram articuladas por setores da elite com

trânsito nos circuitos estatais e significativa capacidade de mobilização de recursos, o que permitiu desenvolver ações assistenciais de maior alcance, consolidando o papel da caridade organizada na mediação das primeiras expressões da questão social no país.

Tais iniciativas se inscrevem no processo mais amplo da chamada “reação católica”³⁷, movimento da Igreja que procurava reconstruir sua influência em meio ao avanço das ideias liberais e à crescente organização do movimento operário, nas primeiras décadas do século XX. Não por acaso, a fundação da Confederação Católica do Brasil, em 1922 – precursora da Ação Católica – representou a articulação de entidades laicas coordenadas pelo clero, formando uma rede de ação moral e política conhecida como apostolado laico. Destacava-se, nesse campo, a participação de mulheres da elite católica que assumiam funções como assistência, educação e catequese. Essas práticas, ancoradas nos valores da caridade e da moral cristã, não apenas respondiam às expressões emergentes da questão social emergente, mas buscavam frear sua radicalização, antecipando as tensões entre controle social e mediação que acompanhariam a profissão em sua trajetória histórica.

Diante desse panorama, é possível afirmar que a gênese do Serviço Social no Brasil se vincula fortemente à atuação de sujeitos históricos concretos oriundos do apostolado leigo, organizado no interior da estrutura eclesial. Destacam-se, nesse campo de ação, diversas organizações³⁸ juvenis católicas que mobilizaram setores como operários, estudantes e mulheres em práticas de cunho educativo, religioso e assistencial. Importa reconhecer que essas iniciativas não se limitavam a gestos pontuais de caridade: tratava-se de uma estratégia institucionalizada voltada à formação de lideranças leigas, comprometidas com a intervenção social orientada por valores cristãos. Entre essas lideranças, uma figura de especial relevância foi Stella

³⁷ O termo “reação católica” refere-se ao movimento internacional de reorganização da Igreja Católica diante do avanço do liberalismo, do laicismo e do socialismo entre os séculos XIX e XX. No Brasil, ganhou forma em iniciativas como a Confederação Católica do Brasil (1922) e a Ação Católica (1935), que mobilizaram leigos — em especial jovens e mulheres da elite — na conformação de um apostolado laico voltado à caridade organizada e ao controle social, em consonância com a Doutrina Social da Igreja, inaugurada com a encíclica *Rerum Novarum* (1891).

³⁸ Aqui Iamamoto e Carvalho (1998) indicam a Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Independente Católica e a Juventude Feminina Católica (JFC).

de Faro, cuja contribuição foi decisiva para a articulação do movimento feminino católico e a estruturação de práticas assistenciais sistemáticas.

É a partir desse solo, moldado por fé, disciplina moral e contenção social, que se consolidam as primeiras iniciativas voltadas à formação profissional sistematizada, com a criação das escolas de Serviço Social na década de 1930³⁹. Instituições como a da PUC de São Paulo (1936) e a do Rio de Janeiro (1937) surgiram com o propósito de qualificar tecnicamente a intervenção social promovida pela Igreja, institucionalizando um fazer que já era realizado, em grande parte, por mulheres da elite católica, lideranças e juventudes eclesiais nos espaços de assistência. Essas instituições foram mais do que centros de ensino: constituíram-se como instrumentos de difusão do apostolado social, assumindo a tarefa de formar lideranças capazes de articular caridade cristã e competência técnica, em sintonia com a doutrina social da Igreja. Assim, a emergência do Serviço Social profissionalizado no Brasil se articula diretamente à atuação dessas lideranças, cujas práticas, antes circunscritas ao voluntarismo confessional, passam a ser integradas a uma formação profissional, que combinava saber técnico, disciplina moral e valores cristãos, em um campo de trabalho especializado, inserido na divisão sociotécnica e alinhado às estratégias do Estado burguês para administrar a questão social.

Sob a perspectiva da tríade anunciada na introdução, essa gênese revela-se como síntese histórica: o trabalho aparece como atividade especializada e institucionalizada; a questão social constitui o objeto a ser tratado pela profissão nascente, ainda sob o prisma do ajustamento e da moralização; e a dimensão ideopolítica manifesta-se na incorporação da doutrina social da Igreja como horizonte normativo, orientando tanto a formação quanto a prática profissional.

Esse processo de profissionalização ocorreu simultaneamente à reorganização estatal empreendida por Getúlio Vargas, marcada por uma modernização de caráter

³⁹ É importante distinguir, contudo, dois processos interligados, mas não idênticos: de um lado, a formação do laicato católico, que preparava lideranças leigas — sobretudo mulheres da elite — para atuar segundo os princípios da doutrina social da Igreja, reafirmando sua presença no espaço público; de outro, a oferta de serviços assistenciais, que, gestada nesse ambiente, buscava responder às expressões da questão social sob um viés moralizador e de controle. Embora imbricadas, já que a formação de lideranças também alimentava as práticas assistenciais, tratam-se de dimensões distintas: uma voltada à estruturação do apostolado leigo e outra ao enfrentamento imediato das refrações da questão social.

conservador. O projeto varguista articulou crescimento econômico, controle social e centralização política, incorporando a Igreja Católica como parceira estratégica na regulação das tensões sociais e na difusão de valores compatíveis com a ordem burguesa. Essa parceria traduziu-se no fortalecimento das práticas assistenciais confessionais e na legitimação do Serviço Social como ferramenta de mediação entre Estado, Igreja e classes subalternas.

Nessa configuração, a institucionalização do Serviço Social se inscreve como resposta às expressões crescentes da questão social, que ganhavam visibilidade diante do avanço da urbanização e da industrialização no país. Desde seus marcos fundantes, a profissão se vinculou a uma racionalidade técnico-normativa – concebida para harmonizar as contradições entre capital e trabalho – coerente com o projeto de regulação social de um Estado burguês, priorizando, sob a aparência de neutralidade, integrar as classes trabalhadoras à ordem social vigente.

A partir do pós-guerra, observa-se uma inflexão significativa na conformação do Serviço Social brasileiro: a influência norte-americana passa a disputar espaço com a matriz europeia, redirecionando gradualmente tanto a prática quanto a formação profissional. Esse deslocamento não pode ser dissociado do contexto mais amplo da Guerra Fria e da crescente penetração dos Estados Unidos nas políticas sociais latino-americanas, especialmente por meio de acordos de cooperação técnica e educacional, que buscavam alinhar os países do continente aos interesses geopolíticos do bloco capitalista. Essa inserção produziu a incorporação de metodologias e referenciais de inspiração pragmática, deslocando a profissão para uma lógica técnico-funcionalista voltada à regulação das expressões da questão social sob o impacto da modernização conservadora do Estado.

Num período em que as demandas sociais se intensificavam diante da expansão das cidades, do crescimento das periferias urbanas e da precarização das condições de vida de um proletariado em formação, o Serviço Social tem sua vocação reforçada como mediador das tensões entre capital e trabalho, oferecendo respostas que atenuavam os conflitos sociais e garantiam a manutenção de poder. O trabalho profissional, nesse sentido, instrumentaliza-se como engrenagem do projeto desenvolvimentista e de controle social; a questão social é apreendida como problema moral e administrativo, passível de regulação técnica; e a dimensão ideo-política da profissão expressa-se na sobreposição entre a doutrina

social da Igreja e as concepções norte-americanas de assistência e desenvolvimento, conformando uma prática voltada ao ajustamento dos indivíduos à ordem estabelecida.

A atuação profissional, nesse contexto, vivenciou o processo de incorporação das metodologias importadas, especificamente, o Serviço Social de Caso, de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade⁴⁰ que, embora inovadoras em termos técnicos, reforçavam uma lógica interventiva centrada no ajustamento individual à ordem social vigente, frequentemente reduzindo o sofrimento social a uma inadequação pessoal a ser corrigida, em coerência com os imperativos do capital.

A formação, por sua vez, acompanhou essa orientação. Os cursos de Serviço Social se expandiam sob uma perspectiva que priorizava a tecnificação da prática, calcada em referenciais psicológicos, normativos e religiosos. As missões internacionais e o envio de assistentes sociais brasileiras aos Estados Unidos intensificaram o alinhamento metodológico da formação a um modelo funcionalista, pouco atento às contradições estruturais da sociedade brasileira. O objetivo central era formar quadros técnicos aptos a responder às novas exigências da racionalidade social do Estado burguês.

⁴⁰ O Desenvolvimento de Comunidade, embora introduzido no Serviço Social brasileiro nas décadas de 1940 e 1950 como parte do projeto de modernização conservadora do Estado, possui uma trajetória contraditória que permite identificar, sob determinadas condições, um potencial progressista. Em sua formulação inicial, o método esteve fortemente atrelado à racionalidade técnico-funcionalista de matriz norte-americana, sendo apropriado como ferramenta de controle social, voltada à harmonização das relações entre capital e trabalho e ao ajustamento das populações pobres à ordem burguesa. Nesse contexto, foi amplamente utilizado como estratégia conservadora, despolitizando as expressões da questão social por meio de ações localizadas, reforçando o caráter assistencialista da profissão. Contudo, a partir da década de 1960, esse mesmo referencial passa a ser tensionado e reapropriado por setores da profissão em processo de ruptura com suas bases tradicionais. Em meio ao contexto de radicalização das lutas sociais e da inserção do Serviço Social na universidade, o Desenvolvimento de Comunidade começa a ser ressignificado por sujeitos comprometidos com um projeto profissional crítico. Nesse novo horizonte, ele se transforma em instrumento metodológico voltado à organização coletiva, ao fortalecimento de vínculos comunitários e à construção de práticas voltadas à transformação social. Como observa Netto (1996), uma das vertentes que emergem nesse processo de renovação compreende o Desenvolvimento de Comunidade como possibilidade de intervenção conectada à libertação social das classes subalternas, rompendo com a lógica de adaptação e abrindo espaço para uma práxis de cunho emancipatório. Assim, a importância histórica dessa abordagem não reside em sua origem técnica, mas na forma como foi apropriada por diferentes sujeitos sociais, tornando-se, em determinados momentos, expressão viva das disputas ideológicas que atravessam a direção social da profissão.

Os sujeitos recrutados para essa formação carregavam uma marca social nítida. Em sua maioria, eram mulheres oriundas das camadas médias urbanas, fortemente vinculadas à Igreja Católica e às organizações leigas que orbitavam em torno do apostolado social. A imagem da vocação, da doação e do cuidado se sobrepunha à de uma profissional, de modo que a escolha pelo Serviço Social, para muitas, era vivida como extensão de práticas comunitárias e religiosas, marcadas pela moral cristã, pela caridade e pelo ideal de servir.

O país, naquela conjuntura, vivia um processo de reestruturação econômica e institucional que redesenhava o papel do Estado, estimulando o desenvolvimento das forças produtivas, sem abrir mão dos mecanismos de controle social. A criação do SESI e do SESC em 1946 ilustra bem essa dinâmica. Incorpora em seus quadros o Serviço Social como ferramenta de organização da vida laboral e de mediação das demandas sociais dos trabalhadores, alinhado aos interesses da burguesia industrial em ascensão. Na década seguinte, o redesenho do Estado se intensifica com o avanço da industrialização e passa a exigir da profissão uma presença mais ampla e reconfigurada, inserindo-a em políticas que combinavam promoção social e disciplinamento das classes subalternas.

Ainda na década de 1940⁴¹, duas iniciativas importantes ajudaram a conformar os primeiros espaços coletivos de discussão sobre a profissão no país: o I Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1947, e o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social, realizado em 1949. O primeiro, organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, teve como objetivo sistematizar e promover o intercâmbio das práticas desenvolvidas por instituições, abordando temas como família, infância, saúde, trabalho e formação profissional. Já o 2º Congresso Pan-Americano, sediado no Rio de Janeiro, buscou reforçar os vínculos da profissão com a tradição católica e com o modelo norte-americano, tendo a família e a moral cristã

⁴¹ Iamamoto e Carvalho (1998) chamam atenção para a necessidade de autojustificação que acompanha a atividade do assistente social. Por se tratar de um tipo de trabalho construído a partir das determinações históricas do modo de produção burguês, essa prática profissional precisa constantemente atualizar seu discurso, a fim de legitimar-se diante de seus demandantes, afirmar sua utilidade social e justificar, junto às classes dominantes e ao Estado, a necessidade de sua existência. O chamamento feito pelos autores à questão da autojustificação lança luz sobre a importância dos movimentos de organização da categoria, expressos, entre outros espaços, na realização de congressos e eventos profissionais.

como eixos estruturantes do trabalho profissional. Os eventos, ainda que inseridos em uma perspectiva funcionalista, normativa e conservadora, também abriram margem para a emergência de tensões e de uma tímida movimentação inicial. Ao compartilharem experiências, inquietações e demandas do trabalho, esses espaços permitiram o surgimento de tensões internas e questionamentos iniciais, indicativos de um processo que se desenvolveria nos anos seguintes.

Ao longo dos anos 1950, com o avanço da industrialização e da urbanização, o ideário desenvolvimentista imprimiu à profissão a tarefa de integrar socialmente as populações às novas formas de organização urbana e industrial. Nesse contexto, a tecnificação do trabalho e a valorização do saber especializado passaram a moldar o perfil da “boa profissional”, deslocando o debate sobre as origens da desigualdade para o plano da administração e da adaptação. O Serviço Social, nesse contexto, cumpre uma função socialmente necessária, mas circunscrita aos limites postos por uma sociedade profundamente desigual, autoritária e conservadora. A questão social era tratada como problema gerencial; o trabalho profissional instrumentalizava-se como engrenagem do projeto desenvolvimentista; e a dimensão ideo-política permanecia fortemente marcada pela moral cristã e pelo funcionalismo norte-americano, orientando práticas voltadas ao ajustamento das classes subalternas.

Foi também no final da década de 1950 que o Serviço Social se institucionalizou como curso de nível superior. Em 27 de agosto de 1957, a Lei 3.252⁴² regulamentou o exercício profissional do assistente social no Brasil; e sua aplicação foi disciplinada pelo Decreto nº 994, de 15 de maio de 1962. Embora represente um marco decisivo, a consolidação da profissão enquanto projeto coletivo, com direção social própria, só se concretiza ao longo das décadas seguintes. Esse processo foi impulsionado pela criação e o desenvolvimento de três entidades fundamentais, que seguem como

⁴² Na página de notícias do CFESS, destaca-se que “o Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS)”. (CFESS, Acesso em: 09/08/2025. Disponível em: <<https://www.cfess.org.br/pagina/view/4/o-cfess#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20Social%20foi%20uma,15%20de%20maio%20de%201962.>>

referências estratégicas para a organização, a formação e a luta política no Serviço Social brasileiro contemporâneo.

A primeira delas se refere ao então Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), criados no rastro da regulamentação profissional, instituídos como autarquias responsáveis pelo controle do exercício profissional. A partir da nova Lei de Regulamentação de 1993, essas instituições passam a ser denominadas, respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

A segunda entidade é a Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), criada em 1946. Em 1979, passa a assumir a função de coordenar e articular a formação profissional em nível nacional. Em 1996, incorpora o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a defesa da articulação entre graduação e pós-graduação, assumindo, desde então, o nome de Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A terceira diz respeito à organização política do movimento estudantil, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). O papel do movimento estudantil no processo de renovação do Serviço Social é muito representativo desde a instauração do ciclo militar, sempre na fronteira da resistência. Seus primeiros movimentos remontam ao período desenvolvimentista. Entre 1961 e 1963, sob a influência da Juventude Universitária Católica, foram realizados os primeiros Encontros Nacionais de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). A partir de 1968, com a repressão mais severa imposta pelo AI-5, dissolve-se os centros acadêmicos e boa parte dos arquivos estudantis são destruídos. Mesmo na clandestinidade, essa vanguarda estudantil manteve viva a crítica ao tecnicismo conservador, articulando-se à renovação que ganharia força aos longo da década de 1970.

A consolidação dessas entidades — com trajetórias institucionais distintas e, em alguns casos, posteriores ao marco da regulamentação profissional — revela que a construção do Serviço Social como projeto coletivo ultrapassou a mera normatização legal. Elas expressam o esforço contínuo de organização da categoria em torno de dimensões estratégicas: a fiscalização e defesa do exercício profissional (CFESS/CRESS), a consolidação da formação teórico-acadêmica (ABEPSS) e a mobilização estudantil crítica (ENESSO). O fortalecimento dessas instâncias, ao longo

das décadas seguintes, foram fundamentais para sustentar, politicamente, as tensões já perceptíveis⁴³ nas práticas profissionais das décadas de 1940 e 1950. É nesse caldo contraditório que se adensam os elementos que, mais adiante, irão conformar o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro.

Essas décadas iniciais da profissão, portanto, revelam um Serviço Social conformado sob o peso do conservadorismo, da moral cristã e de uma racionalidade técnico-funcional que orientava sua prática. A atuação profissional, a formação e o próprio perfil dos sujeitos que compunham a categoria estavam voltados à manutenção da ordem, ainda que já se manifestassem sinais de incômodo, de desconforto e de busca por novos caminhos. Compreender esse processo não é apenas situar o passado, mas captar as tensões que nele se acumulam e que, em determinado momento histórico, romperão com esse molde tradicional. É sobre esse alicerce — de avanços institucionais, consolidação conservadora e inquietações — que se erguerá o movimento de ruptura, germinando, com força e densidade, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, tema do próximo item.

2.2 O PROCESSO DE EROSÃO DAS BASES DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL

Iniciar a discussão sobre a erosão das bases do Serviço Social tradicional no Brasil, justamente quando a profissão se aproxima de seu nonagésimo aniversário, é tarefa que exige rigor teórico, densidade ética e analítica e um olhar atento aos sujeitos que protagonizaram esse movimento histórico. Trata-se de compreender um processo

⁴³ Embora hegemonicamente conservador nas décadas de 1940 e 1950, o Serviço Social brasileiro já começava a apresentar sinais de tensão em sua conformação tradicional (Iamamoto e Carvalho, 1998). A intensificação da industrialização e da urbanização no período impôs novas exigências à profissão, que passou a incorporar abordagens interventivas mais sistematizadas, como o Serviço Social de Caso, de Grupo e o Desenvolvimento de Comunidade, importadas do modelo norte-americano. Tais mudanças, ainda que sob forte influência funcionalista, significaram um deslocamento em relação à matriz confessional europeia dominante até então. Além disso, espaços como os Congressos da categoria — especialmente o II Congresso Brasileiro de Serviço Social, em 1961 — passaram a pautar a necessidade de atualização metodológica e crítica da prática profissional. Esses elementos, somados às inquietações de segmentos da categoria e às tensões presentes na formação, revelam um campo em ebulição, no qual se acumulavam contradições que seriam aprofundadas no contexto da ditadura civil-militar, impulsionando o movimento de renovação da profissão nas décadas seguintes (Netto, 1996; Iamamoto; Carvalho, 1998; Yazbek, 2016).

complexo, em que a ruptura com o conservadorismo profissional não foi resultado de uma evolução natural, mas produto de uma vanguarda crítica que se constituiu, historicamente, como força propulsora da renovação e que se mantém ativa e se revitaliza com novas gerações, engajadas na construção cotidiana da profissão. Essa vanguarda – responsável por alicerçar e protagonizar a ruptura com o lastro conservador do Serviço Social e que, desde então, permanece na fronteira do conhecimento crítico da profissão, de seus fundamentos e das contradições que lhes são imanentes – também é composta por inúmeros sujeitos anônimos, massivamente mulheres, que atuam nas bases da profissão. No interior de seus espaços sócio-ocupacionais, esses sujeitos constroem cotidianamente práticas profissionais que tensionam os limites da racionalidade formal-abstrata⁴⁴, elaborando respostas técnico-operativas fundadas em leitura da totalidade que não apenas enfrentam as demandas imediatas, mas se articulam a um horizonte ético-político comprometido com valores progressistas.

Ao longo de sua trajetória, o Serviço Social, enquanto profissão que comporta a necessidade social de dar respostas às refrações da questão social, ancorou-se em ideias com força social. Em um primeiro momento, esteve imerso em referências que buscavam justificar as contradições do modo de produção que engendravam o pauperismo; mais tarde, no processo de ruptura, passou a se aproximar de um conjunto teórico comprometido em desvendar tais contradições, em um contínuo

⁴⁴ Utilizo aqui a expressão “racionalidade formal-abstrata” para nomear a lógica própria da sociabilidade capitalista: o primado do trabalho abstrato e da forma-valor sobre os conteúdos concretos da vida social. Trata-se de uma abstração real que impõe equivalências quantitativas, padronização procedimental e mensuração generalizada, subordinando fins substantivos a meios formalizados. Remete às formas sociais do capital (mercadoria, dinheiro, direito, administração), que captura a teleologia do trabalho e a reconverte em cumprimento de métricas e protocolos. No terreno profissional, essa racionalidade aparece como fetichização de instrumentos, metas e indicadores, além focalização/gestão da escassez; polivalência e desprofissionalização, com neutralização da crítica e naturalização das contradições. Ao nomeá-la assim, sublinho que o problema não é técnico-administrativo, mas estrutural, ligado à reificação que atravessa as práticas sob o domínio do capital. Como afirma Marx “o caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem do produto (2017, p. 147).

movimento de enfrentamento das ideias dominantes⁴⁵. Essa inflexão confirma que a profissão está inevitavelmente atravessada por formas ideológicas que incidem sobre a vida cotidiana e orientam a leitura e a intervenção sobre a realidade social. Como lembra Lukács, mesmo as ideologias mais elaboradas — como a filosofia — influenciam condutas e decisões concretas, ainda que não sejam conscientemente apreendidas pelos sujeitos. A adesão teórica, nesse sentido, não é mero posicionamento intelectual, mas expressão da disputa entre projetos societários que atravessam a profissão e definem sua direção social.

É nesse terreno de embates ideológicos – entre a naturalização das contradições e sua explicitação crítica – que o Serviço Social foi, ao longo do tempo, construindo sua direção social e configurando sua prática como mediação viva entre estrutura e sujeito, entre condicionamentos históricos e possibilidades de transformação. O trabalho profissional expressa, assim, diferentes momentos históricos, nos quais determinadas visões societárias se tornam hegemônicas, ainda que sempre tensionadas por alternativas contra-hegemônicas. Num resumo, a profissão não apenas reage às determinações externas que a atravessam, mas também constrói, a partir de sua própria inserção na luta de classes, projetos que ora reproduzem, ora contestam a ordem posta.

Ao longo de gerações, a construção da profissão

foi assumindo posições heterogêneas em face dos desafios a ela colocados, mas, assumiu também, sempre, posições hegemônicas, que expressam, no contexto de projetos em disputa, diversas visões societárias e direções, seja no rumo do conservadorismo, seja na

⁴⁵ Quando afirmo que o Serviço Social profissionalizado se ancora em “ideias com força social” busco evidenciar, a partir de Lukács, o poder de influência de grandes filósofos no espaço do micro cotidiano. Ou seja, trata-se aqui de sobressaltar – como já indicado no capítulo 1 - a potência da filosofia enquanto força social que atua de forma objetiva na constituição das condutas humanas, mesmo quando não reconhecida como tal. Lukács (2013, p. 561-562), numa passagem, destaca que não é necessário “ter lido Marx” para reagir em termos de classe ou “ter estudado Nietzsche” para aderir ao fascismo, revelando que as ideologias, incluindo aquelas expressas nas grandes obras do pensamento filosófico, penetram o cotidiano e operam de modo subterrâneo na forma como os indivíduos sentem, interpretam e enfrentam os conflitos da vida social. A filosofia, nesse sentido, não é um saber abstrato ou distante da realidade concreta, mas uma instância que participa da organização da experiência social, com capacidade de orientar ações, sedimentar valores e modelar formas de consciência. Compreender essa dimensão é fundamental para desvendar o entrelaçamento entre o mundo das ideias e a prática cotidiana, especialmente em tempos de crise e disputas de projetos societários.

busca de novos caminhos e de ruptura com o pensamento conservador (Yazbek, 2016, p. 17).

Essa configuração permite ler os avanços e a viragem crítica da profissão como efeito da aproximação a matrizes teórico-políticas que, à época, emergiram como veio de contestação às mazelas daquele contexto histórico. De todo modo, é preciso reconhecer que as ideologias dominantes são precisamente aquelas vinculadas às classes dominantes. Como observa Yazbek (2016, p. 17), “as concepções dominantes expressam um tempo histórico confrontado por outro com sua ordem econômica e seus componentes ideológicos, culturais e políticos, âmbito em que nos movemos”. Nesses termos, o embate por uma direção social crítica no Serviço Social traduz-se no próprio dilema do significado da profissão, ora vinculada à reprodução da ordem, ora comprometida com projetos de transformação social.

Assim, para compreender a virada crítica que tensionou e desestabilizou as bases tradicionais do Serviço Social no Brasil, é indispensável situar a profissão no interior da conjuntura histórica que marcou o país a partir dos anos 1960. Cabe insistir que o processo de renovação profissional não se deu por maturação espontânea, tampouco foi dissociado do contexto autoritário instaurado em 1964. Ao contrário, foi no seio de uma ditadura civil-militar — que reprimiu movimentos populares, reconfigurou o papel do Estado e aprofundou a modernização conservadora — que se abriram fissuras importantes na prática e na formação profissional. Esse processo, contraditório por excelência, colocou em movimento sujeitos que passaram a questionar os fundamentos tradicionais da profissão, fazendo emergir novos sentidos para o trabalho do assistente social, mesmo em meio à repressão política, ao silêncio imposto e à racionalidade burocrática que buscava enquadrar a ação profissional. Antes de avançar na análise da renovação do Serviço Social, é necessário, portanto, caracterizar essa conjuntura ditatorial e os rebatimentos que produziu sobre a profissão, seus sujeitos e suas práticas.

2.2.1 Entre o silenciamento e a resistência: sujeitos em movimento no interior da ditadura

A conjuntura sócio-histórica brasileira, nos últimos anos da década de 1950 e início dos anos 1960, foi marcada por certa efervescência política, com forte apelo democrático e popular, protagonizada por organizações sindicais, partidos políticos, movimentos operários e rurais e setores progressista da Igreja Católica. Essa ambiência mobilizava distintos segmentos sociais — inclusive sujeitos que já atuavam nos espaços do Serviço Social — e incidia diretamente sobre o debate acerca da adesão do Estado diante das novas exigências do padrão de desenvolvimento capitalista.

O governo de João Goulart (1961-1964), ao sinalizar maior aproximação com as classes populares e abrir espaços no aparelho estatal para seus representantes, enfrentou a intensificação das tensões derivadas da transição ao capitalismo monopolista. A crise expressava-se na disputa entre dois projetos, um que buscava fortalecer o capital nacional, preservando margens de autonomia; outro, que apostava num “arranjo político-econômico” sintonizado às aspirações imperialistas dos países centrais. Assim,

o desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contra-revolucionário* e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como ‘um padrão compósito e articulado de dominação burguesa’. Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do [...] fio condutor da formação social brasileira*. O que os estrategistas de 1964 obtiveram foi a postergação de uma inflexão política que poderia [...] romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo. Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente *reacionário* — resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que recapturava o que parecia escapar ao controle das classes dominantes, deflagrava uma dinâmica *nova* que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus marcos (Netto, 1996, p. 25).

Nesse sentido, a ditadura civil-militar instaurada em 1964 — que se estendeu até 1985 — precisa ser compreendida para além de um regime autoritário, centrado na repressão, na censura e na suspensão das liberdades civis. Trata-se mesmo, como indica Netto (2014), de um ciclo histórico de longa duração, marcado por um projeto estratégico das classes dominantes de modernização capitalista subordinada aos

interesses do imperialismo, sob o signo da autocracia⁴⁶ burguesa. Mais do que um golpe clássico à moda do que aconteceu em outros países da América Latina, o movimento de abril representou a derrota de um projeto alternativo de desenvolvimento social e político que, ainda que incipiente, mobilizava setores democráticos, populares e progressistas da sociedade brasileira, instaurando um padrão articulado de dominação no qual a centralização política e a repressão sistemática tornaram-se instrumentos de sustentação da acumulação capitalista.

Funcional à consolidação de uma ordem capitalista monopolista, dependente e excludente, a ditadura, sob o discurso do “desenvolvimento nacional”, promoveu um processo de profunda reestruturação do Estado, com forte centralização política, desmonte de organizações populares e repressão sistemática às lutas sociais. Ou seja, instaurou-se um padrão articulado de dominação burguesa, no qual o controle político direto viabilizava a expansão das bases materiais do capital⁴⁷. Nesse movimento, a tecnocracia estatal foi mobilizada como força de gestão e planejamento, subordinada às necessidades do capital internacional e à lógica de acumulação interna.

É nesse terreno, marcado por reestruturações estatais e intensificação da dominação, que o Serviço Social brasileiro foi convocado a atuar, sendo atravessado, pelas exigências da racionalidade burocrática imposta pela modernização conservadora do Estado; de outro, pela emergência de fissuras internas, ainda tímidas e contraditórias, impulsionadas por sujeitos que questionavam os fundamentos tradicionais da prática. A dimensão política⁴⁸ do trabalho profissional – historicamente

⁴⁶ O termo *autocracia burguesa*, amplamente utilizado por Netto (1996), deriva da interpretação de Florestan Fernandes de *A revolução burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro: Zahar, 1975), e se refere ao complexo processo que se efetivou durante o ciclo autoritário no Brasil. Na obra de 2014, *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*, Netto retoma e acrescenta que o regime instaurado no Brasil pode ser caracterizado, também, como a *ditadura do grande capital*, expressão de Otávio Ianni em *A ditadura do grande capital* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981), para indicar a aliança entre o Estado autoritário e os interesses do capital monopolista.

⁴⁷ As bases de reorganização do Estado Brasileiro estavam contidas na Doutrina de Segurança Nacional que, sob forte influência do pensamento estratégico dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, foi apropriada por setores das Forças Armadas e do aparato estatal, ganhando centralidade após o golpe de 1964. A concepção de Estado se ancorava na ideia de um inimigo interno permanente, legitimando tanto a repressão política quanto a modernização conservadora da sociedade.

⁴⁸ Embora não se possa afirmar a existência de uma consciência engajada sobre a dimensão política do trabalho profissional nos anos 1960, o tensionamento das práticas e da

presente, mas frequentemente silenciada ou diluída sob a lógica da neutralidade técnica — começou a despontar com uma mediação concreta, ainda que embrionária, para o reposicionamento crítico dos fundamentos da formação e da prática profissional.

A imbricação entre o processo de renovação do Serviço Social e o período autoritário inaugurado em 1964 trata-se, nas palavras de Netto (1996), da emergência de “*condições novas* que, sincronizadas à dinâmica e ao significado histórico da autocracia burguesa no Brasil, a ditadura colocou para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto) representações profissionais” (p. 117).

Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e às modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital. Elas ferem o Serviço Social, não exclusivamente, mas especialmente, em dois níveis, imbricados, porém diferenciados por especificidades: o da sua prática e o da sua formação profissionais (Netto, 1996, p. 118-119).

Se é inegável que a autocracia burguesa do pós-1964 reforçou o conservadorismo da profissão, também é verdade que esse movimento também lastreou “para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social” (Idem, p. 118).

No bojo do ciclo autoritário, a ampliação do mercado de trabalho para assistentes sociais foi impulsionada pela centralidade atribuída pelo Estado ao desenvolvimento das forças produtivas e pelos investimentos na industrialização pesada do território nacional. Como contrapartida, essa expansão agudizou as expressões da questão social, exigindo a ampliação e a reconfiguração dos aparatos institucionais voltados ao seu “tratamento”. Nesse cenário, a profissão passou a ser cada vez mais requisitada, inclusive em médias e grandes empresas estatais e privadas, onde a atuação do assistente social era acionada também como estratégia de controle e vigilância da força de trabalho. Essa experiência cotidiana, vivida no entrechoque das demandas institucionais e da realidade social, expôs tensões

formação tradicional, provocado pela vivência concreta das contradições sociais no cotidiano dos assistentes sociais, já sinalizava, ainda que de forma embrionária e desigual, a presença desse conteúdo, que viria a se explicitar com maior nitidez ao final da década de 1970.

crescentes entre os fundamentos tradicionais da profissão e as novas exigências concreta, gestando, ainda que de forma desigual, as condições objetivas para o surgimento de uma direção reformista modernizadora no interior do Serviço Social.

Os influxos do ciclo autoritário ressoaram, portanto, em uma ambiência marcada por dois veios: de um lado, o reforço da prática tradicional, ainda funcional aos interesses da ordem; de outro, a necessidade de repensar a profissão frente às exigências do projeto da modernização conservadora. A autocracia burguesa, ao ditar os rumos do debate político e institucional da época, pressionava o Serviço Social a recorrer a uma “nova leitura” de si mesmo, orientada por uma perspectiva instrumental que o capacitasse a responder aos novos arranjos do Estado. Simultaneamente, o próprio Estado operava na legitimação das práticas tradicionais, preservando o caráter subalterno da profissão e reforçando sua função ideológica de mediação nos moldes conservadores.

As modificações estruturais do período condicionaram, assim, o Serviço Social a se adequar às exigências da racionalidade burocrática, tensionando a prática a responder com “efetividade” às demandas do aparelho estatal. Nesse processo, a requisição de um novo *perfil* profissional – mais tecnicamente qualificado e adaptado à lógica institucional –, combinada à inserção dos cursos de Serviço Social no círculo universitário, estabeleceu um cenário propício à emergência de fissuras internas. Essas fissuras expressavam a viva dinamicidade dos sujeitos sociais que experienciavam, no cotidiano profissional, suas múltiplas contradições do ciclo autoritário.

No interior desse movimento contraditório, começaram a se gestar as condições que, mais adiante, iriam aflorar como potencialidades e reservas críticas fundamentais à ruptura com o traço confessional da profissão e à consolidação de sua renovação teórico-crítica, especialmente a partir da década de 1980.

Nas palavras de Netto (1996):

[...] o Serviço Social no Brasil, até a primeira metade da década de sessenta, não apresentava polêmicas de relevo, mostrava uma relativa homogeneidade nas suas projeções interventivas, sugeria uma grande unidade nas suas propostas profissionais, sinalizava uma formal assepsia de participação político-partidária, carecia de uma elaboração teórica significativa e plasmava-se numa categoria profissional onde parecia imperar, sem disputas de vulto, uma

consensual direção interventiva e cívica. A ruptura com esse cenário tem suas bases na *laicização* do Serviço Social, que as condições novas postas à formação e ao exercício profissionais pela autocracia burguesa conduziram ao ponto culminante: são constitutivas desta laicização a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a consequente *disputa pela hegemonia* do processo profissional em todas as suas instâncias (projeto de formação, paradigmas de intervenção, órgãos de representação etc.). Destaquemos, imediatamente, este ponto: tal laicização, com tudo que implicou e implica, *é um dos elementos caracterizadores da renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa* (1996, p. 128, grifo do autor).

Esse movimento de laicização do Serviço Social funcionou como detonador de um novo ciclo, que inaugurou a disputas pela hegemonia dos rumos da profissão no país, materializada no interior de seus órgãos representativos, de sua formação e do trabalho profissional.

De um lado, consolidou-se uma vertente modernizadora⁴⁹, de base positivista, voltada a atender às demandas da racionalidade estatal e da modernização conservadora. De outro, houve um apelo ao retorno tradicional⁵⁰, que reatualizava os

⁴⁹ A perspectiva modernizadora articula-se aos apelos da racionalidade burocrática positivista, em sintonia com o projeto político-ideológico e econômico do ciclo autocrático burguês, reconhecendo o Serviço Social como “interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” do regime (Netto, 1996, p. 154). Seu continuísmo parcial com os acúmulos dos anos 1950 e 1960 se expressa na tentativa de neutralizar as críticas à ordem instaurada em 1964. Essa vertente compatibiliza-se com o projeto político-econômico desenvolvimentista dos anos 1950, mas dele exclui a função transformadora, que, tendencialmente, poderia levar à ruína aquele ciclo autocrático. Como observa Netto (1996), ela “aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites – donde, aliás, o cariz tecnocrático do perfil que pretende atribuir ao Serviço Social no país” (p. 155). Dois momentos são expressões paradigmáticas dessas orientações: os documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), que buscavam adequar a *instituição Serviço Social* aos moldes sociopolíticos da ditadura. A hegemonia da perspectiva modernizadora no Serviço Social esteve presente até meados dos anos 1970, quando então o ciclo ditatorial experimentou sua crise. Assim, nas palavras de Netto (1996), a “expressão ideal das concepções teóricas e profissionais destes segmentos diferenciados, objetivando-se especialmente no segundo lustro dos anos setenta, plasma as duas outras direções que compõe o processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (p. 157).

⁵⁰ A reatualização do conservadorismo se ancora em referências católicas mais sofisticadas, como fenomenologia e o existencialismo, traço típico do irracionalismo subjetivo, com forte apelo psicologista, resgatando elementos tradicionais da profissão em uma nova base teórica. Trata-se de uma perspectiva que [...] recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática, e os repõe sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente os padrões mais nitidamente vinculados à tradição

fundamentos confessionais por meio do viés fenomenológico. Em tensão com essas vertentes, emergia um movimento ainda incipiente de contestação⁵¹ crítica aos componentes antidemocráticos e antinacionalistas daquele Estado. É nesse cenário que se configura o pluralismo profissional, com expressão das diferentes leituras e respostas que a categoria passou a conceber diante das novas condições e demandas.

Netto (1996) indica:

É próprio do processo de renovação a *coexistência* de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição. Nesta ótica, a renovação do Serviço Social aparece sob todos os aspectos, como um *avanço*: mesmo nas vertentes em que as concepções herdadas do passado não são medularmente postas em causa, registra-se uma articulação que lhes confere uma arquitetura que procura oferecer mais consistência à ordenação dos seus componentes internos (p. 131).

A densidade desse movimento é explicitada por Netto (1996), ao destacar seus principais eixos:

a) a instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional, deslocando uma sólida tradição de monolitismo ideal; b) a crescente diferenciação das concepções profissionais [...] derivada do recurso diversificado a matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com o viés de que a profissionalidade implicaria uma homogeneidade de visões e de práticas; c) a sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social na interlocução acadêmica e cultural contemporânea como protagonista que tenta cortar com a subalternidade posta por funções meramente executivas; d) a constituição de segmentos de vanguarda, sobretudo mas não exclusivamente inseridos na vida acadêmica, voltados para a investigação e a pesquisa (p. 135 e 136).

positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana (Netto, 1996, p. 157). Sua formulação circunscreveu aos muros das instituições universitárias do Rio de Janeiro e de São Paulo, sem apresentar forte apelo no seio profissional e reclamava cientificidade na prática do Serviço Social.

⁵¹ A perspectiva de intenção de ruptura, por sua vez, desponta como expressão crítica da insatisfação dos limites do Serviço Social tradicional, articulando-se, ainda que de forma incipiente, à tradição marxista. Os sujeitos que protagonizaram esse movimento irão conformar, nas décadas seguintes, a base sobre a qual se constituirá o projeto ético-político da profissão. Por seu peso histórico e político, esta vertente será retomada no texto principal com mais profundidade.

Ao destacar essas inflexões, Netto revela como a autocracia burguesa, ao reconfigurar as condições institucionais e sociais da prática profissional, desempenhou um papel contraditório, ao mesmo tempo repressivo e impulsionador de transformações. Assim, nas palavras do autor, coube à autocracia burguesa a “função de precipitadora de um processo de erosão das bases do Serviço Social tradicional” (p. 137). Esse aparente paradoxo tornou-se a base objetiva sobre a qual se estrutura a viragem crítica da década seguinte.

No interior dessas contradições, a renovação do Serviço Social não pode ser explicada apenas pelas mudanças estruturais ou institucionais. Ela se gestou, sobretudo, na ação concreta de sujeitos que, inseridos nos espaços acadêmicos, profissionais e representativos da categoria, começaram a tensionar os fundamentos do modelo tradicional. Foram docentes, estudantes e assistentes sociais que, vivendo na prática as exigências impostas pelo ciclo autoritário, mobilizaram criticamente os saberes disponíveis, romperam com a passividade institucional e construíram respostas que iam além do ajustamento às demandas do Estado. Essa atuação, ainda que desigual e fragmentada, foi decisiva para a configuração de um novo horizonte para a profissão: ao mesmo tempo em que denunciava os limites do conservadorismo, anunciava a possibilidade de uma direção social orientada por valores democráticos e emancipatórios, preparando o terreno para a viragem crítica que se consolidaria nas décadas seguintes.

É nesse solo contraditório, feito de silenciamentos e resistências, que germina a renovação do Serviço Social brasileiro.

2.3 A RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA TOTALIDADE CONCRETA DO MODO DE PRODUZIR BURGUESES

Encerrada a etapa de erosão das bases tradicionais, marcada pelo silenciamento imposto pela autocracia e pelas fissuras de resistência delineadas no item anterior, a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política ganha novo relevo. A intensificação do capitalismo dependente redefine o trabalho assalariado⁵²

⁵² Ao afirmar que a intensificação do capitalismo dependente redefine o trabalho assalariado, refiro-me ao deslocamento histórico em que o salário deixa de funcionar como promessa de integração cidadã e passa a ser regulado como peça flexível do circuito de valorização

– forma particular da atividade teleológica fundante do ser social –, exacerba a questão social e desloca as disputas ideológicas que permeiam a prática profissional, colocando em evidência a necessidade de apreender o Serviço Social para além de suas manifestações imediatas.

Desse modo, compreender o Serviço Social requer situá-lo na totalidade concreta⁵³ do modo de produção do capital – síntese dialética das múltiplas determinações histórico-sociais, categoria central elaborada por Marx e Engels e reafirmada por Lukács no campo da ontologia do ser social – reconhecendo-o como prática social historicamente determinada, atravessada pelas tensões entre a reprodução da ordem e as possibilidades de resistência (Eiras, 2024). Trata-se, portanto, de uma profissão que integra, de modo contraditório, os mecanismos de regulação social da ordem vigente, mas que também abriga potencialidades de crítica e ruptura.

A crise do Serviço Social tradicional emerge, no final dos anos 1960, como subproduto direto dessa reconversão do capitalismo dependente. O refluxo do Estado de bem-estar, a modernização produtiva e o desemprego estrutural fragilizam as políticas sociais e expõem o limite de uma intervenção voltada ao ajustamento. O repertório técnico-normativo conservador deixa de oferecer respostas às novas

subordinado ao capital internacional. Esse reordenamento combina duas tendências: a incorporação de ilhas de alta produtividade — que requerem quadros qualificados e relativamente protegidos — e a expansão de um cinturão precarizado, submetido a jornadas elásticas, salários comprimidos e vínculos intermitentes. O resultado é um mercado de trabalho estruturalmente segmentado, no qual a superexploração não constitui desvio, mas lógica ordinária de acumulação. Nesse contexto, as garantias históricas associadas ao estatuto de trabalhador tornam-se privilégios residuais, e a proteção social migra do espaço público para estratégias familiares de sobrevivência, aprofundando desigualdades e subordinando ainda mais o trabalho à fluidez dos ciclos globais de investimento.

⁵³ O percurso metodológico busca efetivar o movimento do abstrato ao concreto: parte das leis gerais da acumulação, atravessa as mediações específicas do capitalismo dependente (reestruturação produtiva, políticas sociais, mercado de trabalho) e alcança o plano em que essas determinações se objetivam na prática profissional. Nessa chave, o Serviço Social é tomado como expressão singular das contradições do metabolismo social do capital – simultaneamente instrumento de regulação e espaço de mediação crítica onde se confrontam projetos societários antagônicos. Em sua revisão, Alexandra Eiras (2024), destaca que, embora condicionado pela estrutura de classes, o Serviço Social é atravessado por disputas políticas que o convertem em campo privilegiado desse enfrentamento. Deve ser analisado, portanto, como manifestação concreta dessas contradições, articulando funções de regulação social e potencialidades de mediação crítica orientadas por projetos emancipatórios.

expressões da questão social: informalidade ascendente, salários comprimidos e precarização laboral. Nessa conjuntura, o modelo tradicional perde legitimidade prática e teórica, abrindo espaço para leituras críticas que articularão a virada profissional nas décadas seguintes (Netto, 1996, p. 143-145).

Como destaca Netto, é nesse cenário de ruína das conquistas da classe trabalhadora que se evidencia a crise orgânica da profissão: seu “pressuposto visceral, a ordem burguesa como limite da história, é questionado” e a neutralidade técnica é recusada (Netto, 1996, p. 143). A contestação não surge de forma abstrata; resulta de mediações concretas que articulam contradições objetivas da reprodução social e lutas políticas do período. Três vetores se destacam, como observa Netto (1996): os referenciais teóricos que originalmente se valiam o Serviço Social passaram a ser questionados, sobretudo por certa “revisão crítica que se processa na fronteira das ciências sociais” (p. 144); o movimento sociopolítico das instituições vinculadas à profissão abriu-se ao “adensamento de alternativas de interpretação teleológica que justificavam posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas” e à “permeabilidade de segmentos da alta hierarquia a demandas de reposicionamento político-social advindas das bases e do “baixo-clero” (p. 145); por fim, o movimento estudantil que catalisou as questões postas na ordem do dia e as inseriu no circuito universitário, tirando do lugar comum os espaços formadores. A crise orgânica, assim, integra o desmoronamento de um paradigma sociopolítico mais amplo, que corroeu os fundamentos do Serviço Social tradicional e abriu fissuras para novos projetos profissionais analisados a seguir.

O Serviço Social, considerado enquanto atividade funcional no interior da totalidade social do modo de produção do capital e, portanto, reagente às transformações da sociabilidade capitalista e às lutas sociais que atravessaram as décadas de 1960 e 1970, abriu espaço para a emergência de novos projetos profissionais. Foi nesse terreno contraditório que ganhou forma o Movimento de Reconceituação⁵⁴ do Serviço Social na América Latina: uma resposta crítica às

⁵⁴ O contexto latino-americano das décadas de 1960 e 1970, cuja expressão na latitude brasileira já tivemos a oportunidade de mapear, foi atravessado por uma profunda crise do projeto nacional-desenvolvimentista e pelas contradições da reprodução estrutural do capitalismo dependente. Embora as estratégias de industrialização por substituição de importações tenham representado, em certo momento, uma alternativa viável à inserção subordinada da região no sistema capitalista internacional, seus limites logo se evidenciaram. Trouxeram à baila a vulnerabilidade frente à política externa, em uma

determinações do capitalismo dependente e às práticas conservadoras da profissão, caracterizada por sua complexidade histórica, diversidade teórica e centralidade da luta de classes (Netto, 1996; Iamamoto e Santos, 2021).

Netto (1996) reconhece o Movimento de Reconceituação como “parte integrante do processo internacional de erosão das bases do Serviço Social ‘tradicional’” (p. 146), participante dos vetores e dos condutos que culminam no questionamento dos alicerces⁵⁵ que historicamente sustentavam a profissão, com a particularidade do “subdesenvolvimento” econômico-social que marcava a realidade latino-americana. Essa busca por redefinir os fundamentos da prática materializou-se nos Seminários Latino-Americanos de Serviço Social, realizados entre 1965 e 1976, que, como sistematizam Scheffer, Closs e Zacarias (2019), tensionaram desde a adequação da profissão às realidades nacionais até a incorporação de perspectivas críticas e emancipadoras. Neles, discutiram-se as condições do trabalho profissional em diferentes regimes políticos, a crítica à neutralidade técnica, a reinterpretação do desenvolvimento a partir da teoria da dependência e a inserção de metodologias participativas, com destaque à influência freireana e ao diálogo inicial com a tradição marxista (Iamamoto, 2018).

ambiência marcada pela concentração da riqueza e pela superexploração do trabalho, que se consolidaram como fundamentos da dependência. A conjugação entre o quadro de dependência estrutural, a estagnação econômica e a crescente pressão social da classe trabalhadora e das camadas populares constituiu o combustível dos processos de contestação que desafiaram as bases políticas tradicionais, alimentando projetos de transformação social. A resposta a esse quadro, pelas mãos das burguesias nacionais subservientes aos interesses do capital internacional, não foi homogênea, mas tendeu majoritariamente à adoção da via autoritária. Sob a retórica da segurança nacional, conjugou-se uma reação reacionária às contradições das periferias capitalistas, tensionando o tecido social latino-americano e reconfigurando as condições de atuação dos sujeitos sociais e profissionais no continente.

⁵⁵ A funcionalidade do Serviço Social diante da superação do subdesenvolvimento foi a questão que pautou o debate, desdobrando-se em uma variedade de inquições, tais como: “o papel dos profissionais em face de manifestações da ‘questão social’, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas) – [...] –, ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de seus segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão” (Netto, 1996, p. 146).

O significado da Reconceituação⁵⁶ situa-se, portanto, enquanto uma inflexão histórica em que a profissão, tensionada pelas contradições do capitalismo dependente e periférico, é impelida a redefinir criticamente suas bases teóricas, ético-políticas e interventivas.

Neste veio, vale destacar a elaboração recente que revisita, “por dentro”, a história da Reconceituação latino-americana, fruto da pesquisa em rede⁵⁷ - já referida no início deste capítulo – na qual Iamamoto e Santos buscam reconstruir os “desdobramentos dos movimentos contestatórios ao conservadorismo no universo profissional” (2021, p. 25). Trata-se de obra com intencionalidade objetiva de construção a partir do *ponto de vista dos vencidos*, como as autoras mesmo indicam.

Deslindar o Serviço Social na América Latina exige reconhecer seus enigmas históricos (...) que cria, recria e esconde a barbárie. Na

⁵⁶ Mais detidamente, o texto de Graziela Scheffer, Thaisa Closs e Inês Zacarias (2019) é um rico trabalho que caracteriza momentos da materialidade da Reconceituação do Serviço Social a partir dos seminários latino-americanos ocorridos entre 1965 e 1976. As autoras indicam que tais eventos conformam o modo como o Movimento de Reconceituação se articulou em torno de temáticas que expressam a busca crítica por redefinir os fundamentos teórico-metodológicos da profissão diante das contradições sociais do capitalismo dependente. O marco inicial do processo é o I Seminário Latino-Americano de Serviço Social, realizado em 1965, em Porto Alegre, sob a presidência de Seno Cornely, centrado nas mudanças na América Latina e no papel da profissão frente à realidade subdesenvolvida. Seguem-se outros eventos fundamentais: II Seminário em Montevidéu (1966), sobre o trabalho profissional em diferentes regimes políticos; III Seminário em General Roca, Argentina (1967), discutindo educação e trabalho de grupos; IV Seminário em Concepción, Chile (1969), marcando a influência de Paulo Freire; V Seminário em Cochabamba, Bolívia (1970), centrado na reconceituação das práticas institucionais. Em 1971, em General Roca, realiza-se o Primeiro Seminário de Reconceituação do Serviço Social, que debateu os problemas da Reconceituação, metodologia científica em Serviço Social, mudança de nomenclatura, e técnicas de planejamento social. Especial atenção ao fato que Iamamoto (2018) identifica neste ano “as primeiras aproximações do Serviço Social à rica e diversificada tradição marxista, haurida em manuais de divulgação do marxismo leninismo, na vulgata soviética, em textos maoístas, no estruturalismo francês de Althusser, e nas elaborações relativas a ‘teoria da dependência’ (...), além de influências de menor porte” (p. 213). O VI Seminário, realizado em Porto Alegre (1972), sob forte repressão da ditadura civil-militar, expressou as tensões entre a crítica e a adaptação à ordem vigente. Marcado por um perfil metodológico e asséptico, o evento revelou as disputas entre projetos societários no interior da profissão, tensionando a Modernização Conservadora, o Reformismo Reconceituador e a nascente Intenção de Ruptura, em meio às contradições do capitalismo dependente e da resistência fragmentada ao autoritarismo. Finalmente, o VII Seminário, em Lima, Peru (1976), ocorre sem registro de documentos históricos, sob o contexto de agravamento da repressão militar que, no mesmo ano, submeteu a Argentina ao golpe.

⁵⁷ Mais uma vez, trata-se da pesquisa a respeito do “O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina: determinantes históricos, interlocuções internacionais e memória (1960-1980)”.

aproximação do Serviço Social aos dilemas de *Nuestra América* e na leitura de experiências de outros países, privilegia-se o ponto de vista dos vencidos na sua análise, no contraponto à visão oficial e linear da história apoiada na acumulação do capital como progresso e conquista (Iamamoto e Santos, 2021, p. 29 – grifos das autoras).

A conjuntura da América Latina, de acordo com Iamamoto e Santos (2021) tornou-se palco de uma expressiva diversidade de experiências e trajetórias no desenvolvimento do Serviço Social, marcadas pelo esforço de construção de sua identidade e pela busca de articulação entre os campos acadêmico e político-profissional, em meio a um histórico de dependência de influências externas – inicialmente de matriz europeia e, mais adiante, sob o peso do pragmatismo estadunidense.

Neste contexto, as experiências adventícias, configuradas como trajetórias contra-hegemônicas, buscavam se constituir a partir das fissuras da dominação exógena, delineando caminhos próprios de resistência e de reinvenção da atividade profissional. Tem-se, desse modo, um salto qualitativo no sentido da apreensão inicial do significado sócio-histórico da profissão, ao introduzir sentidos emancipatórios ao trabalho, fundado em mediações concretas com as condições sociais de reprodução da vida nas formações periféricas. A crítica ao conservadorismo, nesse plano, começa a extrapolar o campo das ideias, inserindo-se como estratégia viva na profissão.

Essa experiência, atrelada à conjuntura latino-americana, articula o ideal de unidade continental⁵⁸ à luta contra a dominação imperialista. O lema *Nuestra América*, formulação de Simón Bolívar e José Martí, busca exprimir um projeto de soberania cultural e política, contraposta à lógica colonial que subordinava povos da região aos interesses do capital internacional. Esse campo de formulações de caráter

⁵⁸ Netto (1996), ao analisar a trajetória da Reconceituação no Serviço Social latino-americano, assinala que a ampla articulação construída em torno do ideal de unidade continental se desfez em dez anos (1965-1975), sem alcançar seu objetivo central: “adequar a profissão às demandas de mudanças sociais registradas ou desejadas no marco continental” (p. 147). Dentre os fatores que contribuíram para esse esfacelamento, o autor destaca, de um lado, o avanço dos projetos de modernização autoritária no Brasil — e, em seguida, na Argentina, no Paraguai e no Uruguai — que inviabilizaram as alternativas democráticas de viés reformista ou revolucionário; de outro, a própria heterogeneidade do movimento de reconceituação, no qual coexistiam tendências que oscilavam entre perspectivas apenas modernizadoras e projetos que visavam uma ruptura mais radical com o Serviço Social tradicional.

emancipatório, ao ser incorporados nos marcos do Serviço Social, fortalece o sentido político do Movimento de Reconceituação, enquanto significado de resistência intelectual e prática.

Assim, Iamamoto e Santos (2021) situam que a partir do contexto de Guerra Fria, a América Latina tornou-se alvo estratégico dos Estados Unidos, a fim de conter a influência socialista na região, principalmente no pós Revolução Cubana de 1959. Sob o mote da “Aliança para o Progresso”, os Estados Unidos implementaram projetos de cooperação econômica e militar operacionalizados pela United States Agency for International Development (USAID), promovendo a intervenção direta nos países latino-americanos. Instalou-se, desse modo, um ciclo de ditaduras no Cone-Sul, cujos regimes autoritários eram sustentados pelo capital internacional. Esse tempo foi marcado por forte repressão política, censura às universidades, perseguição a intelectuais, num cenário de aprofundamento da dependência econômica e concentração de renda. No seu reverso, este tempo também teve o impulsionamento de formas de resistência intelectual, política e popular, colocando o Serviço Social no rol das profissões que incorporaram a crítica à ordem estabelecida e se engajaram na luta por projetos emancipatórios.

Nesta ambiência,

[...] nos períodos mais duros de repressão ditatorial, emergem experiências inovadoras no universo do Serviço Social, de resistência política e acadêmico-profissional em aliança com segmentos subalternos, e com forças políticas legais ou clandestinas que contestam o avanço da contrarrevolução [...]. Entre os sujeitos ativos nesse processo, tem-se o protagonismo do movimento estudantil secundarista e universitário. Estudantes se mobilizam contra a repressão ditatorial e na defesa da autonomia universitária e na contestação à reforma universitária proposta pela USAID para os países latino-americanos. Trabalhadores se expressam no sindicalismo combativo, nas lutas operárias (greves nas indústrias, nas empresas extrativistas, em estabelecimentos agropecuários) e nas lutas camponesas, nos sindicatos rurais e nas ligas camponesas no Brasil. Movimentos de populações residentes nas periferias de grandes centros urbanos engrossam os movimentos e lutas sociais. Partidos comunistas, socialistas e organizações clandestinas de esquerda se articulam com associações da sociedade civil: Igreja Católica Romana, associações de imprensa, associações de profissionais progressistas (Iamamoto e Santos, 2021, p. 38-39).

Neste trecho, Iamamoto e Santos (2021) identificam os sujeitos sociais concretos que desbravaram o processo de Reconceitualização do Serviço Social como expressão de resistências vivas e plurais, forjadas no interior de um capitalismo dependente e de um autoritarismo político. Longe de meros reflexos das dinâmicas sociais, tais sujeitos se colocaram como parte ativa da práxis transformadora, deslocando o eixo da funcionalidade conservadora da profissão em direção às lutas emancipatórias. Assim, a renovação crítica do Serviço Social brasileiro não pode ser dissociada desse movimento mais amplo de insubordinação política e social que cobriu os países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970.

Profundamente imbricado nessa dinâmica mais ampla de crítica e resistência, a profissão se aproxima dos conteúdos da “teologia da libertação”, da “teoria da dependência” e da proposta de Paulo Freire de “educação como prática para a liberdade”. Tal recorrência teórica estreitou sua aderência entre as demandas populares, implicando uma importante inflexão ética e política no exercício profissional. Desse modo, assumiu a cena, em lugar da neutralidade técnica, o imperativo da denúncia das estruturas injustas, o fomento a leituras críticas da realidade e comprometidas com a transformação social, adensando uma práxis orientada por valores emancipatórios. Como resultado, abre-se espaço para projetos profissionais alinhados à luta de classes na periferia do capitalismo, impactando a formação, a prática profissional e a organização coletiva da categoria.

Iamamoto e Santos (2021) destacam mesmo uma ambiência histórico-cultural e sociopolítica da esquerda latino-americana que se caracteriza por uma aproximação às “leituras críticas e progressistas da sociedade capitalista e aos ‘marxismos’” (p. 42).

Com base teórica e metodológica eclética⁵⁹, teorias desenvolvimentistas polarizaram inicialmente a reconceitualização do Serviço Social. Somam-se produções oriundas da luta política na América Latina (Guevara, Fidel Castro, Camilo Torres, entre outros) ocorrendo simultaneamente as primeiras aproximações teóricas do

⁵⁹ Iamamoto e Santos (2021) chamam atenção à necessidade de reconhecer esse primeiro momento de apropriação às leituras críticas como um movimento possível naquela conjuntura. Observar os limites de apropriação, tanto para “evitar o risco de sobrepor uma visão europeísta ao debate do pensamento social na América Latina em detrimento de suas particularidades históricas; e também evitar o equívoco de transferir à leitura do marxismo identificada no passado a exigência de um rigor intelectual só possível no presente, com base no avanço do conhecimentos socialmente acumulado, da expansão capitalista e dos conflitos sociais a ela inerentes” (p. 43).

Serviço Social à diversificada tradição marxista. O Movimento de Reconceituação recebe ecos da revolução cultural chinesa, e da experiência soviética via prática político-partidária. Movimentos contestatórios e expressões culturais de camponeses, trabalhadores industriais, indígenas, estudantes, mulheres, negros e moradores das periferias urbanas animam esse renascer do Serviço Social na América Latina (p. 42).

Assim, tem-se um processo profundamente heterogêneo, atravessado por disputas políticas e teóricas que refletiam as contradições daquela ambiência. Sua força crítica não residiu apenas na formulação conceitual, mas na imersão em experiências históricas de contestação, influenciada por intelectuais da luta social. Foi neste contexto que o Serviço Social passou a dialogar com projetos revolucionários e teorias de inspiração marxista, ao mesmo tempo em que se aproximava dos sujeitos das lutas populares. Mesmo atravessado por tensões internas, o processo resultou em um reposicionamento progressivo diante das contradições estruturais do capitalismo dependente, afirmando sua inserção no campo dos projetos emancipatórios das classes subalternizadas.

É o espírito da Reconceituação⁶⁰ latino-americana, perante a maturação do debate e da pesquisa no Serviço Social em seus desdobramentos, que inspiram e dão suporte ao projeto ético-político do Serviço Social hegemônico no Brasil nas últimas décadas. Em outros termos, a orientação ético-política do Serviço Social brasileiro contemporâneo é herdeira da Reconceituação na América Latina e expressa sua superação no processo de construção coletiva de um novo Serviço Social. O reforço das propostas reconceituadas e de sua *superação* tem no projeto do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social* (CELATS⁶¹) um forte impulso, que floresceu na transição da

⁶⁰ Interessante situar que Iamamoto e Santos (2021), alguns parágrafos à frente, chamam atenção que a experiência particular da Reconceituação do Serviço Social nos países latino-americanos aconteceu, ao seu modo, em outros territórios, como movimentos contestatórios, ainda carentes de investigação sistemática.

⁶¹ Condensar, em uma nota de rodapé, o significado do CELATS para a renovação do Serviço Social é tarefa bastante difícil, pois ocupou lugar singular nesse processo na América Latina, especialmente no ciclo histórico da Reconceituação. A tarefa aqui será mediada pela entrevista concedida pela professora Leila Lima Santos - diretora do CELATS nas décadas de 1970 e 1980 – à professora Marilda Villela Iamamoto e publicada pela *Revista Em Pauta*, nº 20, em 2007. Começando pelo seu nascedouro, o CELATS contou com suporte financeiro da Fundação Konrad Adenauer (ligada à democracia cristã alemã) e sua formação se deu como desdobramento do Projeto de Serviço Social do Instituto Solidariedade Internacional (ISI). Ainda que marcado por essa origem institucional, logo se afirmou como espaço de produção crítica enraizada nas lutas populares e nas demandas concretas da realidade latino-americana. Concebido como organismo de cooperação técnica internacional, vinculado organicamente à ALAETS (Asociación Latinoamericana

década de 1970 para 1980. Ele legou as bases de um Serviço Social maduro na sua profissionalidade e dotado de solidez intelectual, tal como se mostra vivo na atualidade (Iamamoto e Santos, 2021, p. 46-47 – grifos das autoras).

Ao afirmar o projeto ético-político como herdeiro da Reconceitualização, Iamamoto e Santos (2021) evidenciam que esse legado foi reapropriado no Brasil, adquirindo densidade teórica, consistência ética e organização política próprias. Nesse horizonte, a renovação⁶² do Serviço Social brasileiro assumiu contornos singulares, moldados pelas especificidades do contexto histórico nacional e por um amadurecimento teórico que superou os limites da crítica reformista. Gradativamente, sobretudo a partir da primeira metade da década de 1970, o que se colocou em curso foi um questionamento sistemático dos fundamentos conservadores, com um deslocamento qualitativo que articula com maior densidade e intencionalidade os referenciais marxistas às contradições vividas pelas classes subalternizadas no interior do capitalismo dependente brasileiro.

de Enseñanza en Trabajo Social), com a qual manteve uma relação tensa, mas estruturante, o CELATS consolidou-se como seu braço acadêmico, com papel central na articulação gremial da categoria. Seu objetivo era politicamente posicionado: construir um Serviço Social conectado às lutas sociais concretas, por meio da formação de profissionais comprometidos com os setores populares e da produção de conhecimento ancorado na realidade latino-americana. Como centro de pesquisa, ensino e articulação política, o CELATS catalisou experiências inovadoras — como os projetos de investigação-ação na Colômbia e no Peru — e abrigou importantes intelectuais críticos do continente, como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Jorge Parodi, Alejandrino Maguiña, Manuel Manrique entre outros, destacando-se por sua capacidade de reunir pensadores que formularam, de modo original, respostas às demandas teórico-políticas da profissão. A revista *Acción Crítica*, amplamente difundida na região — com capilaridade inclusive no Brasil, através da atuação da Editora Cortez — expressava esse projeto coletivo, ao mesmo tempo acadêmico, político e ético. Num contexto de ditaduras militares e fechamento institucional, o CELATS tornou-se um espaço de resistência continental, articulando sujeitos sociais das periferias urbanas, do sindicalismo combativo, dos movimentos camponeses e da Igreja progressista, projetando uma práxis profissional sintonizada com os anseios emancipatórios das classes subalternizadas. Sua força residia não apenas na estrutura organizacional, mas na capacidade de gerar sentido histórico e político para o Serviço Social diante das contradições do capitalismo dependente.

⁶² Neste capítulo, por tomar como referência o tempo histórico em que se consolidou a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, optou-se por situar as vertentes da modernização conservadora e da reatualização do conservadorismo apenas em notas de rodapé, no item 2.2.1. Entretanto, importa aqui reafirmar que o processo de renovação coexistiu — e ainda coexiste — com a pluralidade de vertentes no interior da profissão, sendo que, especialmente durante o período autocrático militar do Brasil, o viés prevalecente constituía a vertente modernizadora do Serviço Social.

Esse processo não se deu de forma dissociada das tensões sociais e políticas mais amplas do país. As críticas elaboradas nos espaços de formação – currículos, estágios supervisionados, leituras marxistas – foram profundamente atravessadas pelas contradições próprias de um Brasil sob regime autoritário, ao mesmo tempo em que dialogavam com a ebulição cultural e política dos setores médios urbanos, as lutas populares emergentes, as mobilizações estudantis e as expressões de resistência intelectual. Assim, o processo de maturação da intenção de ruptura deve ser compreendido como parte de um caldo histórico mais amplo, no qual os sujeitos acadêmicos dialogavam, ainda que em condições adversas, com os projetos de transformação social que resistiam à ordem do capital e à repressão estatal. É nesse cenário, onde resistência e repressão se entrelaçam, que os fundamentos críticos do novo projeto profissional começam a se articular com maior nitidez.

O processo de formulação da ruptura com o Serviço Social tradicional acontece nos intramuros da universidade⁶³ – em processo de refuncionalização pelo ciclo ditatorial –, balizado socialmente pelas tendências mais democráticas postas no movimento real do país, e pela mobilização social das “classes exploradas e subalternas derrotadas em abril” (Netto, 1996, p. 257).

O corte de abril secciona-se desse húmus, mas não impede o seu desenvolvimento na ambiência cultural e ideológica que se caldeia com o exercício oposicionista de segmentos das camadas médias e urbanas. No quadro do ciclo autocrático burguês, é nestes anos que se articulam as tendências sociopolíticas que mais imediatamente suportam a perspectiva da intenção de ruptura: a mobilização antiditatorial (com fortes impulsões de radicalidade anticapitalista) dinamizada pelos setores das camadas médias urbanas jogadas na oposição coloca os referenciais – culturais e políticos – que, na sequência da derrota anterior da classe operária e do conjunto dos

⁶³ A contribuição de Moljo et al. (2025) situa a chamada “refuncionalização” do ensino superior como parte estratégica do projeto autoritário da ditadura civil-militar, promovendo uma intervenção nas universidades por meio de dois movimentos simultâneos: de um lado, a repressão direta – expressa em cassações de docentes e estudantes, prisões políticas, vigilância sistemática e fechamento de centros acadêmicos; de outro, a imposição de uma reforma gerencial de corte tecnocrático, ancorada nos acordos MEC-USAID, que introduziu cursos abreviados e abriu o ensino superior ao capital privado. O objetivo era claro: esvaziar as universidades como espaço de crítica e estancar qualquer articulação entre produção intelectual e lutas sociais. Com o movimento operário submetido à correção estatal, o protagonismo oposicionista deslocou-se para o campo estudantil, que, mesmo sob o AI-5, resistiu por meio de diretórios clandestinos, imprensa alternativa e redes de apoio às greves de Contagem e Osasco, preservando viva a crítica democrática no interior da universidade.

trabalhadores, vão nutrir a perspectiva profissional de que nos ocupamos (Netto, 1996, p. 257).

A articulação crítica encontrou, na realidade brasileira, terrenos específicos para sua materialização. A experiência da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, na primeira metade da década de 1970, converteu-se em ponto de inflexão na reorganização crítica da profissão frente às imposições da autocracia burguesa. O nascedouro em Belo Horizonte não é um acaso. A cidade⁶⁴, à época, configurava-se como refúgio político de opositores do regime militar, palco de intensa efervescência cultural e de militância estudantil progressista, favorecendo a formação de um núcleo intelectual crítico – jovens profissionais formados no entorno dos anos de 1964 que, sob a liderança⁶⁵ de Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga, passaram a confrontar sistematicamente os fundamentos conservadores do Serviço Social.

Foi nesse ambiente contraditório, atravessado por repressão e resistência, que se consolidou a primeira formulação da ruptura com o Serviço Social tradicional.

⁶⁴ Conforme destaca Batistoni (2017, p. 141), Belo Horizonte, em acelerado processo de industrialização desde meados da década de 1950, tornou-se simultaneamente um reduto de elites conservadoras que articularam o golpe de 1964 e um laboratório de mobilização popular. Nesse ambiente contraditório emergiram greves operárias emblemáticas, sindicatos combativos e uma tradição estudantil de corte democrático-socialista. Foi ali que o filósofo jesuíta Henrique Vaz de Lima exerceu ampla influência sobre a Juventude Universitária Católica (JUC), germinando a Ação Popular; Também se enraizou a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), cujos quadros estudaram a crítica da economia política e, no exílio, contribuíram à formulação da teoria da dependência (Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra, Teotônio dos Santos). A greve operária de Contagem (1968), primeiro grande confronto sindical pós-golpe, uniu trabalhadores, estudantes e setores da Igreja denunciaram a superexploração do trabalho. Ainda que a repressão instaurada com o AI-5 tenha sufocado temporariamente essas expressões de resistência, o campo de alianças forjado nesse período constituiu o caldo político-ideológico que permitiu à Escola de Serviço Social de Minas Gerais tornar-se o núcleo originário da intenção de ruptura do Serviço Social brasileiro.

⁶⁵ A inflexão crítica institucional na Escola de Serviço Social da PUC-Minas ganha consistência a partir de 1969, quando Leila Lima Santos e Ana Maria Quiroga assumem a coordenação didático-pedagógica. Sob sua liderança, inicia-se o processo sistemático de revisão curricular, orientado pela crítica ao tradicionalismo profissional e pela incorporação progressiva de fundamentos teórico-metodológicos de base marxista (Batistoni, 2017). Além disso, Batistoni situa mais duas expressões individuais que estiveram presente e participaram da elaboração na escola de Belo Horizonte, são elas: a professora Consuelo Quiroga, vice-diretora daquela escola e diretora do CELATS, e Marilda Soares Vilella, recém formada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Por fim, cada aqui também o registro da presença da professora Maria Rosângela Batistoni naquele contexto de articulação de novas bases para o Serviço Social.

[...] na exploração intensiva desses espaços que os jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissionais e no plano da formação (Netto, 1996, p. 262-263).

Fortemente influenciada pela teoria social de Marx e pelo método dialético, essa formulação tomou a totalidade social como eixo analítico, articulando-a às determinações históricas do capitalismo dependente brasileiro (Abramides, 2016) e apontando para uma sociabilidade orientada à emancipação. Nessa lógica, o chamado “Método Belo Horizonte”: denunciou a neutralidade⁶⁶ técnica, reorganizou o estágio supervisionado como espaço da práxis crítica, incorporou referências⁶⁷ do desenvolvimento de comunidade, da educação popular e da pedagogia freireana, ancorando-se no materialismo histórico-dialético para conferir centralidade à questão social enquanto expressão da contradição capital-trabalho. A composição interdisciplinar do corpo docente — oriundo das ciências sociais e humanas — reforçou a crítica à importação de modelos exógenos e evidenciou a inserção subordinada da América Latina no sistema capitalista mundial (Batistoni, 2017).

⁶⁶ Batistoni (2017) indica que projeto profissional da escola de Belo Horizonte, conhecido como Método BH comporta críticas ao tradicionalismo da profissão, com a denúncia da “aparente ‘neutralidade’ teórico-prática” do Serviço Social; da “importação de modelos teórico-operativos desconectados das particularidades históricas latino-americanas”; e à normalização das refrações da questão social, que a partir de referencial funcionalista buscava situar problemas da conformação do modo de produção burguês (do modelo econômico) como desajustes individuais (p. 144). Como parte do processo de aproximação inicial da profissão com a matriz marxista a perspectiva do projeto continha traço eclético, pois as referências teóricas que fundamentavam a proposta sofriam da “ausência das fontes originais do pensamento de Marx (p. 145). Assim, “[...] no viés da tradição marxista que a proposta da Escola de Belo Horizonte incorporou, encontram-se suas debilidades e equívocos [...]” (Idem). Entretanto, “[...] esse balanço crítico não desconsidera a importância teórica e ideológica dessa mesma incorporação, realizada em condições não favoráveis, mas abrindo os horizontes ideo-políticos no processo de renovação do Serviço Social no Brasil” (p. 146).

⁶⁷ Antes da adoção sistemática do marxismo, as fissuras no tradicionalismo foram alimentadas por práticas de Serviço Social rural, educação popular freireana e projetos de Desenvolvimento de Comunidade, que introduziram a crítica à neutralidade técnico-operativa da profissão (Batistoni, 2017).

Mais do que experiência pedagógica localizada, o Método BH tornou-se marco inaugural da virada crítica da profissão. Ao deslocar o Serviço Social do tecnicismo funcional para um horizonte crítico – integrando formação, intervenção e análise da totalidade social – antecipou os fundamentos que, posteriormente, sustentariam o projeto ético-político hegemônico do Serviço Social brasileiro.

Embora abruptamente interrompido em 1975, com a demissão de suas principais lideranças, o Método BH manteve-se como referência viva, irradiando-se por meio da produção intelectual⁶⁸, da nascente pós-graduação e do engajamento político de seus protagonistas, impulsionando novas experiências formativas e organizativas do Serviço Social brasileiro.

As bases teórico-metodológicas forjadas em Belo Horizonte aos poucos transcenderam os muros da Escola. Durante o período mais agudo da repressão militar, esse substrato teórico, em alguma medida, deu aos estudantes instrumentos para converter indignação em resistência organizada; assim, mesmo sob o cerco do AI-5, as mobilizações estudantis reapareceram renovadas

Após o golpe de 1964, o movimento estudantil de Serviço Social intensificou seus embates, que culminaram, em outubro de 1968, com 25 estudantes do Serviço Social presas no Congresso da UNE em Ibiúna⁶⁹; a tentativa de silenciamento por parte do Estado ditatorial concretizou-se com a edição do AI-5, em dezembro daquele mesmo ano (Abramides, 2016, p. 461). Mesmo sob repressão, essa vanguarda manteve viva a crítica ao tecnicismo formativo.

Na década de 1970, a mobilização acadêmica, sindical e estudantil ganhou corpo. As convenções da ABESS em São Luís (1973) e Piracicaba (1975)

⁶⁸ A criação da revista *Serviço Social & Sociedade*, em 1979, sob a liderança de Myriam Veras Baptista e em parceria com a Cortez Editora, consolidou-se como instrumento estratégico da virada crítica. Em meia à reorganização das lutas populares e à emergência da pós-graduação em Serviço Social, o periódico tornou-se um espaço plural de produção e difusão do pensamento crítico da área (Yazbek et al., 2016).

⁶⁹ O comprometimento ético-político do movimento estudantil do Serviço Social já se fazia muito latente em 1968, como atesta Abramides (2016, p. 461), ao relatar que: “[...] durante seu congresso, em julho de 1968, em Fortaleza (CE), a assembleia de estudantes aprovou uma tese defendida pelo setor hegemônico militante na APML (Ação Popular Marxista Leninista), uma das muitas organizações clandestinas de esquerda existentes no período. A tese sustentava que a profissão deveria ter como referência a realidade brasileira e sua inserção no modo de produção capitalista para a formação e o exercício profissional; expressava ainda os direitos e lutas sociais sufocados pela forte repressão da ditadura militar e o compromisso com os trabalhadores”.

questionaram a estrutura curricular tradicional — defendendo a centralidade da questão social e a vinculação ao marxismo — abrindo espaço à novas propostas formativas.

Em 1978, enquanto estudantes se rearticulavam no I Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (I ENESS), em Londrina — afirmando compromisso com um projeto profissional crítico e com a democratização da sociedade —, assistentes sociais se organizaram no I Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, em Belo Horizonte, dando vida à Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS).

Essa aliança entre CENEAS, ABESS e movimento estudantil⁷⁰ consolidou um projeto crítico-democrático que, nos anos finais da década de 1970 e início dos anos 1980, expandiu-se sobre novas bases. O acúmulo teórico-político então produzido viabilizou a transição “para elaborações crítico-históricas mais abrangentes, apoiadas nomeadamente no recurso a concepções teórico-metodológicas colhidas em suas fontes originais⁷¹” (Netto, 1996, p. 265).

⁷⁰ Na década de 1980, esse protagonismo estudantil conquistou sua estruturação orgânica. Em 1988, é criada a Subsecretaria de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), institucionalizando a presença da área nas instâncias de direção do movimento estudantil nacional. Em 1993, essa subsecretaria se transforma na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), consolidando uma estrutura orgânica de intervenção política no campo da formação e da direção profissional. Com isso, o movimento estudantil passa a exercer papel estratégico na consolidação do projeto ético-político profissional, intervindo de forma qualificada tanto nos debates curriculares quanto na articulação com as lutas sociais em curso.

⁷¹ O processo de questionamento das bases tradicionais do Serviço Social, que encontrou radicalidade na perspectiva de “intenção de ruptura”, foi se consolidando a partir do reiterado exercício de apropriação de teorias capazes de explicar o significado social da profissão, inserida nos marcos da ordem burguesa. Foi por esse exercício de apropriação de uma teoria social, capaz de subsidiar a leitura da realidade, que se deu a interlocução do Serviço Social com o marxismo, com as fontes originais de Marx e com a teoria social crítica contemporânea. A processualidade da aproximação da profissão à tradição marxista e, posteriormente, às fontes originais do próprio Marx, explicita, no seu interior, uma relação de continuidade e ruptura, expressão de um movimento em que “se põem e repõem eixos teórico-metodológicos, núcleos temáticos e indicativos profissionais” (NETTO, 1996, p. 268). A conjuntura da década de 1980 mobilizou forças no sentido de buscar uma leitura que conseguisse subsidiar a análise da realidade social, potencializada pela decadência do ciclo autocrático e pela efervescência de tendências democratizantes que cobriam aqueles anos. Foi justamente o acúmulo crítico dessa vivência profissional que, em meados dos anos 1990, inaugurou a apropriação ontológica da vertente crítico-dialética, matizada pelos processos anteriores de aproximação da tradição marxista e da teoria marxiana. Sua resultante traduz-se na busca da essência do real para, a partir da apreensão dos seus fundamentos, estabelecer uma profunda ruptura com o

O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em 1979 na cidade de São Paulo, transformou-se na expressão pública e incontornável da ruptura com o conservadorismo profissional. Reconhecido como o “Congresso da Virada⁷²”, o evento condensou um acúmulo teórico-político gestado ao longo da década de 1970, sobretudo nos núcleos acadêmicos, nas entidades sindicais e no movimento estudantil, convertendo esse capital crítico em deliberações institucionais que deslocaram a hegemonia modernizadora então dominante das estruturas do CFAS/CRAS.

A força dessa inflexão expressou-se na presença significativa da juventude, que disputou ativamente a redefinição do projeto profissional, assumindo a crítica à neutralidade técnica, a defesa da teoria social de Marx como referência formativa e o compromisso com as lutas populares. Essa articulação entre reorganização estudantil e renovação do Serviço Social transformou uma crítica antes difusa em orientação concreta para a categoria.

As resoluções aprovadas — destacam-se a defesa da redemocratização, o repúdio à repressão estatal e a exigência de currículo crítico ancorado na questão social — cristalizaram pautas estudantis e de setores críticos, reposicionando o Serviço Social diante das contradições sociais e políticas do país. A força política do III CBAS não residiu apenas no seu conteúdo deliberativo, mas na articulação entre

conservadorismo e efetivar um novo rumo ao projeto profissional, afinado às aspirações democráticas e populares das classes trabalhadoras.

⁷² Nas palavras de Abramides (2016) “o III CBAS se transformou na expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores em sua condição de assalariamento, no compromisso profissional com os direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, na práxis profissional vinculada às demandas concretas dos trabalhadores aos movimentos sociais, na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciara a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganiza, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriam nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, práxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos CRAS e CFAS que estavam sob hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; na retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e Celats; na ação conjunta da Ceneas, Abess, Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na Une) no período de 1979 a 1982; na incorporação do conjunto CFAS/CRAS no IV CBAS em 1982, já parcialmente renovado pelo processo de democratização, que se ampliou na década de 1990 (p. 465-466).

crítica teórica acumulada nas escolas e resistência cotidiana nos locais de trabalho e nos movimentos sociais. Desse modo, o Congresso estabeleceu uma plataforma comum de disputa da direção social da profissão, abrindo caminho para a revisão curricular conduzida pela então ABESS, aprovadas em 1982 e implementada a partir de 1983 e, mais adiante, para as Diretrizes de 1996, ao mesmo tempo em que impulsionou a reorganização das entidades profissionais e a inserção estratégica dos assistentes sociais nas lutas democráticas do período de transição pós-ditadura.

A consolidação da ruptura com o conservadorismo manifestou-se, no campo da prática e da organização sindical, em três esferas combinadas: novas⁷³ posturas no exercício profissional, com centralidade na defesa dos direitos dos usuários; fortalecimento da luta sindical⁷⁴ – a categoria se reconhece como parte da classe

⁷³ Importante registrar a experiência no Inocoop-SP (Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais) no período de 1977 a 1979, que fomentou a organização popular em torno da luta pela habitação, culminando na demissão da equipe de assistentes sociais. Tal experiência foi sistematizada pelos profissionais a partir de duas produções teóricas sendo um artigo com o título “Demissão em massa: fim de um trabalho social comprometido?” publicado na revista *Serviço Social & Sociedade* em 1980, e um livro “Repensando o trabalho social: a relação entre Estado, Instituição e População”, publicado também em 1980, pela Editora Cortez (EIRAS...et. al., 2019). Outra experiência importante situa-se na Secretaria de Bem-Estar do Município de São Paulo (SEBES) de 1981 a 1984, onde a equipe, com atuação interdisciplinar, conseguiu romper com a lógica de trabalhar demandas setorialmente, articulando-as a partir de territórios e coletivamente.

⁷⁴ Abramides (2006) se dedica ao estudo da história da organização político-sindical dos assistentes sociais. Ela situa que as entidades sindicais da categoria, em fins dos anos 1980, faziam parte do movimento sindical classista da CUT (Central Única dos Trabalhadores), primeiramente, através da CENEAS (Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais e Pré-sindicais dos assistentes sociais – entre 1979 a 1983) e, depois, substituída pela ANAS (Associação Nacional dos Assistentes Sociais – de 1983 a 1992). Em 1992 a ANAS foi extinta por deliberação da categoria a partir de seus fóruns, quando se aderiu a organização sindical por ramo de atividade econômica. O desfecho até a construção daquela deliberação foi plasmado ao longo dos anos 1980 e, em 1986, o II Congresso Nacional da CUT decidiu a respeito de uma nova organização da estrutura sindical, buscando romper com um formato de sindicalismo vigente desde o Estado Nova, da década de 1930. O acúmulo da vivência de participação nas lutas das classes trabalhadoras, desempenhando importante papel na politização e organização sindical, potencializou a própria organização política do Serviço Social. De outro modo, novos fluxos ressoaram no movimento sindical da década de 1990, com o deslocamento das estratégias de “ação direta das massas, de greves localizadas e gerais, de organização de base nos locais de trabalho, para uma ação majoritária no âmbito da institucionalidade por intermédio das Câmaras Setoriais” (Abramides, 2006, p. 45). Tal movimento caracteriza um sindicalismo que insurgia com traço social-democrata, que arrefecia a radicalidade das lutas, fragilizando a autonomia e independência dos embates travados pelas classes trabalhadoras. Interessante observar que a imbricada relação entre a política e a direção social de sindicato, movimentos sociais e organizações profissionais construiu o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980. O saldo dessa composição partido-sindicato ressoou no debate do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que as vanguardas

trabalhadora e se vincula às lutas mais gerais daquele tempo histórico; e a renovação dos dirigentes do conjunto CFAS/CRAS, que passam a incorporar a perspectiva crítica. Esses desdobramentos, ainda nutridos pelo impulso do III CBAS, assentaram as bases institucionais para o projeto ético-político hegemônico que se afirmaria na década seguinte.

Paralelamente, no plano teórico e formativo também se avançou em três frentes centrais: a produção intelectual ancorada na tradição marxista e marxiana, inaugurada pelo livro *Serviço Social e relações sociais no Brasil*⁷⁵, de 1982, de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho; o currículo nacional aprovado elaborado pela então ABESS, em 1982⁷⁶, que incorporou fundamentos marxistas para subsidiar a leitura da realidade social; e a radicalização teórico-metodológica resultante da articulação entre pesquisa acadêmica e prática profissional, responsável pelo enraizamento duradouro da perspectiva da ruptura.

Esse movimento não se limitou à formulação conceitual; consolidou-se simultaneamente na práxis cotidiana e na disputa sindical, erigindo um novo padrão ético-político para o Serviço Social brasileiro, comprometido com a defesa dos interesses da classe trabalhadora. A convergência materializou-se em três marcos jurídicos e simbólicos: o Código de Ética Profissional (1993), a Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996, que codificaram a crítica ao conservadorismo e afirmaram valores como liberdade, justiça social e direitos humanos. O significado dos referidos documentos constituem-se num marco legal do giro que veio se consolidando na profissão desde os anos finais da década

da categoria que compunham as entidades organizativas estavam, na sua maioria, alinhadas ao Partido dos Trabalhadores e também comparecia a vinculação ao Partido Comunista do Brasil.

⁷⁵ Mais uma vez, cabe reafirmar o peso teórico-analítico do desvendamento do significado da profissão, inaugurado por Iamamoto em 1982 – em parceria com Carvalho – que esbanja uma sólida e rigorosa postura metodológica comprometida com a perspectiva ontológica de Marx. Sua análise, mesmo já contabilizando mais de quarenta anos desde a primeira edição, é referência obrigatória para uma compreensão crítica da natureza do Serviço Social no bojo da produção e reprodução das relações sociais.

⁷⁶ O currículo mínimo de 1982 fez o movimento de buscar superar o Serviço Social tradicional, entretanto nele comparece o embate teórico-metodológico típico daquele momento de renovação. As unidades de ensino, a partir da coordenação da ABESS, deu voz à imbricada tensão de concepções que compareciam na profissão, não sendo capaz, naquele tempo, de construir um currículo que trouxesse a organicidade da ruptura com o tradicionalismo na profissão.

de 1970 com a recusa e crítica do conservadorismo no Serviço Social. Além disso, neles encontra-se expressa a defesa dos valores centrais que passaram a nortear o Serviço Social crítico.

Tratar do projeto ético-político da profissão exige compreendê-lo como expressão histórica de uma construção coletiva orientada por fins éticos e políticos. Seus instrumentos legais – fruto de disputas concretas – revelam um constructo teórico teleologicamente edificado pela ação humana com objetivos, metas e finalidades.

A trajetória reconstruída neste capítulo evidencia que o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro é fruto de uma construção histórica situada, forjada no entrecruzamento de determinações estruturais e da ação teleológica de sujeitos concretos que tensionaram os limites do conservadorismo profissional. Da gênese marcada pelo apostolado católico e pela racionalidade funcionalista à virada crítica que emerge no bojo das lutas sociais e acadêmicas, a profissão percorreu um caminho em que o trabalho profissional deixou de ser mera engrenagem da regulação social e assumiu contornos de um pôr teleológico secundário, no sentido lukacsiano, voltado à transformação de consciências e práticas sociais. Esse projeto, ao articular crítica teórica, engajamento político e organização coletiva, consolidou-se como ideologia no interior da luta de classes, orientando a profissão para além da neutralidade técnica e em direção a um horizonte emancipatório, no qual a defesa intransigente dos direitos humanos e da classe trabalhadora constitui seu núcleo ético e político.

3 DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

No início do segundo capítulo, destacamos a tríade — trabalho, questão social e dimensão ideo-política — como base histórico-ontológica do Serviço Social. Dizemos ontológica porque ela deriva do encadeamento entre trabalho enquanto pôr teleológico, contradições sociais e elaboração ideal, condição de toda práxis humana. Por outro lado, dizemos histórica porque esse mesmo encadeamento se concretiza, na profissão como trabalho assalariado responsável por mediar as expressões da questão social no capitalismo dependente brasileiro. Mais do que um alicerce histórico, essa tríade tem raízes ontológica: ela sustenta a interdependência entre o

trabalho (pôr teleológico criador), a questão social (seu efeito estrutural) e a dimensão ideo-política (a elaboração ideal/ideologia que orienta a práxis). É nessa dupla chave — fundante e historicamente determinada — que a ética profissional emerge como adesão consciente a valores emancipatórios, codificados no Código de Ética de 1993, na Lei 8.662 de 1993 e nas Diretrizes Curriculares de 1996, projetando-se, assim, sobre o trabalho profissional como orientação voltada aos interesses da classe trabalhadora.

Assim, o trabalho é aqui considerado em dois planos articulados. Em termos ontológico-geral o trabalho é *pôr teleológico*, capacidade de antepor mentalmente um fim, escolher meios e objetivar-se na natureza. Dessa atividade emergem linguagem, consciência, sociabilidade e, portanto, valores. E histórico-social, à medida que a sociabilidade se complexifica, o trabalho assume formas concretas determinadas pelos modos de produção. No capitalismo, converte-se em *trabalho assalariado* regulado pela lei do valor; a força de trabalho torna-se mercadoria, submetendo a atividade concreta às exigências do trabalho abstrato e da extração de mais-valor. A ética profissional do Serviço Social condensa essa dupla face: é expressão do núcleo ontológico (o fazer teleológico que demanda fins humanizadores) e, ao mesmo tempo, resposta histórico-política às condições do trabalho assalariado que a profissão exerce no interior da divisão sociotécnica. Daí a necessidade de princípios que resguardecem, contra a mercantilização, o sentido emancipatório originário inscrito no próprio ato de trabalhar.

Entretanto, somente no decorrer da presente pesquisa, foi possível perceber que esse arranjo da tríade reflete, precisamente, o caminho metodológico dos complexos mais importantes⁷⁷ delineado por Lukács em *Para uma ontologia do ser social* (2016). Neste, o trabalho emerge como o modelo para compreender todas as demais categorias, ao mesmo tempo em que cada uma delas só se revela em sua totalidade, quando consideradas no interior de um todo estruturado. Para Lukács (2016), o método ontológico tributário de Marx exige, primeiro, a decomposição analítica de cada categoria em seu “novo complexo” de ser — o exame cuidadoso de

⁷⁷ Assumo aqui apresentar limites de tempo para o tratamento do complexo do estranhamento. Entretanto, todo o estudo, ficou centrado nesses três complexos e, somente com a parte teórica em andamento, já na fase final, veio a questão que apontava que a tríade se tratava do mesmo caminho metodológico lukacsiano.

suas propriedades singulares — e, só depois, seu reingresso no complexo do ser social, entendido como totalidade onde as diversas dimensões se articulam dialeticamente.

Nesses termos, o trabalho profissional no Serviço Social não se limita a técnicas operativas, mas representa a inserção do assistente social no processo de reprodução material da vida coletiva. A questão social, por seu turno, não se reduz a problemas conjunturais de pobreza ou exclusão, mas traduz as tensões estruturais entre produção e reprodução capitalistas. E a dimensão ideo-política, entendida como mediação ativa entre base e superestrutura, revela como valores, projetos e concepções de mundo emergem das condições concretas e orientam a práxis transformadora. Só ao integrar essas três faces — reconhecer o trabalho como fonte ontológica, entender a questão social como seu efeito estrutural e assumir a ideologia como vetor ético-político — o Serviço Social se revela em sua potência de projeto ético-político capaz de intervir na totalidade social e fomentar mudanças emancipatórias.

Dito isto, este terceiro capítulo inaugura-se retomando a tríade não como simples herança, mas como chave analítica, como roteiro vivo da própria investigação em curso. Tal como no verso de Antonio Machado, *“caminante, no hay camino, se hace camino al andar”*, a construção metodológica desta tese não seguiu trilhas pré-traçadas: descobrimos, passo a passo, como cada dimensão se amálgama e ganha forma na profissão.

Entretanto, um novo dado se acresce aqui. A nossa tríade ganha concretude nas três dimensões que constituem o exercício profissional. Ou seja, as bases histórico-ontológicas do Serviço Social se articulam as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política da prática cotidiana, revelando de que maneira o projeto ético-político se sustenta e se concretiza no dia a dia do trabalho.

Nesse sentido, o trabalho, compreendido como atividade humana que produz e reproduz as condições de existência, encontra sua expressão na dimensão técnico-operativa. Ao planejar sua ação⁷⁸, o assistente social parte de um diagnóstico da

⁷⁸ A dimensão da autonomia relativa do trabalho profissional sempre se coloca no horizonte dessas reflexões. Nesse sentido, vale deixar registrado uma síntese de Yolanda Guerra que traduz essa condição do assistente social trabalhador, que depende da venda da sua força de trabalho: “[...] como trabalhador [este] só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho,

realidade que articula, historicamente⁷⁹, a análise político-econômica nos planos universal e singular ao exame da conjuntura institucional e aos dois polos demandantes – empregadores e trabalhadores – presentes nos diversos espaços sócio-ocupacionais. A partir dessa leitura, ele elabora planos de ação, projetos e atendimentos que buscam mediar as condições materiais de vida, com vistas à reconfiguração⁸⁰ das relações sociais invisibilizadas pela reprodução capitalista.

A questão social, expressão das contradições entre produção e reprodução no capitalismo, encontra seu desdobramento na dimensão teórico-metodológica. Neste campo, o referencial teórico de que se vale precisa fornecer o mapa analítico para apreender a totalidade social, mobilizando métodos de pesquisa e estudo que examinem criticamente de que modo as estruturas econômicas e políticas moldam as vivências cotidianas dos sujeitos.

meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de: jornada de trabalho, funções, atribuições etc.) além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigentes. Estas definem um tipo de relação que se estabelece entre o profissional e a instituição, bem como determina as atividades/projetos para os quais é contratado, limita sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio-histórico e à capacidade estratégica do profissional” (Guerra, 2007, p. 6).

⁷⁹ O componente histórico perpassa todo o processo de trabalho do assistente social: ao incorporar esse recorte no diagnóstico, reforça-se que a realidade é um produto de lutas e transformações acumuladas. Situar as condições materiais de vida num continuum histórico torna claro que políticas públicas, estruturas institucionais, relações de trabalho são resultados de disputas e transformações ao longo do tempo. Esse olhar buscar desvelar as raízes estruturais da desigualdade e das formas de dominação, oferecendo subsídios para intervenções que interfiram nos mecanismos reprodutivos do capitalismo. Como Marx já advertia em *A ideologia alemã*, a história constitui nossa ciência-mestra — natural e humana —, cujo desdobramento mútuo só pode ser compreendido na inseparável articulação entre os processos naturais e a ação humana (2007, p. 86).

⁸⁰ Aqui, entende-se por reconfiguração das relações sociais invisibilizadas pela reprodução capitalista a potencialidade viva no exercício crítico e transformador do assistente social. O seu trabalho pode e deve desvelar as contradições de poder encobertas pelas dinâmicas de acumulação e exploração — sejam elas de classe, gênero, raça ou território — para, em seguida, intervir na reorganização desses vínculos em direção à “equidade”. Esse processo implica em: tornar explícitas as formas de dominação institucionalizadas (por exemplo, os fluxos burocráticos que excluem parcelas da população); reformular práticas, normas e procedimentos, incorporando a participação ativa dos sujeitos historicamente marginalizados e fortalecendo mecanismos de controle social e de autogestão; questionar narrativas hegemônicas que naturalizam a pobreza e a precarização, forjando novos sentidos comuns que valorizem solidariedade, justiça social e protagonismo popular. Em suma, trata-se de uma práxis contínua, fundada no diagnóstico crítico da realidade e orientada para a emergência de relações sociais mais democráticas e emancipatórias.

E, por fim, a dimensão ideo-política, entendida como mediação histórica entre base e superestrutura, ganha forma normativa e organizativa na dimensão ético-política. O Código de Ética de 1993, a Lei 8.662/93 e as Diretrizes Curriculares de 1996 institucionalizam o compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos coletivos. Ao mesmo tempo, o assistente social assume um papel de sujeito político nas instâncias sindicais de que participa, em espaços de controle social, conselhos profissionais e campo acadêmico, disputando hegemonia ideológica em favor das classes subalternizadas. É nesse movimento que o Serviço Social se afirma como uma ideologia emancipatória, não apenas um conjunto de normas, mas uma força social organizada capaz de orientar e transformar a própria reprodução das relações de poder.

Desse modo, ao amalgamar essas duas instâncias — histórico-ontológica e prática — encontramos o modo como o projeto ético-político do Serviço Social deixa de ser abstração para se materializar em ações cotidianas, compondo uma orientação profissional comprometida com o questionamento das contradições do capitalismo dependente do país.

Para dar concretude a essa articulação, o capítulo dialoga com três experiências de diferentes momentos da história da profissão, derivadas de pesquisas e de vivência profissional. São elas: o livro *Serviço Social e ação profissional crítica*⁸¹ (2019), que procura atribuir visibilidade às alterações que se processaram no trabalho profissional na década de 1980; o artigo *Referências e posicionamento crítico dos Assistentes Sociais nos anos 1990* (2015), que busca identificar, naquele contexto, o modo como os assistentes sociais explicitavam a ruptura com o Serviço Social tradicional; e o artigo *A tendência à desprofissionalização no exercício profissional do(a) Assistente Social: competências e atribuições privativas em debate* (2021), que

⁸¹ *Serviço social e ação profissional crítica* (Eiras et al., 2019) resulta de pesquisa financiada pela UFJF, conduzida por seis assistentes sociais inseridas tanto no campo quanto na universidade. O estudo mapeou livros publicados e artigos da revista **Serviço Social & Sociedade** na década de 1980, selecionando aqueles que abordavam explicitamente a prática profissional. O objetivo foi identificar como se materializava, nos diferentes espaços socio-ocupacionais, a ruptura com o Serviço Social tradicional, articulando referências teórico-metodológicas críticas ao novo posicionamento ético-político. Os resultados mostram forte convergência progressista: defesa de direitos civis e sociais, articulação com movimentos populares, crítica às formas conservadoras de atendimento e ênfase nas lutas da classe trabalhadora — elementos que constituíram a base do projeto ético-político hegemônico nos anos seguintes.

se trata de um relato de caso. Cada material ilustrará como a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política se funde às três dimensões constitutivas do exercício profissional: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

A escolha desses materiais apoia-se em critérios claros. Primeiro, o livro sobre os anos 1980 e o artigo referente aos anos 1990 resultam de investigações conduzidas em universidade pública, vinculadas a grupo de pesquisa certificado, alicerçadas em amplo acervo documental e aprovadas por conselhos editoriais acadêmicos. Segundo, o artigo mais recente, que se trata de um relato de experiência profissional em instituição federal de ensino (IFES), passou pelo mesmo crivo de avaliação de pares, assegurando rigor e confiabilidade. Terceiro, cada texto ilumina um momento distinto da trajetória da ruptura com o tradicionalismo profissional (1980, 1990 e atual), o que permite uma comparação histórica consistente; além disso, há minha participação direta na elaboração das três referências, circunstância que reforça a legitimidade do conjunto, como materiais que estive no processo de análise e concepção.

Cabe, ainda, explicitar minha posição no campo e o desenho do estudo de caso. Assumo a dupla condição de pesquisadora e trabalhadora do IFSudesteMG (desde 2010). Essa posição “interna”, coerente com o horizonte lukacsiano que vincula consciência e práxis, é aqui tratada de modo reflexivo: uso a primeira pessoa quando descrevo procedimentos e tensões vividas na assistência estudantil; nos demais trechos, mantenho a terceira. O caso de desprofissionalização é mobilizado de forma instrumental — não para narrar uma experiência particular, mas para iluminar mediações típicas do presente (reestruturação gerencial do Estado, polivalência, pressões por delegação de competências, gestão da escassez).

Para assegurar o rigor teórico-metodológico, os três autores do texto articularam análise documental (normativas internas, portarias, dados orçamentários, relatórios do CRESS/Seccional Juiz de Fora) e literatura da área.

Por fim, é preciso reconhecer que todo projeto ético-político só se materializa quando articula duas ordens de ação complementares. De um lado, estão os projetos societários, grandes narrativas com força social, com potencial de transformação, que disputam a hegemonia sobre o futuro da humanidade. De outro, despontam os projetos profissionais, as estratégias, normas e práticas cotidianas por meio das quais cada categoria dá corpo (ou contrapõe) esses desígnios mais amplos. No Serviço

Social, essa mediação é decisiva: enquanto os projetos societários definem o “onde queremos chegar”, os projetos profissionais revelam “como” a categoria se posiciona nessa disputa, definindo sua autoimagem, seus valores e seus instrumentos normativos.

3.1 PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS

Ao longo dessa tese, trabalhamos com a organização da estrutura social marxiana, situando as ideias que orientam a ação humana na esfera da superestrutura – ou seja, como verdadeiras forças sociais. Em toda sociedade, tais ideais se cristalizam em projetos societários: perspectivas de mundo, carregadas de intencionalidade política, que emergem de leituras coletivas dos problemas sociais e da formulação de respostas para eles.

Netto (1999) enfatiza que os projetos societários derivam de um determinado tipo de projeto coletivo – marcadamente com a característica da classe social a qual representa –, possuem caráter universal com intencionalidade que cobre o conjunto da sociedade, implicando numa dimensão política, de disputa de poder. Desse modo, “apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (p. 93). Ao estabelecer diretrizes de longo prazo, esses projetos disputam poder e conformam o horizonte dentro do qual as categorias profissionais — inclusive o Serviço Social — desenvolvem seus próprios planos de ação.

Por sua característica teleológica, os projetos societários funcionam como repertórios de respostas aos problemas da sociedade e, à medida que se tem alteradas as condições materiais e políticas, novas respostas e novos projetos se colocam no horizonte, num contínuo movimento de transformação e adaptação histórica.

Todavia, como adverte Netto (1999), embora a correlação de forças entre projetos societários deva pressupor a liberdade de expressão e democracia política,

[...] a experiência histórica tem demonstrado que, por razões de natureza econômico-social e cultural, mesmo num quadro de

democracia política os projetos societários que atendem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes possuidoras e politicamente dominantes (NETTO, 1999, p. 94).

Esse desequilíbrio estrutural ecoa também na capacidade das categorias profissionais de transformarem seu projeto ético-político em prática efetiva.

A complexidade das relações forjadas na base econômico-social — reforçadas pelas ideias e instituições da superestrutura — tende a esconder as disfunções que delas decorrem, abrindo espaço para que a força hegemônica se apresente como “realidade natural”. Ainda assim, não podemos ignorar que, mesmo nesse terreno adverso, existe um campo pulsante de disputas pela hegemonia, voltado à construção de um horizonte alternativo de transformação social.

Os projetos profissionais, assim, têm caráter de projeto coletivo, constituem-se como desdobramentos teleológicos que expressam o horizonte construído por um sujeito coletivo regulamentado⁸² juridicamente. Eles

[...] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos necessários (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 95).

A construção do projeto profissional é uma tarefa do seu coletivo, de sua categoria profissional, que elabora respostas às demandas que lhes são postas. Este coletivo — que expressa a auto-imagem da profissão, elege os valores que a orientam e delimita seus principais instrumentos normativos e formativos — compõe-se de sujeitos que dão efetividade à profissão, estando organizados por ramo de atividades (no exercício profissional), por instituições de formação, pesquisadores, professores e estudantes da área, e pelos órgãos representativos da categoria. Num resumo, as

⁸² As profissões regulamentadas possuem legislação própria que prevê direitos e deveres profissionais, tipo necessário de qualificação para exercer a atividade profissional e sujeição à fiscalização de seu trabalho.

principais instituições que representam este coletivo profissional do Serviço Social hoje são: o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, a ENESSO, os sindicatos e outras associações de assistentes sociais.

A dinamicidade também opera nos projetos profissionais que, no âmbito das necessidades sociais a qual respondem, estão submetidos a influxos históricos, culturais, econômicos e políticos, num constante movimento de subordinação ou de rebeldia às mudanças requeridas. A dimensão da disputa, da tensão, sempre está presente no interior de um projeto profissional de uma categoria e, mesmo que este tenha alcançado hegemonia num dado tempo histórico, o projeto não expressa um campo unívoco e muito menos, imutável, mas se renova continuamente na intersecção entre fidelidade às suas conquistas e questionamento crítico das demandas emergentes.

Por isso mesmo, a elaboração e a afirmação (ou, se se quiser, a construção) de um projeto profissional deve dar-se com a nítida consciência de que o *pluralismo* é um elemento factual da vida social e da profissão mesma, cabendo o máximo de respeito a ele, respeito, aliás, que é um princípio democrático (NETTO, 1999, p. 96 – grifos do autor).

A dimensão do pluralismo⁸³ – enquanto debate de ideias, convivência de perspectivas diversas e disputa teórico-política – é uma conquista fundamental para qualquer projeto profissional. Ao mesmo tempo, “supõe também o respeito às hegemonias legitimamente conquistadas” (NETTO, 1999, p. 97).

O mesmo padrão se repete no jogo entre projetos societários e projetos profissionais: enquanto os primeiros operam como superestruturas ideológicas que ocultam ou revelam as relações de exploração capitalista, os segundos agem como vetores de valores e normas de um coletivo profissional. Em grande medida, um

⁸³ Na questão do pluralismo, Netto (1999) referencia duas abordagens diferentes a respeito do tema. Em Coutinho (1991) de *Pluralismo: dimensões teóricas e políticas* e em Tonet (1997) de *Pluralismo metodológico: falso caminho*. Os dois textos, que já contabilizam mais de duas décadas, trazem abordagens diferentes sobre o tema, mas na essência chamam atenção para a distinção entre pluralismo enquanto convivência de ideias e pluralismo enquanto construção de conhecimento, neste segundo, ressalta-se a possibilidade de desaguar no ecletismo. Por hora nos importa situar essas duas dimensões da compreensão do pluralismo e, de forma mais detida, voltaremos a este debate quando do tratamento dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993.

projeto profissional incorpora elementos de determinados projetos societários – e, em certas conjunturas, chega a contrapô-los. Esse tensionamento ficou evidente a partir da década de 1980, quando o Serviço Social, ao adotar uma direção social cristalizada na crítica ao conservadorismo, assumiu posição contra-hegemônica em relação ao projeto burguês hegemônico.

De acordo com Netto (1999), a possibilidade de que, “em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profissionais que conquistem hegemonia em suas respectivas categorias” (p. 97) está condicionada à aproximação dessa mesma categoria com o polo de lutas dos interesses da classe trabalhadora, bem como à capacidade dessa classe de organizar suas demandas e interesses. Assim, cabe à categoria desenvolver uma consciência histórica que a posicione ao lado da classe trabalhadora, uma vez que dela também faz parte e compartilha das mesmas amarguras – ainda que em níveis diferentes. Além disso, torna-se essencial a afirmação social e política dessas lutas, de modo que se configurem como um horizonte a ser perseguido, mesmo diante dos limites impostos pela lógica capitalista nas disputas coletivas.

Tal movimento processa divergências importantes na base profissional, divergências estas que

[...] não podem ser equacionadas apenas no marco da categoria profissional. Seu encaminhamento positivo exige a análise do movimento social (que é o movimento das classes e camadas sociais) e o estabelecimento de relações de aliança com outras categorias profissionais e segmentos sociais (aí incluídos os usuários dos serviços profissionais), notadamente aqueles vinculados às classes que dispõem de potencial para gestar um projeto societário alternativo (Netto, 1999, p. 97).

Netto (1999) indica que os componentes que comparecem num projeto profissional comportam a imagem social da profissão, seus valores, objetivos e a necessidade social que justifica sua existência. Esses elementos se articulam de forma coesa por meio da organização política da categoria, do aprofundamento teórico-metodológico e de reposicionamento das práticas interventivas, a fim de se tornarem uma referência e alcançar hegemonia enquanto direção social da profissão.

De outro modo, ainda que um projeto profissional alcance tal hegemonia, o componente do pluralismo e a diversidade de perspectivas permanecem ativos no

interior da profissão. Isso implica que, mesmo havendo um “norte” compartilhado, subsiste espaço para pactos em torno de componentes imperativos⁸⁴ e compulsórios, sem que necessariamente haja consenso total sobre todas as questões.

Desse modo, o movimento político e teórico-metodológico com rebatimentos na dimensão técnico-operativa da profissão, construído por uma vanguarda ao longo da contestação das bases tradicionais do Serviço Social – numa jornada que cobriu de meados dos anos 1960 até a década de 1990 –, foi atravessado por um importante processo de apropriação e de amadurecimento analíticos. Em termos de elaboração de instrumentos legais, esse percurso resultou em pelo menos dois momentos decisivos: um primeiro esforço que se efetivou nos anos 1980; e, um segundo, nos anos 1990. Aqui remeto-me à construção do Código de Ética Profissional de 1986 e ao currículo mínimo de 1982, amadurecidos no Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da profissão (Lei 8.662/1993) e nas Diretrizes Curriculares de 1996, documentos que fundamentam o trabalho e a formação profissional desde a década de 1990.

3.1.1 Código de Ética Profissional e Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662 de 7 de junho de 1993)

Como se viu no Capítulo 1, o trabalho, tomado em sentido ontológico, constitui a categoria matriz do ser social. Importa acrescentar que esse mesmo processo histórico de desenvolvimento das capacidades humanas desagua, em sua longa trajetória, na forma assalariada regulada pela lei do valor, no modo de produção do capital. Nessa configuração, o fazer teleológico se converte em mercadoria: a força de trabalho é comprada e vendida, a atividade concreta subordina-se às exigências do trabalho abstrato e da extração de mais-valor. É neste terreno, onde o Serviço Social se realiza como profissão assalariada, inserida na divisão sociotécnica do trabalho, que a ética reaparece como adesão consciente a valores emancipatórios, emergindo da própria teleologia do trabalho e cristalizando-se em norma profissional. Esse movimento, do plano ontológico ao histórico-social, ajuda a entender por que o

⁸⁴ O Código de Ética profissional é um componente imperativo e, mesmo nele, comparece divergências, com contestação de seus princípios e normas.

Código de Ética de 1993, a Lei 8.662/1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996 assumem o trabalho⁸⁵ como eixo e projetam, sobre ele, uma orientação dirigida aos interesses da classe trabalhadora.

Um código de ética, lembremos, combina dimensões éticos-valorativas e político-ideológicas e, por isso, ganha o nome de projeto ético-político (Netto, 1999, p.98). A concepção que fundamenta os principais instrumentos normativos da profissão, sobretudo no Código de Ética Profissional de 1993, situa-se na esteira do legado marxiano e na contribuição de Lukács. Uma síntese conceitual, se é que isso seja possível, compreende a ética enquanto a capacidade consciente de tomada de decisão mediada por valores, imprimindo-lhes uma finalidade que se objetiva na concretude da vida em sociedade. Muito embora esteja ausente uma elaboração específica da ética em Marx e Lukács não tenha conseguido tratar especificamente da ética – tendo situado a necessidade de estudo posterior, na sua última obra –, a ética marxista centra-se na teoria da emancipação proletária, cujo sujeito histórico capaz de empreender a subversão da ordem social é o proletariado.

Pensar a ética, portanto, exige situá-la a partir do fundamento ontológico do trabalho, pois é no processo laborativo que a dimensão ideo-política se articula ao contexto material. No trabalho, a consciência projeta fins e escolhe meios. Toda escolha implica um juízo de valor, que não é abstrato, mas expressão histórica das lutas travadas no interior da produção. As realizações humanas empreendidas pela consciência⁸⁶ integram o mundo objetivo tanto quanto as leis naturais, mas com um componente ético-político que aponta para a emancipação. É por isso que liberdade,

⁸⁵ O Código de Ética/1993, a Lei 8.662/93 e as Diretrizes/1996 traduzem, em linguagem jurídico-institucional, a exigência ontológica do fazer profissional preservar sua dimensão emancipatória mesmo operando dentro de relações de exploração.

⁸⁶ A distinção entre o materialismo histórico-dialético e o materialismo mecanicista se aprofunda, em Lukács, ao ampliar o conceito de realidade objetiva: nela se integram não apenas as legalidades da natureza, mas também as realizações humanas como novas formas de objetividade. Por isso, a ontologia do ser social incorpora, ao lado da base natural, as objetivações produzidas pela práxis — “formas novas de objetividade não derivadas da natureza, mas que são precisamente enquanto tais realidades do mesmo modo como o são os produtos da natureza” (Lukács, 2013, p. 64). Assim, a prática social não é um mero acréscimo subjetivo à natureza: ela constitui ontologicamente o mundo humano, fundamento da leitura histórico-crítica mobilizada nesta tese.

equidade e justiça social figuram, no Serviço Social, como fins teleológicos concretos, não simples exortações morais⁸⁷.

Situar a ética⁸⁸ a partir do trabalho reconecta os três vértices histórico-ontológicos que estruturam o Serviço Social: o trabalho como fundamento que torna possível a sociabilidade; a questão social, expressão estruturante desse trabalho na ordem capitalista; e a ideologia, vetor ético-político que medeia essas contradições no plano da consciência. É dessa articulação que emerge uma prática profissional capaz de questionar as raízes materiais da desigualdade e de sustentar valores emancipatórios mesmo no contexto do capitalismo dependente.

Nesse quadro, a consciência, enquanto capacidade humana colocada em movimento pelo trabalho, realça o caráter libertador de autonomia do sujeito que escolhe entre alternativas possíveis inscritas na historicidade concreta. O caráter teleológico do trabalho, com significado vivo na consciência e auto construção humana, essência da liberdade e da ética, contempla a “universalidade, a

⁸⁷ Esses valores desdobram-se, no Código de Ética de 1993, em onze princípios fundamentais, que orientam o posicionamento profissional cotidiano, quais sejam: I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

⁸⁸ Aqui considera-se que o projeto ético-político, disposto no Código de 1993 e na Lei 8.662/93, converte em normas profissionais o imperativo ontológico de humanização, defendendo, no terreno contraditório do assalariamento, a dignidade dos trabalhadores e o direito de todos aos bens sociais. Dessa articulação deriva a tríade ontológica da prática: trabalho como fundamento, questão social como efeito estrutural e ideologia crítica como vetor orientador da ação profissional.

sociabilidade, a consciência e a liberdade” [...] que “são capacidades humano-genéricas, ou seja, sem as quais a práxis não se realiza com suas potencialidades emancipatórias” (Barroco, 2010, p. 28).

Nestes termos, se a escolha é inerente a práxis social, a orientação de valor⁸⁹ também o é; o valor implica uma existência material concreta de um objeto que, através da práxis, adquire funcionalidade nova construída como resposta a alguma necessidade posta na cena histórica, inscrita num campo de possibilidades perpassado por determinações sociais e do espaço-tempo. O valor é uma manifestação objetiva de criação mediada pela relação homem e natureza (homem e objeto), donde homem “se auto-reconhece no produto de sua ação como um sujeito criador” (Barroco, 2010, p. 30).

O caráter ontológico social do valor o habilita a expressar-se por mediações cada vez mais complexas de acordo com desenvolvimento histórico do ser social. Opera em diferentes esferas, manifestando-se como valor ético, estético, científico, religioso, econômico, etc., assumindo legalidades particulares, diante da complexidade da totalidade sócio-histórica⁹⁰. A relação de valor está presente em todas as atividades humanas, mas, “dada a centralidade da produção material efetuada pela práxis produtiva, o valor econômico tende a influenciar todas as esferas” (Barroco, 2010, p. 35).

A ética crítica⁹¹, portanto, se coloca enquanto instrumento que intervém nos conflitos morais buscando desvelar suas formas alienadas manifestas no cotidiano. Mais que isso, a ética crítica empreende o exercício de identificar a singularidade e universalidade das atividades ético-morais; se coloca na fronteira dos valores

⁸⁹ Barroco (2010), a partir de Lukács, indica que o valor é uma criação objetiva, gerada a partir do trabalho. “Para transformar a natureza, o homem desenvolve um certo nível de conhecimento que lhe permite saber quais são as formas apropriadas para essa intervenção. Por exemplo, ele descobre que pode produzir o fogo, usando certos objetos da natureza, ou, que pode construir instrumentos de trabalho. Em todas estas ações, o produto de sua transformação torna-se um valor que não existe no objeto em si, mas que é produto da atividade humana” (p. 29).

⁹⁰ Barroco (2010), neste ponto, chama atenção com o exemplo de que as legalidades que operam no valor estético não são as mesmas presentes no valor econômico, indicando que é possível apreender os padrões estéticos pelo trabalho, mas o mesmo não se aplica ao valor econômico, pois “o valor de uma obra de arte no mercado nem sempre é dado pela sua qualidade estética” (p.32).

⁹¹ Na outra ponta, a ética carente da criticidade remete mesmo a reprodução dos elementos alienantes postos na vida cotidiana.

genéricos humanos quando responde a conflitos sociais; amplia o poder de decisão consciente entre alternativas; situa na realização da liberdade seu fundamento mais radical.

Nesses termos, foi sob o horizonte da ética crítica que o Serviço Social, na década de 1990, alicerçou o fundamento do seu projeto ético-político – hegemônico até hoje –, cristalizado sobretudo no Código de Ética Profissional de 1993.

O contexto de reformulação do Código de Ética Profissional, cujo lastro pertence a todo acúmulo técnico, teórico e político construído ao longo da renovação do Serviço Social, deu seu estarte definitivo em 1992, a partir de um intenso debate na categoria, tomando como primeira diretiva a construção da reflexão da ética em termos gerais para, posteriormente, avançar na compreensão da ética profissional. Barroco (2010) observa que o tema ocupou os painéis temáticos do VII CBAS, em 1992, ampliando as reflexões a respeito de “fundamentação teórica, problematizações sobre a prática profissional, denúncias éticas em face das condições de trabalho profissional e propostas de enfrentamento da questão ética no interior da formação profissional” (p. 199). Destaca ainda que a revista *Serviço Social & Sociedade* foi também um espaço importante de publicações sobre a questão ética, por sua reconhecida incursão na categoria profissional.

No limiar da década de 1990 a categoria profissional apontou para a necessidade de reformulação do Código de Ética de 1986⁹², que representou nos idos da década de 1980, um importante exercício de superar elementos da perspectiva do Serviço Social tradicional que se faziam presentes no documento de 1975⁹³.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de

⁹² Acerca dos avanços dispostos na edição do Código de Ética de 1986 vale registrar, principalmente, a negação da referência teórico filosófica tradicional de base conservadora, cuja ética orientava-se pelo preceito da neutralidade e a afirmação de um perfil técnico, com competência técnica, teórica e política.

⁹³ Interessante observar que desde o processo de renovação inscrito no Serviço Social brasileiro o tema da ética foi atravessado por uma inquietude no interior da categoria como o comprova o recorrente movimento de alteração dos Códigos de Ética, com sobrevidas curtas no período. Durante esse processo de renovação a profissão conviveu com três alterações do Código de Ética (1965, 1975, 1986) até culminar no documento que vige desde 1993, que passou por pequenas alterações ao longo desses 30 anos.

organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do/a usuário/a (CFESS, 2012, p. 21).

A redação final do Código de 1986 foi orientada pela “necessidade de estabelecer uma codificação ética que desse concretude ao compromisso profissional, de modo a explicitar a dimensão ética da prática profissional, afirmar seus valores e princípios e operacionalizá-la objetivamente em termos de direitos e deveres éticos” (Barroco, 2010, p. 200); donde se assumiu a recorrência à ontologia social, com clara direção de posição de classe – da classe trabalhadora –, ancorando-se a valores éticos e políticos emancipatórios como princípio para a conquista da liberdade plena. Este horizonte, marcadamente orientado por um projeto societário radicalmente democrático, é saturado das determinações históricas e políticas que cobriam o país que se redemocratizava, acrescido de todo o lastro de disputas⁹⁴ e enfrentamentos que se seguiu nos anos de repressão, cuja vanguarda profissional tomou assento.

E ainda,

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática

⁹⁴ A partir de Abramides (2006) cabe retomar aqui, mesmo que indicativamente, a conjuntura de enfrentamentos que se desenharam desde a emergência do ciclo autocrático burguês em 1964 como: a vinculação de setores da esquerda na luta contra a ditadura e anti-imperialismo, que datam do final da década de 1960 até meados da década 1970, quando se plasmou a derrota de diferentes forças revolucionárias; o processo de mobilização das massas de fins da década de 1970, a fim de retomar a democracia no país; a superação do bipartidarismo e a criação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores, que por mais de vinte anos “constituiu-se no maior e mais expressivo partido de massas e de esquerda da América Latina, no qual parcelas expressivas dos dirigentes das entidades da categoria profissional e estudantil do Serviço Social estiveram vinculadas” (ABRAMIDES, 2006, p. 64); a fundação da Central Única dos Trabalhadores em 1983, que congregou a maior representação sindical do país; a fundação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em 1984, que organizou a luta dos trabalhadores do campo pela reforma agrária; os movimentos populares urbanos que de 1978 a 1988 se enfrontaram em diversas frentes de lutas que rebatiam nas condições de vida da classe que vive do trabalho no país; o movimento pelas *Diretas Já* em 1984; e a culminância dessas mobilizações na Constituição de 1988.

social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade (CFESS, 2012, p. 21).

Barroco (2010) indica que o Código incorporou a centralidade do trabalho no processo de (re)produção da vida social inscrevendo sua perspectiva ético-moral na concreticidade da vida onde, as capacidades humanas do pôr do fim no trabalho, implicam na objetivação de uma sociabilidade, consciência, liberdade e universalidade do ser humano-genérico. Tais capacidades objetivas encontram ancoradouro nos valores ético-políticos fundamentais da “liberdade, equidade, justiça social, articulando-os à democracia, à cidadania⁹⁵” (p. 201). Considerados como valores ético-políticos a liberdade aqui é apreendida como capacidade de construção histórica de uma nova ordem societária; a democracia é vislumbrada como a “ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social” (CFESS, 2012, p. 21); a equidade vêm afirmar o contraponto dos limites da liberdade burguesa.

Diante dos valores e princípios eleitos como arcabouço teórico-prático para o Código, a categoria tratou de realizar o exercício de articulá-los com a dimensão técnico-operativa da profissão, posicionando-se a favor da defesa da universalização dos direitos sociais; da democratização dos equipamentos de controle social; reconhecendo o pluralismo no seu interior, enquanto princípio fundamental da vida democrática; colocando-se na fronteira da recusa de todas as formas de preconceitos e discriminação.

Enquanto horizonte ético-político da categoria, o constructo do Código de Ética foi atravessado por intensos debates e reflexões e seu movimento conquistou legitimidade no interior da profissão. Este se mantém como direção hegemônica no quadro do Serviço Social desde sua publicação, hegemonia esta que não pode se confundir com ausência de tensões no seu interior. Pois, sua essência, para além de indicar um norte ao trabalho profissional, também se coloca como representante de

⁹⁵ Estes valores não encontram consonância com os valores liberais burgueses, bandeira da burguesia revolucionária antes da Revolução Francesa. Antes, configuram-se como valores ético-políticos perseguidos para a construção de uma nova ordem social.

uma determinada direção social no quadro das disputas entre projetos societários, movimento que tende a se reproduzir na sua base profissional, ainda que permaneça hegemônico. Desse modo, “se os valores eticamente legitimados expressam conquistas sócio-históricas essenciais, sua permanência ou ‘perda’ é sempre relativa e não depende somente da categoria profissional, mas do conjunto das forças sociais democrático-populares” (Barroco, 2010, p. 207-208).

Conceber o Código de Ética de 1993 foi apenas metade da empreitada histórica posta em marcha pela categoria: nele, a categoria definiu, no plano axiológico, que profissão renovada seria. A outra metade, indispensável para dar lastro institucional a esse novo horizonte, consistia em traduzir aqueles princípios em salvaguardas jurídico-administrativas capazes de regular a formação, delimitar competências e proteger, simultaneamente, a autonomia do assistente social e dos usuários.

Foi nesse rastro que a Lei 8.662/1993 buscou disciplinar o exercício profissional, definindo os pré-requisitos para a formação; as competências e atribuições privativas do Assistente Social; a necessidade de sujeição do seu exercício profissional à fiscalização através do vínculo (inscrição) à área de abrangência do seu trabalho; as condições para utilização da nomenclatura da profissão e do curso/área de formação; o disciplinamento introdutório a respeito do estágio curricular na área; a organização estrutural do conjunto CFESS/CRESS, inclusive com mudança na nomenclatura que vige desde então; o disciplinamento do caráter disciplinar e de defesa do exercício profissional pelo conjunto CFESS/CRESS.

A Lei é organizada em 24 artigos, aqui incluída a modificação do disciplinamento da duração da jornada de trabalho do assistente social aprovada em 2010, que busca objetivar as condições necessárias para o exercício profissional e, delimitar, aquilo que é prerrogativa privativa para os profissionais com formação na área.

Como preparação à tarefa que vamos executar no item 3.2 deste capítulo, cabe registrar aqui os artigos 4º e 5º da Lei 8.662/1993, que tratam, respectivamente, das competências profissionais e atribuições privativas do assistente social.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei 12.317, de 2010). (CFESS, 1993).

Desse modo, a complementaridade entre Código de Ética de 1993 e Lei 8.662/1993 estabelece o salto qualitativo na consolidação do horizonte do projeto ético-político. O primeiro fixa o sentido — liberdade, justiça social, participação democrática —, e o segundo garante a forma jurídico-institucional que o sustenta. Esse binômio, porém, depende da instância do processo formativo, que busca traduzir valores e garantias legais em conteúdos, métodos e competências capazes de sustentar a intervenção crítica. É justamente nessa interface que ingressam as Diretrizes Curriculares de 1996, convocadas a alinhar a formação ao horizonte emancipatório já inscrito nos marcos normativos da profissão.

3.1.2 As Diretrizes Curriculares para o cursos de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS

Com relação às Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social, em 2021 a ABEPSS comemorou seus 25 anos. E motivos não faltam para rememorar o significado deste aniversário que já contabiliza quase 30 anos desde o processo que culminou no documento. As Diretrizes – baseada no currículo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da antiga ABESS, em 08 de novembro de 1996 – tratam-se de um “documento de importância histórica e política, por ser um parâmetro imprescindível na elaboração dos projetos político-pedagógicos no interior das universidades” (ABEPSS, 2021, p. 06).

Sua construção é “produto da trajetória histórica de organização coletiva da categoria profissional brasileira”, representada, sobretudo, pela articulação da ABEPSS com o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO (ABEPSS, 2021, p. 14).

A direção social impressa nestas Diretrizes Curriculares, especificamente orientada para o processo formativo profissional, é um elemento fundamental para a construção sócio-histórica da ruptura com o conservadorismo na profissão. Mais que isso, ela também se apresenta, ao lado do Código de Ética Profissional e da Lei 8.662/93, como um documento que imprime materialidade, no âmbito da formação, aos pressupostos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos que o Serviço Social da ruptura tomou como referência de perspectiva profissional.

A assertividade das Diretrizes implica diretamente na imagem social da profissão pois, a partir do processo formativo colocado em marcha, ela organiza os elementos conceituais que darão sustentação à empreitada de engendrar, na contramão da perspectiva ideológica hegemônica no quadro do mundo do capital, um perfil de profissional que se comprometa com os direitos sociais e humanos, com a democracia, com a liberdade emancipadora.

A estrutura do documento está organizada em *pressupostos da formação profissional*, em *princípios e diretrizes da formação profissional* que engendram uma *nova lógica curricular* a partir de núcleos de fundamentação, matérias básicas e atividades indispensáveis integradoras do currículo.

Porém, Abramides (2006) indica que

[...] o novo ordenamento somente poderá avançar se a compreensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa for incorporada do ponto de vista da teoria do ser social e das múltiplas determinações postas na realidade da profissão, na divisão sociotécnica do trabalho, dos sujeitos de classe em disputa na sociedade, das lutas e movimentos sociais autônomos em direção às suas conquistas e projeção históricas (p. 78-79).

Mais detidamente, os *pressupostos da formação profissional* derivam de todo o acúmulo teórico-metodológico e ético-político construído ao largo do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, principalmente nos idos dos anos 1980 e 1990. A profissão apanhou o seu significado sócio-histórico no interior da divisão sócio técnica do trabalho, apreendeu sua função no quadro da reprodução social derivada de uma sociedade de classes, e situou-se na condição de classe trabalhadora assalariada, portanto, imbricada às mazelas que cobrem o conjunto dessa mesma classe.

Assim, tomou como “pressupostos⁹⁶ norteadores da concepção de formação profissional” a particularidade da profissão no interior da produção e reprodução da vida social, cujo campo do trabalho deriva das refrações da questão social, fundamento básico de sua existência; as novas requisições de trabalho derivadas do reordenamento do capital, da reforma operada pelo Estado e pelas condições de organização da classe trabalhadora; e a determinação posta pela questão social ao processo de trabalho do Serviço Social.

Os “princípios e diretrizes da formação profissional” buscam estabelecer indicações de uma base comum, em termos nacionais, de organização dos conteúdos e fundamentos dos cursos de graduação do Serviço Social em que cada Instituição de Ensino Superior (IES) elabora seu currículo pleno (ABEPSS, 2021). Os princípios impactam nas diretrizes que objetivam a formação profissional com capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para apreender criticamente o processo histórico como totalidade; apreender as particularidades da formação histórica e social da realidade brasileira; apreender o significado social da profissão e das demandas que lhes são postas; cumprir o exercício profissional a partir das competências e atribuições previstas em Lei.

A nova lógica curricular que cobria o documento aprovado pela ABEPSS em 1996 considera que “a formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social” (ABEPSS, 2021, p. 26). Desse modo, concebeu-se um projeto de formação profissional a partir de um conjunto de conhecimentos traduzidos em Núcleos de Fundamentação, quais sejam: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da

⁹⁶ Vale registrar na íntegra os pressupostos que norteia a formação profissional: 1. O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista. 2. A relação do Serviço Social com a questão social – fundamento básico de sua existência – é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teóricos-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho. 3. O agravamento da questão social em face das particularidade do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho. 4. O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 2021, p. 22).

particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

A organicidade destes núcleos articula os “conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social” buscando superar uma perspectiva formal do currículo e uma fragmentação do processo ensino-aprendizagem (ABEPSS, 2021, p. 27). Antes, aposta no exercício da convivência entre professores, estudantes e a sociedade num espaço aberto para o pensar crítico.

Entretanto, a riqueza do acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativos disposto no documento aprovado pela ABEPSS em 1996 sofreu uma descaracterização importante quando este foi submetido ao Conselho Nacional de Educação, em 1999. Isso porque este foi enquadrado nos moldes do novo formato de diretrizes indicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/1996), aprovada em 20 de dezembro de 1996, que expressa uma subserviência à agenda neoliberal de mercadorização da educação brasileira, sobretudo a educação superior.

Iamamoto chama atenção ao fato de que

É de suma importância registrar e denunciar que a forma final assumida pelas diretrizes curriculares no texto legal, ao serem homologadas em 04/07/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), sofreu uma forte descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social. Esses elementos, exaustivamente debatidos pelo conjunto das unidades de ensino, pelas entidades representativas da categoria e referendados pela Comissão de Especialistas do MEC - da qual a autora foi membro -, sofreram cortes que comprometem o projeto original proposto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Assim, por exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, a definição do direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimidos. Assim, consta no projeto original encaminhado ao CNE que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. Tais objetivos supra destacados foram simplesmente eliminados do texto legal. E os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial para todas as especialidades,. Eles

consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação, que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esse corte significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, mais além dos três núcleos organizadores da estrutura curricular. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos (IAMAMOTO, 2012, p. 43).

Desse modo, a profissão convive hoje com um ideal de Diretrizes, que vem sendo colocado em prática principalmente pelas Instituições de Ensino Superior com o claro compromisso com a formação profissional, e as Diretrizes legais, estabelecida através da Resolução 15, de 13 de março de 2002 e que foi empobrecida em seus fundamentos, de modo a atender a lógica privatista e mercadológica da educação, já incorporada na LDB.

Em resumo, o tripé Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Diretrizes Curriculares ancoram o projeto ético-político na prática, no direito e na formação. Mesmo tensionado por interesses e perspectivas diferenciadas, ele continua a expressar um compromisso profissional orientado pelo trabalho enquanto categoria histórico-ontológica, pela questão social como contradição estrutural e pela ideologia crítica como mediação transformadora.

3.2 A TRÍADE HISTÓRICO-ONTOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

A travessia feita no item 3.1 demonstrou que nenhum projeto profissional vinga no vazio. Ele disputa espaço com projetos societários antagônicos e, para converter-se em prática corrente, precisa enfrentar assimetrias de poder profundamente arraigadas. Mas em que alicerces se encontram essa disputa? A resposta nos exige voltar à tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política, para recolocá-la como chave capaz de iluminar as transformações que se processaram nos últimos quarenta anos na profissão.

Nestes termos, o trabalho é a pulsação da historicidade. No plano ontológico o trabalho é muito mais de que a simples execução de tarefas, pois ele corresponde ao momento em que a consciência projeta fins, escolhe meios e imprime ao concreto a

configuração previamente concebida. Por isso Lukács (2016) enuncia a categoria ontológica fundamental do trabalho: o pôr teleológico que engendra uma nova objetividade. Transposto ao exercício profissional, esse conceito revela dois aspectos centrais. Primeiro, a teleologia consciente: toda intervenção do assistente social implica uma cadeia de pores teleológicos que se desdobram em diagnóstico, planejamento, execução e avaliação, que confere densidade histórica à dimensão técnico-operativa, intervindo em condições concretas de vida e expondo o caráter criador do trabalho. Segundo, a condicionalidade histórica: o projeto ético-político não paira acima das estruturas; ele é ao mesmo tempo impulsionado e limitado pelas formas específicas que o trabalho assume sob o modo de produção do capital.

Assim, o trabalho fornece o compasso vital da vida em sociedade. Sobre essa cadência aparecem as aspirações de liberdade e de justiça, inscritas no Código de Ética e sempre moduladas pelas circunstâncias históricas e, ainda, garantias jurídicas previstas na Lei 8.662/93, que amparam a atuação profissional precisamente para que essa liberdade ética possa ganhar forma concreta.

Por sua vez, a questão social é o conteúdo contraditório sobre o qual o Serviço Social intervém. Se o trabalho pulsa como ritmo da vida social, a questão social é o conteúdo que circula nesse pulso. A partir dela se condensam as tensões permanentes entre produção e reprodução – miséria, precarização, racismo, patriarcado e outras formas de opressão que se reinventam a cada novo ciclo de acumulação. Isso impõe, antes de tudo, um diagnóstico crítico: toda ação profissional começa pela leitura das expressões da questão social nos territórios, nas instituições e nas trajetórias de vida. Impõe, também, uma mediação permanente entre as necessidades concretas dos usuários e a totalidade das relações capitalistas; é justamente essa mediação que fornece o fundamento teórico-metodológico que fundamenta a escolha dos instrumentais técnico-operativos.

Nessa perspectiva, a dimensão teórico-metodológica anda lado a lado com o esforço de captar a questão social em todas as suas facetas.

No exercício profissional crítico, os instrumentais técnico-operativos só ganham consistência quando funcionam como ponte analítica entre a história particular do usuário e as determinações estruturais inscritas na forma brasileira de capitalismo dependente, revelando que carências singulares como a falta de renda, moradia precária, violência de gênero, evasão escolar, resultam de processos sociais mais

amplos. Essa mediação se articula em três movimentos. O profissional apreende a condição de vida concreta do sujeito, verifica como essa condição é recortada por regras institucionais, orçamentos e correlações de força e, por fim, reconecta o caso às dinâmicas de exploração mais amplas – desemprego estrutural, financeirização, racismo, patriarcado –, denunciando o mecanismo que reproduz, em série, problemas idênticos. Quando essa engrenagem analítica se fecha, o documento deixa de ser um relato burocrático e converte-se em instrumento técnico em matéria de Serviço Social. Ele contempla a denúncia as causas sistêmicas, reivindica recursos compatíveis para o atendimento, sugere estratégias de enfrentamento coletivo e inscreve a intervenção profissional no horizonte de uma práxis emancipatória.

Entretanto, não cabe aqui qualquer romantismo no sentido de supor que os processos citados acima tenham condição de se converterem em emancipação⁹⁷, pois, entre a base material e o trabalho profissional, ergue-se o terreno da ideologia, onde valores, crenças e projetos de sociedade se confrontam. Mas cabe ressaltar que, o que se viu no Serviço Social brasileiro, desde meados dos anos 1980, foi uma verdadeira virada crítica, que se recusou a permanecer sob o julgo da perspectiva ideo-política burguesa.

Estabeleceu-se uma normatização contra-hegemônica quando o Código de Ética de 1993 desloca o eixo do dever individual para a defesa incondicional dos direitos sociais e da democracia substantiva. A Lei 8.662/93 cristaliza juridicamente esse compromisso e reforça a identidade coletiva da categoria. E, finalmente, as Diretrizes de 1996 – apesar das mutilações posteriores – redirecionaram a formação profissional para a crítica, ao exigir capacidade analítica e engajamento político coerentes com a opção de classe inscrita no Código.

⁹⁷ Ainda que indispensáveis, os procedimentos profissionais só se convertem em força emancipatória quando três requisitos convergem: primeiro, a orientação valorativa, o pôr teleológico, precisa estar guiada por um projeto societário comprometido com a superação da exploração; segundo, a correlação de forças históricas deve possibilitar o deslocamento das estruturas de poder vigentes; por fim, a mediação política, empregada em diálogo com usuários, movimentos sociais e demais trabalhadores, tem de funcionar como alavanca de organização e consciência. Sem a articulação desse tripé – ontológico, histórico-estrutural e prático-político –, cada etapa do processo profissional permanece necessária, mas insuficiente: produz apenas reformas pontuais, sem alcançar a efetiva transformação das relações de produção e reprodução que engendram a própria questão social.

Em outras palavras, a dimensão ideo-política não apenas fornece a bússola, o horizonte que orienta a ação teleológica do trabalho, mas também qualifica a leitura da questão social.

Num resumo, a nossa tríade só revela plenamente sua potência quando funciona como uma engrenagem viva, na qual cada vértice encontra expressão ontológica, prática e histórica. O trabalho, enquanto teleologia criadora, manifesta-se na dimensão técnico-operativa, que viabiliza planos de intervenção e as mediações concretas do cotidiano profissional. A questão social exige o aporte teórico-metodológico que sustenta diagnósticos críticos e leituras de totalidade. Já a ideologia — direção valorativa que dá sentido ao agir — consolida-se na dimensão ético-política, corporificada no Código de Ética de 1993, na Lei 8.662/93 e nas Diretrizes Curriculares de 1996. Dessa articulação decorre que cada ato profissional, da visita domiciliar à elaboração de políticas públicas, é simultaneamente produção de trabalho, interpretação da questão social e afirmação de um horizonte emancipatório. É precisamente essa síntese que confere ao Serviço Social brasileiro sua singularidade: desenvolver uma prática imprescindível à reprodução social, mas orientada por valores que visam superar a própria ordem que a demanda.

3.3 A TRÍADE EM MOVIMENTO HISTÓRICO

A construção teórico-ontológica realizada até aqui ganha corpo nas práticas concretas. Para demonstrar como trabalho, questão social e dimensão ideo-política se articulam nas diferentes fases do projeto ético-político, recorreremos, como já anunciado, a três recortes, sendo um livro que sistematiza a produção crítica da década de 1980, um artigo sobre as referências críticas e o posicionamento profissional nos anos 1990 e um relato de caso que sintetiza desafios contemporâneos. Cada recorte condensa um momento de viragem e expõe continuidades, tensões e apropriações singulares da tríade analítica.

A intervenção do assistente social raramente se inicia no plano mais amplo das contradições do capital. Com frequência, ela emerge no nível mais imediato das relações familiares, manifestando-se, por exemplo, diante de despejo de moradia iminente, uma demanda por auxílio-creche, entre outras expressões da necessidade.

Esse ponto de partida concreto, se tomado isoladamente, assume a aparência de problema individual. Por isso, o primeiro movimento crítico consiste em reconhecer que toda demanda particular já carrega traços das refrações da questão social e do aparelho administrativo do Estado a serviço do capital, condição que se materializa na precariedade da sua rede socioassistencial (serviços, programas e políticas setoriais). É nesse patamar que o instrumental técnico-operativo ganha densidade, pois, além de decidir sobre o atendimento, sempre mediado pela escassez de recursos/vagas disponíveis e pela legislação própria de cada serviço, tal instrumento deve indicar e evidenciar os dispositivos institucionais que filtram, e muitas vezes bloqueiam, o acesso a direitos formalmente universalizados.

A mediação, contudo, não se esgota nessa relação entre a demanda mais imediata e a política pública. Ao projetar a análise para a totalidade social, o assistente social inscreve aquele mesmo despejo ou aquela fila de espera à financeirização da moradia, à política de austeridade fiscal ou à reconfiguração racista do espaço urbano. Esse passo explicita a gênese estrutural da carência e evita que a prática se reduza à simples administração da escassez. Vale notar que a passagem do âmbito do cotidiano ao panorama socioeconômico mais amplo não ocorre de forma mecânica. Ela exige formação profissional capaz de operar categorias histórico-críticas, tais como a mais-valia e superexploração, bem como campos institucionais que deem espaço — e não punam — a explicitação das contradições.

É nesse ponto que a tríade retoma força. O trabalho profissional pode traduzir esses nexos em propostas concretas, como relatórios que questionam metas irrealistas, articulações em rede para ampliar proteção social, mobilização dos usuários em conselhos, dentre outras iniciativas. A questão social, sempre subjacente, ganha evidência quando a violência doméstica denuncia o patriarcado, a falta de equipamentos de acolhimento se torna latente e o desmonte da seguridade social é publicamente exposto. Nesse cenário, a dimensão ideo-política deve operar como horizonte e, diante do pluralismo como prerrogativa, o trabalho profissional pode restringir-se ao encaminhamento via políticas reparatórias ou, para além do acolhimento mais imediato, posicionar-se institucionalmente e em fóruns de debate na defesa da universalização de políticas preventivas. Essa perspectiva atualiza o conteúdo do projeto ético-político profissional.

O papel dos três materiais-exemplo é ajudar na visualização dessa engrenagem em movimento. Quanto mais fluida for a movimentação analítica do profissional sobre cada umas dessas determinações, maior será o potencial de o trabalho cotidiano transcender o atendimento imediato e assumir caráter crítico. Nesse processo, a objetividade das normas (Lei 8.662/93), a densidade valorativa do Código de Ética de 1993 e a organicidade formativa das Diretrizes Curriculares de 1996 constituem um todo que sustenta, no terreno profissional, uma mediação orientada para a emancipação.

3.3.1 Década de 1980: insurgências na prática cotidiana

Como já indicado, este subitem mostra de que forma a inflexão crítica do Serviço Social se materializou na década de 1980, tendo como eixo o livro *Serviço social e ação profissional crítica*, publicado pela Editora UFJF, em 2019. Ao examinar a obra, a pesquisa explicita em que medida a prática profissional, os fundamentos teórico-metodológicos e o posicionamento ético-político convergiram para romper com o conservadorismo e, nosso exercício aqui, foi articular esses dados à dimensão da tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política.

O processo de construção do livro foi coletivo, conduzido pela professora Dra. Alexandra A. Leite T. S. Eiras, que liderou uma equipe de mais cinco pessoas – assistentes sociais com inserção no campo e na área acadêmica – responsáveis pela pesquisa e redação da obra. Trata-se, portanto, de um olhar oriundo de profissionais que vivenciam, no cotidiano do trabalho, as questões concretas investigadas.

A pesquisa que culminou na publicação se chama “Referência teóricas críticas e o posicionamento ético-político dos Assistentes Sociais na década de 1980” e inscreve-se em grupo de pesquisa no âmbito da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Neste movimento de refletir sobre a realidade profissional e as circunstâncias históricas que consolidaram os horizontes hegemonicamente legitimados pela profissão, a equipe identificou uma lacuna de estudos sobre a produção teórica da década de 1980, momento em que se constrói a ruptura com o Serviço Social tradicional e de formulação das referências do novo projeto profissional. Por isso, a

investigação tomou como corpus a “produção escrita de assistentes sociais brasileiros, publicada no Brasil, que trata dos dilemas postos ao Serviço Social na década de 1980, cujo conteúdo situa-se na ação profissional (EIRAS,... et al., 2019, p. 14). Desse modo, concentrou-se em recuperar as reflexões sobre os diversos espaços sócio-ocupacionais e entender como os profissionais que se orientavam por uma nova forma de agir objetivavam, na prática, uma diferenciação na ação crítica diante das abordagens conservadoras e tradicionais.

Nosso objeto de pesquisa buscou apreender, pelo movimento de reflexão dos próprios Assistentes Sociais sobre sua ação profissional, como se expressa a ruptura com o Serviço Social tradicional no debate do período. Ou seja, as referências selecionadas para fundamentar a pesquisa são aquelas que traziam o movimento interpretativo do Assistente Social quanto ao seu próprio espaço sócio-ocupacional, suas questões e possibilidades de ação. Foi um movimento de buscar a reflexão na esfera da ação profissional mediada pela reflexão de seus próprios sujeitos (EIRAS,... et al., 2019, p. 14).

Procedeu-se, então, a um levantamento de todos os livros editados no país, além dos artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade* publicados entre 1980 e 1989. Esse mapeamento, depois de refinado, privilegiou obras em que o próprio assistente social reflete sobre a prática. O recorte permitiu observar, mais detalhadamente, a ruptura com o Serviço Social tradicional, os fundamentos teórico-metodológicos mobilizados e de que modo despontava o novo posicionamento ético-político.

Essa dimensão política irrompe nos textos com maior intensidade do que a própria renovação conceitual, indicando que o debate sobre a direção social da profissão precedeu, e em parte impulsionou, a reorganização dos referenciais teóricos.

Tendo como pressuposto que o campo das perguntas e respostas é mediado por determinantes sócio históricos, esse “período foi atravessado por apropriações distintas no plano teórico identificado como crítico, e não limitamos essa leitura a uma corrente de pensamento específico – ainda que compreendamos (post festum) a importância que o campo marxista irá desempenhar na superação do conservadorismo na categoria” (EIRAS,... et al., 2019, p. 15). No plano ético-político, entretanto, identificou-se uma convergência importante com o campo progressista, em direção à defesa da efetivação dos direitos civis e políticos, afirmação da cidadania, e

alinhamento às lutas da classe trabalhadora contra a ditadura. Essa dimensão política irrompe nos textos com forte intensidade, e o debate sobre a direção social da profissão avança lado a lado com a incorporação de referências teórico-críticas; em boa parte dos textos, a opção ética e as categorias analíticas se reforçam mutuamente, sem que uma preceda claramente a outra. Assim,

[...] na ação profissional crítica, demarca-se o posicionamento pela efetivação dos direitos sociais, pela emancipação dos sujeitos atendidos, pela crítica ao modelo conservador de atendimento, pela vinculação aos movimentos sociais, pela compreensão da luta de classes no cotidiano, pelo respeito às diferenças, pelo respeito e compromisso com os usuários dos serviços, enfim, pelas posições que efetivamente expressam-se como ruptura com as posições ético-políticas do Serviço Social em suas vertentes conservadoras”(Idem, p. 15)

Neste contexto de convergência ética e diversidade teórica, ganha relevo a compreensão de que as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa mantêm entre si um vínculo indissociável e, por participarem da própria dinâmica social, estão em permanente transformação. Constituem, portanto, espaços abertos de debate e construção coletiva. O livro, assim, não se propõe a recontar a história em linha cronológica, mas a atualizar a compreensão da ação profissional crítica e das possibilidades e contradições que a atravessam.

Do universo de 44 obras editadas na década , apenas 11 atenderam ao critério de conter “referências diretas à ação profissional, abrangendo, relativamente, a diversidade temática e o vínculo com os espaços de inserção profissional, considerando também nosso acesso aos livros publicados naquela década” (EIRAS,... et al., 2019, p. 16). O material analisado contemplava duas frentes: investigações baseadas em práticas concretas, que descrevem intervenções em diferentes espaços institucionais e coletivos e, estudos teóricos que desvelavam os fundamentos socio-históricos da profissão. Embora oriundos de matrizes metodológicas diversas, esses trabalhos convergiram ao afirmar a centralidade das necessidades dos usuários enquanto expressão da posição de classe; o reconhecimento do caráter político da prática profissional, associado à participação em lutas sociais; e a compreensão do assistente social como trabalhador assalariado. Essa produção bibliográfica, marcada pela inquietação diante do legado conservador, funcionou como laboratório para explorar novas possibilidades de estudo da ação crítica e ampliar os horizontes

teórico-práticos da categoria. Para aferir a difusão dessas inflexões, o grupo de pesquisa passou a um segundo movimento, voltado agora ao exame dos artigos da *Revista Serviço Social & Sociedade*, publicados entre os fascículos 2 e 31 (1980-1989), identificando e analisando 56 textos que permitiram medir o alcance e as tensões do projeto crítico naquele período.

Aqui fizemos a opção de concentrar a exposição nos dados dos 56 artigos da *Serviço Social & Sociedade* porque esse conjunto oferece uma amostra representativa das discussões profissionais da década – a revista foi o principal foro de debate entre 1980 e 1989, abrangendo campos diversos de atuação. O formato editorial padronizado facilita comparar, com maior controle metodológico, referências críticas, estratégias técnico-operativas e posicionamentos ético-políticos. Além disso, grande parte dos artigos articula descrição de práticas cotidianas e fundamentação conceitual, permitindo observar, em um mesmo texto, como a tríade trabalho, questão-social e dimensão ideo-política dialoga com a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Essa estrutura facilita a codificação quantitativa de categorias como contradição de classe, totalidade, defesa de direitos universais, vínculos com movimentos sociais; além disso, os artigos circulam amplamente, funcionando como vetores de difusão das referências críticas e, portanto, como chave para avaliar a consolidação do novo projeto profissional.

Para examinar sistematicamente esse corpus, foi tomado o mesmo instrumento utilizado na análise dos artigos da década de 1990⁹⁸, com pequenos ajustes, dividido em dois eixos. O primeiro, de referências teórico-metodológicas, concentrou-se na análise da realidade social, na apreensão das contradições de classe, na relação com a totalidade social, na concepção de profissão, na compreensão da ação profissional e na bibliografia utilizada. O segundo, de referências ético-políticas e técnico-operativas, buscou o compromisso com as demandas dos usuários em sua inserção

⁹⁸ Importa registrar a inversão cronológica na produção das investigações que sustentam a análise comparativa entre 1980 e 1990. O coletivo de pesquisadores da Faculdade de Serviço Social da UFJF primeiro construiu o instrumento e a matriz analítica para examinar os trabalhos da década de 1990. Somente após essa etapa – já com a ferramenta validada – o grupo retrocedeu para aplicar o mesmo protocolo aos artigos dos anos 1980, garantindo a comparabilidade sem perder a coerência metodológica. No instrumento da década de 1980 foram incluídas duas variáveis, a “*concepção de ação profissional*” e “*relação do texto com movimentos sociais*”, que fundamentaram a aferição tanto da orientação crítica da prática quanto do grau de vínculo orgânico com as lutas populares.

de classe, a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social, o posicionamento em favor do avanço no campo das políticas, o uso de estratégias democráticas, a indicação de programas, ações, projetos de intervenção, os instrumentos profissionais empregados e a conexão do texto com movimentos sociais.

Nos artigos analisados, a inflexão crítica aparece no entrelaçamento orgânico da tríade histórico-ontológica com as três dimensões do trabalho profissional. No plano teórico-metodológico, a centralidade do trabalho desloca a análise da assistência para a arena da produção e da apropriação do excedente, revelando a questão social como expressão das contradições capital-trabalho. Na dimensão ético-política, esse olhar se converte em compromisso com as necessidades dos usuários-trabalhadores e na defesa de políticas sociais como direitos universais, deslocando a lógica do patrão pela perspectiva de cidadania substantiva. Por fim, no âmbito técnico-operativo, estratégias democráticas — investigação-ação, reuniões comunitárias, assessoria a sindicatos — mediam a relação entre sujeitos populares e Estado, convertendo o horizonte crítico em intervenção cotidiana. O resultado é uma prática profissional que pensa, quer e faz a partir de um mesmo eixo estruturador, marcando a ruptura com o modelo tradicional.

Os dados quantitativos confirmam essas tendências. Mais da metade dos textos (55,3 %) assume explicitamente a contradição capital-trabalho como chave interpretativa, atribuindo a pobreza da classe trabalhadora à apropriação privada do excedente. Contudo, apenas 42,9 % articulam seu objeto à totalidade social de forma consistente; 38 % limitam-se à descrição de contexto ou omitem a categoria. Ainda assim, 64,3 % trabalham com bibliografia crítica, dos quais 37,5 % citam diretamente autores marxista, sinalizando um deslocamento progressista da base teórico-metodológica, ainda que irregular.

O quadro a seguir sintetiza a frequência dos principais indicadores em cada dimensão profissional.

Quadro 3. Síntese dos achados década 1980

Dimensão profissional	Indicador-chave	Incidência (%)
Teórico-metodológica	Análise da realidade social	80,4
	Contradição capital-trabalho explícita (de classe)	55,3

	Totalidade social tratada de forma consistente	42,9
	Bibliografia crítica (37,5 % marxista)	64,3
Ético-política	Necessidades dos usuários e trabalhadores no centro	53,6
	Qualidade dos serviços vinculada as demandas dos usuários	57,1
	Defesa de políticas universais	41,1
Técnico-operativa	Estratégias democráticas relatadas	55,4
	Programas, ações, projetos de intervenção, estratégias profissionais, instrumentos utilizados na intervenção	53,6
	Vínculo com movimentos sociais	41,1

Fonte: Livro *Serviço social e ação profissional crítica* (2019).

No eixo teórico-metodológico, a incursão da análise da realidade social é uma mediação hegemonicamente presente e a maioria dos artigos já utiliza a contradição capital-trabalho para interpretar a pobreza, evidência de que o olhar profissional se desloca do tradicionalismo para o avanço da compreensão das relações de produção e reprodução sociais. Entretanto, pouco menos de 42,9 % conseguem dar o passo seguinte e inserir o tema na totalidade social⁹⁹; quase dois quintos ainda se detêm na descrição de contexto. Interessante observar que a variável “análise da realidade social”, com 80,4 de incidência, guarda relação imediata com a “totalidade social”, pois supõe o esforço de desvendar o conjunto das relações estabelecidas entre os homens e de compreender a totalidade da vida social, articulando os problemas essenciais da sociedade ao seu modo de produção e reprodução sociais (Eiras,... et al., 2019, p. 54). O uso amplo de bibliografia crítica (mais de 64,3 %) confirma o avanço conceitual, mas também revela que a apropriação dessas referências ainda é desigual. Em termos da tríade, o vértice trabalho desponta com vigor, enquanto a mediação “totalidade” continua a demandar aprofundamento.

⁹⁹ Considero que esse hiato sugere que, na virada crítica dos anos 1980, o Serviço Social já havia se afastado do legado tradicional ao relacionar pobreza à contradição capital-trabalho, mas ainda não dispunha de ferramentas analíticas para situar essas expressões locais no conjunto das determinações estruturais (Estado, dependência, mercado mundial). Ou seja, identifica-se o efeito, mas não se conecta às mediações que o produz. Tal movimento indica uma apropriação em curso do materialismo histórico, onde, o primeiro passo, nomear a classe, já aparece forte e o segundo, articular espaço/tempo, permanece em construção. Como resultado, a intervenção aparece mais focalizada, voltada à melhoria de serviços e organização comunitária, mas ainda frágil para inferir o horizonte dos rumos societários.

No plano ético-político, cerca de 53,6 % dos textos recolocam as necessidades dos usuários-trabalhadores no centro da ação profissional e 57,1 % relacionam a qualidade dos serviços a esse mesmo horizonte. Já a defesa explícita de políticas sociais universais aparece em 41,1 % dos casos, indicando que o debate constituinte de 1987-1988 repercute na profissão, mas não a atravessa por completo. Aqui a questão social começa a ser tratada como direito, e não como mera carência individual; mesmo assim, quase metade da produção ainda oscila entre uma lógica focalizada e a perspectiva de cidadania substantiva.

A dimensão técnico-operativa reflete o mesmo movimento pendular. Estratégias democráticas – investigação-ação, reuniões comunitárias, assessoria sindical – são descritas em 55,4 % dos estudos, e 53,6 % detalham programas ou projetos coerentes com o novo ethos profissional. Quando essas práticas emergem, nove em cada dez aparecem atreladas ao compromisso ético com os usuários; pouco mais de 41,1 % conectam-se também a movimentos sociais, sinalizando uma mediação concreta, mas ainda parcial, entre instituições e lutas coletivas. O vértice ideo-político da tríade irrompe, portanto, nas formas participativas de trabalho, embora nem sempre se traduza em articulação orgânica com as lutas populares.

Em conjunto, o quadro mostra que a tríade se fecha onde teoria, ética e técnica se reforçam mutuamente; mas explicita lacunas, sobretudo na articulação à totalidade social e na universalização de direitos, que impulsionarão os debates e reconfigurações da década seguinte.

Essas convergências e lacunas delineiam a pauta que marcará os anos 1990, quando a categoria buscará universalizar direitos e aprofundar a leitura de totalidade, tema do próximo subitem.

3.3.2 Anos 1990 – Consolidação do projeto ético-político

Este subitem tem como referência textual o artigo “Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990”, publicado na revista *Temporalis* (2015) e produzido pela professora Dra. Alexandra Eiras em coautoria com integrantes do mesmo grupo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social/UFJF já exposto no item 3.3.1. O instrumento de coleta de dados foi originalmente concebido

para examinar essa produção da década de 1990 e organiza-se em dois grandes blocos, com onze¹⁰⁰ indicadores, que articulam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional. Posteriormente, o mesmo instrumento, com mínima adaptação, foi reaplicado ao material dos anos 1980, assegurando a comparabilidade entre as décadas. Desse modo, cabe registrar que somente no estudo da década de 1990 foi coletada as informações sobre a variável *Apropriação ou elaboração de dispositivos legais nas políticas sociais voltados à ampliação de direitos sociais*, indicador suprimido da análise da década de 1980.

O material de pesquisa da década de 1990 são os trabalhos apresentados nos VII, VIII e IX Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais (CBAS), principal fórum político-profissional do período. Entre os 524 textos aceitos para apresentação oral, 152 pertenciam ao eixo “intervenção profissional”, tornando-se a amostra examinada. A opção reforça a possibilidade do desenho comparativo dos estudos pois, se, nos anos 1980, os artigos da *Serviço Social & Sociedade* captavam a insurgência crítica no cotidiano institucional, os CBAS dos anos 1990 permitem rastrear o passo da consolidação pública do projeto ético-político, agora debatido numa arena nacional e plural.

Apesar das diferenças pontuais no instrumento, o desenho de análise mantém os indicadores essenciais, permitindo acompanhar, com continuidade substantiva, o adensamento da tríade ontológica nas três dimensões da práxis. Assim, o comparativo dos percentuais obtidos nos CBAS com aqueles registrados nos textos da década de 1980 continua apto a revelar: em que medida a referência de classe se aprofunda; quais estratégias participativas se hegemonomizam; e até que ponto o discurso dos direitos universais se difunde — parâmetros decisivos para demonstrar como o projeto

¹⁰⁰ Os indicadores dispostos para coleta de dados nos artigos dos CBAS (década de 1990) são: **1A** - Análise da realidade social. **1B** - Apreensão das contradições de classe. **1C** - Relação com a totalidade social. **1D** - Concepção crítica da profissão (Serviço Social): significado social da profissão. **1E** - Bibliografia utilizada: teoria social, concepções críticas no Serviço Social. **2A** Compromisso com as demandas apresentadas pelos usuários. **2B** - compromisso com a qualificação dos serviços prestados pelo Serviço Social. **2C** - Posicionamento em favor do avanço no campo das políticas sociais: efetivação dos direitos sociais. **2D** - Utilização de estratégias democráticas. **2E** - Indicação de programas, ações, projetos de intervenção, estratégias profissionais, instrumentos utilizados na intervenção. **2F** - Indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais que indiquem a busca de avanços no âmbito dos direitos sociais.

ético-político, enquanto ideologia crítica no sentido lukacsiano, ganha densidade social e legitimação profissional ao longo dos anos 1990.

Quadro 4. Síntese dos achados década de 1990

Dimensão profissional	Indicador-chave	Incidência		
		VII CBAS 31 trabalhos	VIII CBAS 79 trabalhos	IX CBAS 42 trabalhos
Teórico-metodológica	Análise da realidade social	25 (80,6%)	72 (91,1%)	35 (83,3%)
	Contradição capital-trabalho explícita	13 (41,9%)	24 (30,3%)	29 (69,0%)
	Totalidade social tratada de forma consistente	13 (41,9%)	49 (62,0%)	32 (76,2%)
	Concepção crítica da profissão	17 (54,8%)	44 (55,6%)	28 (66,6%)
	Bibliografia crítica	21 (67,7%)	46 (58,6%)	25 (59,5%)
Ético-política	Necessidades dos usuários e trabalhadores no centro	13 (41,9%)	50 (63,2%)	30 (71,4%)
	Qualidade dos serviços vinculada as demandas dos usuários	29 (93,5%)	57 (72,1%)	33 (78,5%)
	Defesa de políticas universais	26 (83,8%)	38 (48,1%)	30 (71,4%)
Técnico-operativa	Estratégias democráticas relatadas	27 (87,1%)	54 (68,3%)	31 (73,8%)
	Programas, ações, projetos de intervenção, estratégias profissionais, instrumentos utilizados na intervenção	17 (54,8%)	43 (54,4%)	33 (78,5%)
	Indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais	16 (51,6%)	49 (62,0%)	39 (92,8%)

Fonte: Artigo “Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990”, Revista Temporalis (2015).

Na dimensão teórico-metodológica vale destacar que a análise da realidade social já nasce hegemonicamente presente no VII CBAS (80,6 %) e avança até 91,1 % no VIII, estabilizando-se em 83,3 % no IX. Entretanto, a maneira de acionar *categoria de classe* oscila: depois de recuar de 41,9 % (VII) para 30,3 % (VIII), a contradição capital-trabalho explode para 69 % no IX. Essa variação sugere, como hipótese interpretativa, um hiato de sistematização em meados dos anos 1990 e uma retomada, no fim da década, possivelmente associada às agendas de reforma do Estado e às mobilizações contra a precarização; essa relação deve ser testada a partir de um referencial mais amplo, contemplando de forma mais abrangente editoriais do período e documentos das entidades (CFESS/CRESS, ABEPSS). O movimento na totalidade social ganha densidade quando a classe volta a ter percentuais importantes, com um movimento de ascensão: 41,9 % → 62 % → 76,2 %. Já a concepção crítica de profissão e o uso de bibliografia crítica mantêm patamares relativamente constantes (entre 55 e 67 %), indicando que o referencial teórico inaugurado nos anos 1980 se universaliza, mesmo quando não se traduz

imediatamente em categorias marxistas explícitas. Como resultado temos uma década que começa com a preocupação de ter presente em suas análises o conteúdo da realidade social, passa por um breve recuo de conteúdo de classe e termina com um salto qualitativo que realinha objeto, totalidade e antagonismo capital-trabalho.

Nas dimensões ético-política e técnico-operativa, o campo dos preceitos/valores e do trabalho já abre com percentuais mais altos na década de 1990. O CBAS que inaugura o período verificado apresenta os indicadores *qualidade do serviço vinculada às demandas dos usuários* com 93,5 %, e *estratégias democráticas* 87,1 %. Essas variáveis não conseguem se manter nos mesmos patamares e recuam no VIII (72 % e 68 %), voltando a crescer no IX (entre 79 % e 74 %). Tal movimento sugere que a internalização do projeto ético-político recebe influxos conjunturais. Mais revelador é o desempenho dos indicadores de políticas universais e marcos legais de direitos. A defesa do direito universal despenca de 83,8 % (VII) para 48,1 % (VIII), período que coincide com o auge do ajuste fiscal e da contrarreforma da Seguridade Social, mas reaparece em 71,4 % no IX CBAS, confirmando certa resiliência do projeto ético-político. Paralelamente, a apropriação de dispositivos legais teve um avanço muito significativo: 51,6 % → 62,0 % → 92,8 %. À medida que a LOAS, SUS, ECA e Constituição ganham musculatura normativa, o discurso profissional incorpora-os como ferramenta de mediação obrigatória. Por fim, embora o protagonismo dos usuários cresça (41,9 % → 63,2 % → 71,4 %), a ausência, no instrumento aplicado aos anos 1990, da variável de “participação em movimentos sociais”, pode-se trabalhar com a hipótese de que tal protagonismo esteja aparecendo de forma dispersa, sugerindo que a dimensão participativa se institucionalize mais via de participação em conselhos, conferências e pela incorporação dos marcos legais do que pelo vínculo orgânico com lutas populares.

É possível inferir assim que na virada do milénio, o Serviço Social se afirma como matriz crítica e universalista. A classe volta a ser nomeada, a totalidade torna-se critério analítico e as estratégias democráticas passam de experiências de vanguarda a protocolo corrente amparado pela legislação social. A tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política, portanto, não só permanece articulada, como adquire espessura institucional, confirmando o projeto ético-político como forma ideológica crítica efetivamente difundida no corpo da profissão.

Quadro 5. Leitura cruzada: décadas 1980 e 1990

Dimensão profissional	Indicador-chave	Incidência	
		Década 1980 ¹⁰¹	Década 1990 ¹⁰²
Teórico-metodológica	Análise da realidade social	80,4	86,8
	Contradição capital-trabalho explícita	55,3	43,4
	Totalidade social tratada de forma consistente	42,9	61,8
	Concepção crítica da profissão	—	58,5
	Bibliografia crítica	64,3	60,5
Ético-política	Necessidades dos usuários e trabalhadores no centro	53,6	61,1
	Qualidade dos serviços vinculada as demandas dos usuários	57,1	78,2
	Defesa de políticas universais	41,1	61,8
Técnico-operativa	Estratégias democráticas relatadas	55,4	73,6
	Programas/projetos coerentes com o ethos crítico	53,6	61,1
	Vínculos com movimentos sociais	41,1	—
	Indicação da elaboração ou apropriação da legislação no âmbito das políticas sociais	—	68,4

Fonte: Livro *Serviço social e ação profissional crítica*, Editora UFJF (2019) e artigo “Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990”, Revista Temporalis (2015).

Da década de 1980 para 1990, três movimentos sobressaem. Primeiro, aprofunda-se a exigência de situar o objeto na totalidade social, quando o tratamento consistente dessa categoria salta de 42,9 % para 61,8 %, convertendo aquilo que era uma preocupação teórica em requisito analítico recorrente. Em segundo lugar, a agenda da universalidade ganha fôlego. A defesa explícita de políticas sociais como direitos cresce quase vinte pontos (de 41,1 a 61,8 %), revelando que a normativa constitucional de 1988 foi incorporada ao vocabulário da profissão como horizonte. Por fim, o modelo participativo se massifica. Estratégias democráticas avançam de 55,4 % para 73,6 % e, nos anos 1990, 68,4 % dos textos articulam o trabalho profissional aos novos marcos legais (LOAS, SUS, ECA). Assim, a práxis crítica, antes concentrada numa vanguarda, difunde-se largamente, sinalizando que o projeto ético-político se difunde como ideologia profissional hegemônica.

¹⁰¹ Incidências já dispostas no quadro 3.

¹⁰² O indicador relativo aos anos 1990 foi calculado pela média das incidências apresentadas no quadro 4. Com isso, tornou-se possível construir o resultado comparativo entre os decênios de 1980 e 1990.

Ao mesmo tempo, alguns elementos recuam ou oscilam. A contradição capital-trabalho, eixo de explicação que apareceu como central na produção da década de 1980 retrai de 55,3 % para 43,4 % nos anos 1990. Não tomamos esse declínio, de imediato, como refluxo da perspectiva de classe. Parece mais refletir um momento de meados da década, tanto que o IX CBAS (1999) devolve essa variável a 69,0 %. Essa leitura trata-se de uma hipótese e deve ser testada a partir de novos dados. De modo semelhante, a estabilidade da bibliografia crítica, com uma variação de 64,3 % nos anos 1980 para 60,5 % na década de 1990, pode sinalizar uma internalização do repertório crítico (parte dele deixa de ser nomeada e opera como pressuposto tácito). Em síntese, enquanto o núcleo analítico e ético-operativo se adensa e se legaliza, certos marcadores clássicos — sobretudo a nomeação explícita da luta de classes — oscilam em função das disputas de projeto que atravessam a década, mas reaparecem quando a conjuntura volta a exigir interpretação de fundo. O projeto ético-político afirma-se, portanto, como forma ideológica madura: capaz de se expandir institucionalmente sem perder, em momentos de inflexão, a referência às contradições fundamentais do modo de produção.

Em um amplo resumo, agora organizado a partir das dimensões profissionais, a comparação sistemática entre os dois decênios reforça a ideia de um movimento de consolidação importante do projeto ético-político. Na década de 1980 a preocupação central era instaurar uma ruptura, dar visibilidade à questão de classe, denunciar o assistencialismo e introduzir práticas democráticas embrionárias. Nos anos 1990, esses mesmos eixos já aparecem como patrimônio discursivo e normativo da profissão, ainda que com rearranjos internos. O avanço mais nítido ocorre, especificamente, na dimensão ético-política: o lugar do usuário-trabalhador ganha espessura, a qualificação dos serviços deixa de ser mero enunciado e torna-se objetivo instituído na categoria, e a defesa da universalidade dos direitos se afirma. Tais oscilações confirmam que o projeto ético-político passa a operar não só como horizonte crítico, mas também como instrumento de reivindicação legal.

Na dimensão técnico-operativa o movimento é semelhante. Estratégias democráticas e programas coerentes com o ethos crítico avançam consideravelmente, evidenciando que a participação popular se converte em protocolo cotidiano de intervenção. A nova variável “apropriação de marcos legais” mostra como a categoria incorporou a Constituição e as principais legislações das políticas sociais

como mediações obrigatórias, deslocando a militância para dentro dos próprios instrumentos sócio-jurídicos.

O quadro na dimensão teórico-metodológica é ambíguo. De um lado, a análise da realidade social torna-se quase universal e a categoria de totalidade social ganha vigor, sinalizando maior sofisticação analítica. De outro, a contradição capital-trabalho recua e a presença de bibliografia crítica cai levemente. Essa aparente tensão revela um processo de internalização da matriz marxista onde os conceitos centrais continuam subentendidos nas leituras, mas nem sempre são nomeados explicitamente.

Em síntese, o contraste entre os decênios indica que o Serviço Social brasileiro deixou de lutar apenas pela ruptura para entrar em uma fase de consolidação e refinamento. O projeto ético-político transforma-se num horizonte consolidado que fornece lentes analíticas, orienta valores e, sobretudo, prescreve procedimentos validados por marcos legais e instâncias participativas. Ainda assim, o recuo intermitente da nomeação explícita da luta de classes lembra que a hegemonia do projeto é disputada, dependendo de conjunturas econômicas, políticas e acadêmicas. A tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política permanece, portanto, articulada, mas sua ênfase se desloca: ora acentua o conflito estrutural capital-trabalho, ora privilegia a construção de canais democráticos e legais de participação. Essa alternância expressa justamente o movimento dialético que caracteriza uma ideologia crítica em sentido lukacsiano.

É nesse contexto de consolidação, mas também de tensões latentes, que se insere o estudo de caso apresentado a seguir.

3.3.3 Tensões contemporâneas: relato de caso (2010 a 2020)

Encerrada a comparação entre os anos 1980 e 1990 este subitem volta-se ao período 2010-2020. A referência será o artigo “A tendência à desprofissionalização no exercício profissional do(a) assistente social: competências e atribuições privativas em debate” (Simões, et al., 2021), produzido por integrantes do mesmo núcleo de pesquisa da Faculdade de Serviço Social/UFJF. O corpus, porém, mudou: agora incluem-se dados apurados nos relatórios de visitas de fiscalização rotineiras do

CRESS-MG/Seccional¹⁰³ Juiz de Fora e a experiência¹⁰⁴ cotidiana na assistência estudantil em um Instituto Federal. Assim, o eixo analítico agora é voltado à tensão entre a consolidação do projeto ético-político e o risco de diluição das competências e atribuições privativas num mercado de trabalho cada vez mais flexível e competitivo.

Nesse sentido, se o contraste entre as décadas de 1980 e 1990 evidenciou como o projeto ético-político deixou de ser bandeira de vanguarda para se tornar horizonte profissional hegemônico, o período posterior impõe nova pergunta: quais fissuras se abrem quando essa conquista simbólica se defronta com a reestruturação produtiva¹⁰⁵, a ofensiva neoliberal do Estado e a expansão desregulada da formação

¹⁰³ Os dados identificados e organizados a partir dos relatórios de visitas de fiscalização rotineira do CRESS-MG, apresentados no artigo, foram sistematizados pela agente fiscal da instituição à época, Nanci Lagioto Hespagnol Simões.

¹⁰⁴ Reafirmo que sou assistente social do IF Sudeste MG desde 2010, locus socio-ocupacional e objeto de estudo analisado. Essa inserção que já soma 15 anos de trabalho me situa como observadora e como sujeito que participa dos dilemas cotidianos postos naquele campo. Desse modo, a escolha do material combina o vínculo prolongado, a relevância teórico-prática do problema (desprofissionalização das atribuições) e a pertinência direta ao escopo da tese. O artigo ancora-se em documentos oficiais (relatórios SOFI/CRESS-MG 2018–2019; normativas como Lei 8.662/1993 e Decreto 7.234/2010), registros administrativos do IF e literatura da área, delimitando claramente descrição factual e interpretação analítica. O exame da desprofissionalização na assistência estudantil do IF Sudeste MG funciona como “prova de estresse” do marco teórico desta tese: ele materializa a tensão entre o pôr teleológico do trabalho profissional e a racionalidade formal-abstrata que reifica a prática; mostra o projeto ético-político operando como forma ideológica que orienta condutas, mas sob disputa; e explicita as mediações entre base e superestrutura (condições orçamentárias, vínculos, marcos legais). Ao reunir, num mesmo caso, trabalho, questão social e dimensão ideo-política, o estudo demonstra onde o projeto ético-político ganha densidade e onde se fragiliza, oferecendo evidências para avaliar seus pontos fortes e os mecanismos contemporâneos de corrosão (polivalência, cargos genéricos, delegação de competências), centrais à tese.

¹⁰⁵ Esta tese não se detém analiticamente à dinâmica macroeconômica da crise dos anos 1970 nem ao detalhamento da viragem neoliberal, pois tal aprofundamento extrapola seu objeto de pesquisa; ainda assim, pensar a profissão na contemporaneidade só pode ser inteligível se reconhecemos, mesmo que sumariamente, o quadro que a engendra. Nessa esteira, a reestruturação produtiva, com a estagnação das economias centrais após o choque do petróleo (1973) expôs a queda da taxa de lucro do regime fordista-keynesiano. Em resposta, grandes corporações passaram a flexibilizar processos – *just-in-time*, automação, terceirizações – e a deslocar fábricas para territórios de baixo custo, recompondo a rentabilidade via intensificação do trabalho e dispersão de cadeias produtivas (Harvey, 1992). Quase simultaneamente, consolida-se ascensão do neoliberalismo, a partir do final da década de 1970, quando os governos Thatcher (Reino Unido) e Reagan (EUA) convertem o receituário já esboçado por Hayek e Friedman em política de Estado: desregulação financeira, privatizações, metas fiscais rígidas e contenção de direitos trabalhistas. Nos anos 1990, tais diretrizes são difundidas pelo *Consenso de Washington* e internalizadas em reformas do Estado na maior parte do Sul global, Brasil incluído (Anderson, 1995; Netto, 1996). Essa lógica de mercado transplantada para a gestão pública combina redução de quadros, metas de desempenho

superior? Essas tensões derivam das novas requisições institucionais, do mercado que exige polivalência e da atual composição da categoria. É nessa chave que o texto se insere. Ao examinar os dados dos relatórios de visitas de fiscalização rotineiras da Seccional Juiz de Fora (CRESS-MG) e o trabalho cotidiano na Rede Federal de Educação, o artigo é um convite a se pensar como o projeto ético-político é convocado, tensionado e, por vezes, posto em xeque, diante das pressões contemporâneas de mercado e do Estado.

Entretanto, vale registrar que as estatísticas apresentadas a seguir não resultam de coleta inédita; elas reproduzem a consolidação feita no artigo analisado neste item da tese e apoiam-se em dois conjuntos documentais: os relatórios de visitas rotineiras do Serviço de Orientação e Fiscalização (SOFI) do CRESS 6ª Região – Seccional Juiz de Fora, relativos ao biênio 2018-2019; e a série histórica sistematizada por Raysa F. P. Corrêa em seu Trabalho de Conclusão de Curso, *“O desafio de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social frente à precarização da formação profissional: análise a partir das demandas do setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região - Seccional Juiz de Fora”* apresentado à Faculdade de Serviço Social/UFJF em 2013. Ambos os conjuntos documentais pertencem às respectivas instituições de origem, garantindo rastreabilidade e fidedignidade dos números.

No universo de 114 visitas de fiscalização rotineiras realizadas em 27 municípios da área de abrangência da Seccional Juiz de Fora, entre 2018 e 2019, sobressaem alguns achados centrais. O primeiro refere-se à distribuição dos campos de atuação que confirma a histórica concentração do Serviço Social nos pontos mais agudos da questão social: 34 % dos assistentes sociais trabalham na área da Assistência Social e 31 % na Saúde. Em contraste, as áreas da Educação e Sociojurídica somam, juntas, apenas 7 % (3,5 % cada). Esse desenho¹⁰⁶ indica que a

e terceirização de funções, pulverizando identidades ocupacionais e estimulando a polivalência “barata”. Nas profissões inscritas na divisão sociotécnica do trabalho, como o Serviço Social, isso se expressa em contratações precárias, sobreposição de tarefas alheias às competências definidas em lei, e pressões para delegar etapas especializadas a pessoal não habilitado, núcleo da tendência à desprofissionalização que será discutida mais à frente. Este breve enquadramento não substitui a vasta bibliografia dedicada ao tema, mas esclarece o pano de fundo histórico-estrutural que opera “por trás” das questões aqui discutidas.

¹⁰⁶ Esses percentuais refletem, em grande medida, o encolhimento das políticas sociais sob regimes de austeridade fiscal: à medida que orçamentos federais se comprimem e

profissão continua fortemente ancorada no trato das expressões¹⁰⁷ mais imediatas das desigualdades, ou seja, nos nós onde a exclusão se materializa como carência imediata e demanda urgente de proteção social.

A composição formativa desses trabalhadores ajuda a esclarecer algumas tensões observadas na prática. Quase 54 % se graduaram em universidades públicas presenciais, 38,6 %, em instituições privadas presenciais e 9,7 % em cursos a distância. A heterogeneidade dos percursos acadêmicos, somada ao fato de que 72,8 % possuem entre seis e quinze anos de formados, sugere um campo em que repertórios críticos sólidos convivem com formações mercantilizadas, produzindo leituras e respostas profissionais desiguais ante a mesma realidade social.

O cenário dos tipos de contratos de trabalho reforça essa ambiguidade. Quando comparados aos números de 2012, os vínculos estatutários dobram (de 28,8 % para 50 %), sinalizando ascensão do emprego público; ao mesmo tempo, 26,3 % ainda trabalham sob contratos temporários e 16,7 % em regime CLT. O mercado de trabalho, portanto, combina formalidade estatal com lógicas gerenciais próprias do setor privado, exigindo polivalência, metas e adaptabilidade. A lógica de Estado cooptado pelo capital reaparece de forma contundente na nomenclatura dos cargos: a designação “assistente social”, que em 2012 cobria 85 % das posições, cai para 61,4 %, enquanto denominações genéricas (analista, técnico administrativo, supervisor multiprofissional) sobem a 38,6 %. Certo apagamento simbólico da profissão deve ser considerado quando se constata que 31,6 % dos profissionais recebem requisições alheias às suas competências e atribuições privativas. Essas demandas assumem duas formas. A primeira envolve tarefas totalmente estranhas à habilitação técnica, como “escolta” de pacientes, emissão de cartão SUS, condução de veículos ou atendimento de balcão, um tipo de trabalho que dispensa conhecimento especializado. A segunda contempla atividades até previstas nos

responsabilidades são descentralizadas, cresce a demanda por ações emergenciais em nível local.

¹⁰⁷ É possível inferir que nessas frentes, as demandas brotam do trabalho precário (origem material), manifestam-se como questão social (carências, violências, violações) e só podem ser enfrentadas por meio de disputas de sentido e de direitos, isto é, no plano ideológico/ideo-político. Essa sobreposição de esferas confirma, na prática diária, a inseparabilidade da tríade ontológica: o profissional lê o conflito capital-trabalho, traduz em mediações junto aos usuários e mobiliza princípios críticos para tensionar as instituições, síntese viva de teoria, técnica e ética em cada caso atendido.

artigos 4º e 5º da Lei 8 662/1993, porém deslocadas do cargo efetivamente ocupado, como a elaboração de relatórios socioeconômicos solicitados por Conselhos Tutelares ou pelo Ministério Público. Na leitura dos próprios profissionais, tais desvios geralmente buscam suprir a carência de pessoal de outras áreas (especialmente no sistema de justiça), convertendo o Serviço Social como braço administrativo-fiscalizador e corroendo sua autonomia intelectual e identidade técnico-operativa.

O referencial normativo citado durante as visitas de fiscalização aprofunda a cisão entre horizonte crítico do projeto ético-político e a rotina institucional. Quase 69 % dos profissionais apontam a legislação das políticas sociais (SUS, SUAS, LOAS, ECA) como principais parâmetros de atuação, ao passo que apenas 23,6 % mencionaram a Lei 8.662/1993 – justamente o marco que define competências e atribuições privativas da categoria. Ou seja, a pauta universalista inscrita na Constituição de 1988, segue viva, mas o reconhecimento da identidade profissional mostra sinais de enfraquecimento. Soma-se a isso a fragilidade no planejamento do trabalho: 56,2 % declaram não possuir plano de trabalho próprio, índice que evidencia lacunas na apropriação dos fundamentos técnicos-operativos ou uma rotina tomada por demandas emergenciais. Em síntese, mesmo com o projeto ético-político já consolidado como ideologia crítica, persistem tensões entre a referência normativa de fundo e a prática cotidiana.

A partir da chave analítica lukacsiana, o pôr teleológico inscrito no projeto ético político, centrado na emancipação, na liberdade e na democracia, tensiona-se, cada vez mais, com a causalidade economicista da reestruturação produtiva. Nos dados, o momento ideal existe, mas oscila: ora emerge na defesa enfática de direitos sociais, ora si vê diante da polivalência imposta por cargos genéricos. A mesma legislação que garante espaços institucionais convive com pressões que empurram o assistente social para tarefas alienadas ou indistintas.

É sobre esse terreno contraditório que se ergue o estudo de caso da assistência estudantil no IF Sudeste MG. Os dados de fiscalização funcionam como pano de fundo: mostram onde a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política se adensa e onde se fragiliza; revelam as fissuras, como a perda de identidade de cargo, as requisições incompatíveis e a ausência de planejamento, que alimentam a desprofissionalização; e deixam no ar a pergunta que orientará o relato: *como o*

projeto ético-político resiste, ou cede, quando a causalidade neoliberal¹⁰⁸ redesenha o espaço institucional onde se pretende exercê-lo?

No IF Sudeste MG, o trabalho do assistente social acontece num terreno onde o Estado, simultaneamente empregador e gestor das políticas públicas, subordina-se à racionalidade neoliberal. Na rotina institucional lidamos com cortes orçamentários, metas gerenciais e a anunciada reforma administrativa que reconfiguram carreiras e reduzem equipes segundo critérios de “eficiência de gestão do Estado”. Embora uma robusta base legal¹⁰⁹ proclame educação e permanência como direitos, os recursos vivem uma série histórica de declínio, impondo processos de seleção socioeconômica que fazem do Serviço Social o gestor cotidiano dessa carência. A tríade ontológica aparece, então, em movimento: o trabalho, representado pelo estudante que busca qualificação técnica¹¹⁰ para ingressar ou melhorar sua inserção no mercado de

¹⁰⁸ A causalidade neoliberal é tomada aqui como a lógica em que o mercado aparece como variável-independente universal. Nesse sentido, o desemprego, a crise fiscal, ou a ineficiência na gestão orçamentária são atribuídas à presença excessiva do Estado. O problema sempre é tomado como resultado dos direitos sociais que oneram as finanças ou a regulações que distorcem preços e incentivos. A receita é invariavelmente a mesma: cortes de gastos, privatizações, desregulação trabalhista e focalização de políticas. Este quadro opera como dispositivo ideológico que naturaliza reformas orientadas à mercantilização de esferas públicas e transfere o problema da questão de classe ao indivíduo. No campo do Serviço Social, a força da causalidade neoliberal se manifesta quando vínculos precários, polivalência de cargos e focalização de benefícios são apresentados como exigência técnica, deslocando o sentido emancipatório da profissão, reconfigurada em mecanismo de gestão da escassez.

¹⁰⁹ No ordenamento jurídico brasileiro, o direito à educação não se limita ao ingresso, mas abrange a permanência e a conclusão dos estudos. A Constituição de 1988 já vincula esse dever estatal a programas suplementares de alimentação, transporte, material didático e saúde. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) reforça a exigência ao prever, entre as obrigações públicas, atendimentos por meio de apoios socioeconômicos. O Decreto 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), recentemente convertido em política de Estado pela Lei 14.914/2024, assegura moradia, alimentação, transporte, saúde e cultura como meios para evitar evasão e favorecer a conclusão de cursos. A Lei 12.711/2012 (conhecida como lei de cotas) determina que as instituições federais acionem estratégias de apoio para estudantes de baixa renda; o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) atrela metas de expansão a mecanismos de assistência estudantil; e normativos setoriais como o novo Fundeb (Lei 14.113/2020), o PNAE (Lei 11.947/2009) e o Bolsa Família (Lei 10.836/2004) completam a rede de proteção. Conjugados, esses dispositivos reafirmam que garantir permanência é requisito constitucional e legal, resguardando condições materiais mínimas para que os estudantes efetivem seu direito social à educação, horizonte que interpela diretamente a intervenção crítica do Serviço Social.

¹¹⁰ Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia oferecem formação técnica e tecnológica em diferentes níveis de ensino: ensino médio integrado à educação profissional, cursos técnicos concomitantes ou subsequentes ao ensino médio, graduação e pós-graduação.

trabalho; a questão social, materializada nas múltiplas formas de desigualdade que ameaçam sua permanência; e a ideologia, expressa nas pressões institucionais que tentam restringir a intervenção profissional a uma triagem administrativa.

A educação, nessa moldura, é histórica arena de choques ideológicos. Ali convivem projetos antagônicos. As perspectivas críticas enxergam o processo formativo como alavanca de emancipação social e as visões utilitaristas se colocam alinhadas às demandas do mercado. É nesse primeiro polo que se situam docentes e técnicos¹¹¹ administrativos em educação (assistentes sociais) comprometidos com práticas contra-hegemônicas que traduzem, em chave pedagógica, a defesa inegociável de direitos sociais e o combate às desigualdades que atravessam o cotidiano escolar.

Desde a inflexão crítica dos anos 1980, o Serviço Social consolidou uma imagem social vinculada à luta por direitos e ao acesso às políticas sociais. Esse capital simbólico, construído em batalhas concretas e na resposta cotidiana às múltiplas expressões da questão social, faz com que, nos Institutos Federais, o assistente social seja imediatamente associado ao polo da permanência estudantil, acionando a leitura crítica da totalidade, o compromisso ético-político com a equidade no acesso aos direitos e o domínio de instrumentos técnico-operativos adequados àquele espaço.

A escola, por sua vez, converte-se em laboratório privilegiado dessa ação profissional. Nela afloram demandas que exigem abordagens interdisciplinares – violência familiar, uso de substâncias psicoativas, conflitos disciplinares, bullying, dificuldade de aprendizagem, entre tantas outras – e que atravessam as trajetórias dos estudantes e de suas famílias. Atuar nesse território supõe articular mediações que vão do estudo socioeconômico à mobilização de redes de proteção, reafirmando a centralidade do Serviço Social na permanência e no sucesso escolar.

Na educação, a matéria do Serviço Social são os próprios estudantes e, a atuação profissional incide sobre o conjunto de condições materiais e simbólicas que permeiam o ambiente escolar, condições capazes de fortalecer a permanência ou precipitar a evasão. Em termos concretos, trata-se da “luta cotidiana pela permanência

¹¹¹ Nome genérico do cargo que, num concurso público, indica a especificidade da formação profissional.

na escola de parcela da classe trabalhadora, ou de seus filhos e filhas, que conseguiram acessar uma instituição federal de ensino” (Simões, et al., 2020, p. 12).

Nas universidades essa atuação já soma mais de três décadas e, nos Institutos Federais, só ganhou fôlego na segunda metade dos anos 2000, impulsionada pela criação da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia¹¹² (Lei 11.892/2008) e, logo depois, pela institucionalização¹¹³ do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), consolidado pelo Decreto 7.234/2010. Esse decreto garantiu rubrica orçamentária própria para alimentação, moradia, transporte, saúde e apoio pedagógico, e, como observam Simões, et al. (2021), fez com que gestores reconhecessem a especificidade do Serviço Social para planejar, organizar e conduzir os processos de análise socioeconômica. Assim, o Serviço Social consolidou-se como peça estratégica na organização e execução da assistência estudantil, convertendo o estudo socioeconômico em mediação entre a norma e o direito efetivo.

¹¹² Antes da Lei 11.892/2008, a rede federal de educação técnica era composta por Escolas Técnicas Federais (ETFs), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Escolas Agrotécnicas. A assistência a estudantes dependia de recursos genéricos do MEC ou convênios esporádicos, sem quadro multiprofissional definido. A criação da Rede Federal multiplicou campi e vagas, submetendo os novos institutos e entre 2009 e 2015 abriram-se concursos em escala inédita. O IF Sudeste MG é um nítido exemplo disso: a instituição conta com doze assistentes sociais no seu quadro permanente, todas admitidas a partir da segunda metade dos anos 2000. O Decreto 7.234/2010, por sua vez, ao destinar rubrica própria para alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico, consolidou a presença do Serviço Social como requisito estrutural para a gestão do PNAES, fechando a combinação de expansão da Rede e orçamento vinculado à assistência estudantil como motor da demanda profissional.

¹¹³ Imperatoni (2017) elabora um importante histórico da assistência estudantil no ensino superior brasileiro. Ela indica que se trata de um longo percurso normativo que acompanha – e tensiona – a própria história do direito à educação. Já na Constituição Imperial de 1824 falava em instrução pública, enquanto a Carta Republicana de 1891 suprimiu a obrigação da esfera do Estado. Nos anos 1930, sob Getúlio Vargas, a Reforma Francisco Campos (Decreto-Lei 19.851/1931) previu bolsas para “estudantes pobres”, dispositivo logo incorporado pela Constituição de 1934 (art. 157). A Constituição de 1946 ampliou o escopo ao exigir “serviços de assistência educacional” (art. 172) em todos os níveis de ensino, e a primeira LDB (Lei 4.024/1961) dedicou um título inteiro à “Assistência Social Escolar” (arts. 90-91), detalhando suporte médico, social e material. Durante a expansão universitária dos anos 1950-70, o Ministério da Educação instituiu o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) e programas como a “Bolsa-Trabalho” (Decreto 69.927/1972), que combinavam subsídio financeiro e experiência profissional. A LDB de 1971 reiterou a obrigatoriedade de serviços de assistência educacional (art. 62). Já na ordem democrática, o Decreto 7.234/2010 regulamentou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), unificando benefícios dispersos, fixando teto de renda para prioridade de atendimento e, principalmente, vinculando dotação orçamentária específica. Assim, a assistência estudantil deixa de ser ação pontual e passa a compor, de forma sistêmica, a política de permanência na educação federal.

A partir de 2011, os Institutos Federais passaram a receber efetivamente os recursos na dotação própria para assistência estudantil. Enquanto as despesas de alimentação, transporte e moradia pesam sobre os segmentos mais empobrecidos e frequentar a instituição, significa assumir mais uma despesa importante em orçamentos domésticos já pressionados e insuficientes; o PNAES fixa teto de renda para acessar o atendimento e repassa recursos aquém da demanda, deixando parcela dos estudantes sem cobertura.

Nessa complexidade, o assistente social é requisitado a hierarquizar demandas, aplicando instrumentos técnico-operativos¹¹⁴ (estudo socioeconômico, índices de classificação, parecer social) que lhe permitem conhecer, com objetividade, a realidade familiar dos estudantes demandantes e definir quem será atendido primeiro. Desse modo, o estudo socioeconômico converte-se no núcleo operacional dessa triagem, pois organiza

o instrumento Formulário e o Índice de Classificação Socioeconômica apurado através dele, são o espelho da realidade comparativa da condição de vida dos (as) estudantes demandantes, e assim se classifica dentre todos os (as) solicitantes aqueles que necessitam mais. Ou seja, no âmbito da classificação indica-se, através de um parecer social técnico não formalizado, qual estudante precisa ser atendido primeiro.

A classificação é o ato final do processo, mas em todas as etapas de construção da metodologia, até chegar ao derradeiro escalonamento em ordem de prioridade tratam-se de escolhas profissionais conscientes, orientadas à finalidade de apreender a realidade socioeconômica do (a) estudante, devidamente alicerçada na combinação de aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Sim, as três dimensões constitutivas do exercício profissional – aportes teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos – se expressam no desenho impresso na metodologia do estudo socioeconômico e o parecer social, mesmo que não formalizado, se consubstancia na definição daqueles (as) estudantes que mais precisam do atendimento. Não se trata aqui do mérito do deferimento do atendimento, mas de todo um trabalho orientado a um fim, fundamentado na visão de totalidade, e que demanda

¹¹⁴ Cabe ressaltar que num contexto institucional em que práticas clientelistas ainda persistem a formalização desse instrumental pode cumprir função contracorrente. Ao tornar explícitos os critérios e a hierarquia de prioridades, o Serviço Social introduz racionalidade e simetria no tratamento das demandas, subtraindo espaço para favorecimentos pessoais. Assim, o saber acumulado pela categoria na assistência social transfere-se para a assistência estudantil como componente técnico e ético à escassez de recursos e às assimetrias produzidas pela sociabilidade capitalista sob a hegemonia neoliberal.

acompanhamento antes, durante e depois de seu aceite (Simões, et al., 2021, p. 27).

Encerrado o processo de classificação abre-se nova etapa de procedimentos até o atendimento ser concretizado. Além disso, ao longo do percurso escolar, o estudante é acompanhado por equipes interdisciplinares, e o Serviço Social participa dessas intervenções trazendo o conhecimento acumulado sobre sua trajetória extraescolar – dificuldades econômicas, dinâmica familiar, condições de saúde, características do bairro onde vive – e suas repercussões no rendimento acadêmico. Nessa perspectiva, o estudo socioeconômico não serve apenas para viabilizar o acesso ao Programa de Assistência Estudantil; ele também municia o assistente social de informações que serão decisivas em outras frentes de demanda que emergem do cotidiano escolar.

O problema é que o volume de solicitações cresce mais rápido que a capacidade institucional. A cada novo edital, a análise socioeconômica ocupa parcela maior da jornada dos assistentes sociais, enquanto o orçamento estagna e os quadros profissionais não são ampliados. O resultado é sobrecarga: boa parte do tempo de trabalho fica absorvida pela apreciação de formulários, sem apoio administrativo suficiente para tarefas de registro, pagamento ou monitoramento. No IFSUDESTEMG, por exemplo, duas assistentes sociais chegam a realizar estudos socioeconômicos de mil requerimentos por seleção e ainda assumem toda a logística de gestão do programa, do lançamento de editais ao repasse dos atendimentos.

Neste contexto, surgem pressões para delegar¹¹⁵ o estudo socioeconômico a outros profissionais ou técnicos de nível médio, o que reacende o debate sobre

¹¹⁵ Essa é uma preocupação que vem ocupando as discussões do conjunto CFESS/CRESS desde os anos 2000 e, em 2020, o debate sobre o estudo socioeconômico ganhou nova sistematização na brochura **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. Nesse documento, Mioto sintetiza a natureza e a finalidade desse procedimento: “os estudos socioeconômicos/estudo social) podem ser definidos como o processo de conhecimento, análise e interpretação de uma determinada situação social. Sua finalidade imediata é a emissão de um parecer – formalizado ou não – sobre tal situação, do qual o sujeito demandante da ação/usuário depende para acessar benefícios, serviços e/ou resolver litígios. Essa finalidade é ampliada quando se incluem a obtenção e análise de dados sobre as condições econômicas, políticas, sociais e culturais da população atendida em programas ou serviços, a partir do conjunto dos estudos efetuados como procedimento necessário para subsidiar o planejamento e a gestão de serviços e programas, bem como a reformulação ou a formulação de políticas sociais (Mioto in CFESS, 2020, p. 51).

desprofissionalização e reafirma a importância das competências e atribuições privativas previstas em lei. Desse modo, a expansão da Rede Federal e do PNAES ofereceu terreno fértil para uma intervenção crítica do Serviço Social, mas também revelou contradições entre universalidade desejada e seletividade imposta, entre autonomia técnica e polivalência gerencial, entre garantia legal e orçamento limitado. A resposta passa por preservar o estudo socioeconômico como mediação de direitos e, sobretudo, por compreender que a permanência estudantil só se tornará plenamente emancipatória se for articulada a lutas sociais que transcendam os muros da escola.

A dinâmica da assistência estudantil expõe, dessa forma, os contornos por onde se avança a desprofissionalização. Sob o mando de lógicas gerenciais, enxugam quadros e valorizam a polivalência. Essa é a realidade de instituições públicas e privadas: sobrepor tarefas e direcioná-las aos profissionais disponíveis, esvaziando a especificidade do Serviço Social e pressionando o compartilhamento – ou mesmo a transferência – de competências asseguradas em lei.

No plano teórico-metodológico, a equipe de Serviço Social responde com um estudo socioeconômico ancorado na leitura de totalidade: variáveis de moradia, renda, trabalho familiar, saúde e território compõem um índice que hierarquiza a necessidade. Esse procedimento tecnifica a decisão e resiste ao clientelismo, mas consome grande parte da jornada, deixando pouco espaço para pesquisas mais abrangentes sobre evasão ou para a formulação de políticas de permanência de maior alcance, afora as demandas mais imediatas da rotina da escola que acabam sendo prejudicadas.

Na dimensão ético-política, o projeto da profissão permanece como bússola, garantindo que a seleção dos atendidos não seja mero filtro burocrático, mas ato de defesa do direito à educação. Porém, a lógica gerencial reabre fissuras de desprofissionalização com quadros de servidores enxutos, rotinas administrativas excessivas e o consequente esgotamento da equipe fazem surgir, como “alternativa”, a possibilidade de delegar o estudo socioeconômico a profissionais que não detêm essa competência. Cada concessão desse tipo esvazia o núcleo crítico da profissão e legitima a polivalência barata exaltada pelo mercado.

Por fim, no plano técnico-operativo, a metodologia de classificação socioeconômica, os pareceres (formais ou implícitos) e o acompanhamento contínuo

dos estudantes revelam a densidade do trabalho profissional. Mas a mesma rotina comprova o dilema central detectado nos dados do CRESS, qual seja: quando o Estado esvazia quadros e empurra funções administrativas, o Serviço Social corre o risco de perder nome, objeto e autonomia, situação emblemática da tendência à desprofissionalização que este estudo de caso evidencia.

Em síntese, o Capítulo 3 demonstrou que a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política não é um enfeixe conceitual, mas um mecanismo histórico real que estrutura a prática: nos anos 1980, ela irrompe como ruptura (centralidade do trabalho e nomeação da contradição de classe); nos 1990, converte-se em forma institucional (universalidade de direitos, estratégias democráticas e apropriação de marcos legais); e, entre 2010–2020, revela suas fissuras sob a reestruturação produtiva, quando a causalidade economicista e o gerencialismo tendem a produzir desprofissionalização (cargos genéricos, tarefas alheias, enfraquecimento do planejamento), tensionando a teleologia emancipatória da profissão. Essa trajetória, ainda que evidenciada por recortes de pesquisas, autoriza afirmar que o projeto ético-político opera como ideologia crítica hegemônica e disputada: ganha densidade onde as mediações técnico-operativas e legais se articulam à leitura de totalidade e se rarefaz quando a organização do trabalho corrói competências e atribuições privativas. Daí decorrem duas consequências: analítica, a necessidade de aperfeiçoar indicadores de “totalidade” e “ideologia” na produção recente; e prática, a urgência de condições institucionais (dimensionamento de equipes, planos de trabalho, protocolos do estudo socioeconômico e defesa das atribuições privativas) que reconduzam a intervenção à sua base ontológica — o pôr teleológico orientado por valores emancipatórios. É nesse ponto que o estudo de caso atua como prova de estresse da engrenagem ontológica diante das formas contemporâneas de reificação do trabalho profissional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar a esta etapa significa retomar os caminhos percorridos, identificar seus nexos e projetar as questões em aberto. O veio que atravessa todo o trabalho situa o Serviço Social como trabalho especializado, inscrito na divisão social e técnica e realizado sob o assalariamento, afirmando que sua ação profissional é atravessada pela ideologia, no sentido lukacsiano, como mediação ativa que organiza fins, estabiliza critérios e orienta escolhas. O objeto foi delimitado com rigor: analisa-se o projeto ético-político como forma ideológica crítica da profissão. Assim, o Serviço Social aparece como trabalho dirigido por uma orientação valorativa que disputa sentidos no cotidiano institucional. A ideologia ganha existência social quando se objetiva¹¹⁶ na práxis profissional¹¹⁷.

O ponto de partida é o trabalho, compreendido como pôr teleológico: atividade consciente que antecipa fins, escolhe meios, aciona cadeias causais e produz resultados objetivados. É o que encurta a distância entre necessidade e satisfação, entre pergunta e resposta, ao organizar mediações capazes de realizar o fim. O ser social é um complexo de complexos, e o trabalho, seu complexo fundante: ao articular causalidade e finalidade, inaugura objetivações — linguagem, instituições, valores, normas — que, relativamente autonomizadas, retroagem sobre o próprio fazer. A consciência medeia esse processo: apreende nexos, hierarquiza meios e põe a realização em marcha; confirmando-se no ato. A ideologia, por sua vez, é mediação histórico-social com função determinada: organizar fins, disputar sentidos, estabilizar critérios e instituir práticas. Como complexo do ideal, converte contradições objetivas em projetos coletivos e orienta a práxis.

¹¹⁶ Somente quando valores como liberdade, direitos e justiça se convertem em fins, critérios, procedimentos e decisões é que a ideologia adquire existência social, reordenando causalidades institucionais.

¹¹⁷ Ao longo do trabalho, por vezes, a ação profissional do assistente social aparece entendida enquanto práxis. Nas “considerações finais”, esse uso se repete. Isso porque considero que, em sentido Marx-lukacsiano, trabalho vira práxis quando deixa de ser mera execução e passa a ser ação teleológica consciente que, fundada em conhecimento da totalidade e mediada por normas, produz objetivações (efeitos sociais verificáveis) e retroage sobre o próprio processo.

Nosso exercício agora é aplicar essas categorias ao campo profissional¹¹⁸. O Serviço Social, como trabalho assalariado especializado, atua sobre refrações da questão social com um objeto mediado institucionalmente (necessidades e direitos); com meios que combinam instrumentos e condições de realização (tempo, equipe, sistemas, orçamento); e com força de trabalho qualificada que mobiliza competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, projetando fins e acionando cadeias institucionais.

No interior das instituições, a teleologia profissional opera por *pores* dirigidos à consciência de outros — pareceres sociais, estudos socioeconômicos, registros de atendimentos, pactuações com a gestão —, dando materialidade documental a fundamentos e critérios e estruturando expectativas e garantias. Diante de cada necessidade/demanda, o trabalho profissional relaciona o caso singular à totalidade¹¹⁹, mapeia possibilidades e entraves, gradua alternativas e decide qual curso causal acionar; decisão motivada e registrada que produz norma de fato, educa para direitos e cria memória institucional. A ação profissional deixa de ser rotina e converte-se em direção social operada no e pelo trabalho.

Assentadas essas bases — objeto, meios e força de trabalho, articulados a uma prática teleologicamente orientada e atravessada pela mediação ideológica —, cumpre explicitar a arquitetura que unifica ontologia e método e dá coesão à práxis. Trata-se de um arranjo que integra finalidade, conhecimento e norma, evitando dicotomias previsíveis entre técnica e ética ou entre teoria e procedimento. É nessa chave que destaco a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política, tomada ao longo dessa pesquisa como base histórico-ontológica da profissão. É ontológica por reunir momentos necessários do ser social: o trabalho como pôr teleológico criador; a questão social como expressão histórica das contradições objetivas da

¹¹⁸ Estas breves considerações nascem das experiências profissionais acumuladas no cotidiano institucional e sistematizam, à luz do projeto ético-político do Serviço Social, o potencial dos procedimentos enquanto teleologia objetivada com intencionalidade e horizonte.

¹¹⁹ Estabelece o movimento da análise do singular (da demanda concreta) para suas mediações particulares (normas da política, arranjos institucionais, território, marcadores de classe/raça/gênero) e universais (formas históricas da questão social). Trata-se de situar a demanda no nexo causal que o produz e, assim, delimitar possibilidades e prioridades. Ao longo do texto, uso como equivalentes: “elevar o caso à totalidade”, “inserir a necessidade singular na totalidade” e “reconduzir a demanda às suas determinações”. É nesse passo que o momento ideal (fundamentos e critérios) orienta a práxis e se converte em causa eficiente do trabalho profissional.

reprodução social fundada no trabalho; e a dimensão ideo-política, como elaboração ideal que orienta a práxis. É histórica porque, no Brasil, se determina como trabalho assalariado e especializado que intervém nas refrações da questão social em um capitalismo dependente, tendo nas instituições¹²⁰ – marcadas por correlações de forças e racionalidades gerenciais – seu locus privilegiado.

Na prática, a tríade atua como uma engrenagem viva. A deliberação conscientemente planejada dá forma ao propósito público e ordena meios. Destaca a necessidade do tempo do estudo, do planejamento e da fundamentação e, com isso, aciona os procedimentos institucionais necessários. O diagnóstico explicita fundamentos e critérios, organiza prioridades e cria barreiras à arbitrariedade. Nesse movimento, os valores do projeto ético-político deixam de ser enunciados e se concretizam como parâmetros de atuação — instituem procedimentos, exigem transparência de critérios, estabelecem instâncias de revisão e indicadores — reorientando decisões e fluxos¹²¹. A avaliação fecha o ciclo: as evidências realinham meios, reafirmam ou corrigem fins e atualizam a direção valorativa. Essa circulação entre finalidade, conhecimento e norma é o que previne as fraturas recorrentes: tecnicismo (técnica sem direção), moralismo abstrato (ética sem método) e teoria sem o solo institucional.

Se a tríade descreve o modo de funcionamento da práxis, ela requer direção consciente capaz de traduzir valores em parâmetros operacionais e manter coesão entre fins, meios e avaliação. Aí se insere o projeto ético-político. Trata-se de uma

¹²⁰ No capítulo 2, item 2.1, retomamos essa síntese histórica da chegada do Serviço Social no Brasil e as primeiras experiências.

¹²¹ Exemplo prático (ocorrido há mais de 15 anos). Ao ingressar na instituição, com uma colega, identificamos a exigência de contrapartida de trabalho dos estudantes atendidos na assistência estudantil. O diagnóstico mostrou que a medida expropriava duplamente àqueles estudantes: em razão da sua condição de classe que os tornavam legítimos na participação do programa e, de outro modo, por ter que “pagar”, por essa condição de classe, com parte do seu tempo de vida em trabalho na instituição. Tal situação contrariava a finalidade de permanência e atingia desproporcionalmente os estudantes pobres da escola. O problema identificado foi formalizado enquanto proposta técnica e negociado com a gestão, no sentido de revogar a contrapartida. A defesa da equipe é que não cabe aos atendidos pela assistência estudantil qualquer exigência que extrapole o âmbito daquelas obrigações exigidas ao universo dos estudantes na instituição. A gestão acolheu ambas as indicações e a instituição publicou o primeiro edital de seleção da assistência estudantil já no segundo semestre daquele mesmo ano. O efeito pedagógico foi imediato: critérios e motivos passaram a ser publicizados, reduziram-se práticas clientelistas e a permanência deixou de ser contrapartida para afirmar-se enquanto estratégia que minimiza a evasão.

condensação histórico-social da direção construída pela categoria, que dá forma pública à teleologia do trabalho e estabiliza, em linguagem normativa e procedimental, o que a engrenagem da tríade põe em movimento. Sua historicidade — das matrizes conservadoras à direção crítica hegemônica e disputada — condensa liberdade, direitos humanos, universalidade, justiça social, democracia substantiva, qualidade dos serviços, respeito à diversidade e pluralismo. Esses valores exigem meios, tempos e formas; daí a centralidade de sua codificação (Código de Ética/1993, Lei 8.662/1993, Diretrizes Curriculares/1996).

O potencial de efetividade desses marcos projeta-se em três funções articuladas. Normativa, que define direitos e deveres, atribuições privativas e competências e regulamenta o sigilo profissional. Pedagógica, ao explicitar fundamentos e critérios, nomeia determinações de classe, raça, gênero e território, e produz variáveis que traduzem linguagem técnica em direito compreensível. E organizativa, ao fortalecer a participação e o controle social, transformar aprendizados em regras de funcionamento e pautar orçamentos com base em qualidade social dos serviços. A aplicabilidade do projeto ético-político se mede pela capacidade de reordenar a dinâmica institucional: decisões motivadas e revisáveis; integridade do processo de trabalho contra pressões e atalhos; uso de indicadores substantivos (acesso, equidade), e não apenas métricas de volume e velocidade de atendimentos.

O Serviço Social atua no vaivém entre fins públicos e condições concretas de execução. Seu processo de trabalho articula, objeto, meios e força de trabalho; é nessa costura que a teleologia orientada à garantia de direitos ganha forma prática¹²². Três modulações marcam essa condição: temporalidade — o tempo necessário de estudo, planejamento e avaliação é comprimido pela lógica do trabalho abstrato; subordinação organizacional — hierarquia e controles tendem a capturar a finalidade pública, exigindo salvaguardas à autonomia técnico-profissional e à decisão orientada por direitos; polivalência e desprofissionalização — cargos genéricos e tarefas alheias às atribuições e competências profissionais dissolvem a especificidade e submetem o

¹²² A teleologia do projeto ético-político, enquanto orientação à emancipação humana, não se encerra na garantia de direitos. No plano institucional, essa direção aparece de modo mediado; são passos que ampliam proteção e limitam arbitrariedades, sem confundir meios com o fim histórico.

trabalho a rotinas burocráticas. Não é detalhe: é aí que se decidem, no cotidiano, os limites e as possibilidades da direção crítica.

Nesse mesmo registro, cada ato profissional — estudo, parecer, encaminhamento, articulação em rede — opera como pedagogia imanente¹²³, isto é, um efeito formativo do próprio processo de trabalho. Fundamentos e critérios são explicitados, e as decisões profissionais, sempre motivadas, tornam-se passíveis de revisão institucional à luz dos mesmos parâmetros, garantindo transparência, correção de eventuais erros e justiça procedimental¹²⁴. Para sustentar essa engrenagem, impõem-se devolutivas formais, procedimentos definidos, comunicação pública de fluxos e canais de recursos, registros fundamentados com indicadores, reuniões com gestão e rede, e formação continuada que articule ontologia do trabalho, totalidade concreta e instrumentais. Destarte, o mesmo arranjo que institui garantias é também o ponto em que surgem as pressões que as corroem.

A desprofissionalização e a polivalência diluem o objeto e corroem o tempo necessário de processamento do trabalho, convertendo o estudo em formulário e o parecer em mero visto formal. O gerencialismo hipertrofia o trabalho abstrato — sobrevaloriza o que é mensurável em tempo e volume — e comprime o espaço de análise e fundamentação. A falta de transparência nas decisões — ausência de critérios públicos, prazos e motivação das decisões — amplia a discricionariedade

¹²³ Mais detidamente, chamo de *pedagogia imanente* o efeito educativo que nasce do próprio fazer profissional. Quando explicitamos fundamentos, tornamos públicos os critérios e padronizamos rotinas, a instituição aprende a decidir por direitos — e não por favores. Em Lukács, isso se aproxima dos *pores teleológico secundário*, ações voltadas à consciência de outros (usuários, equipes, gestores), que criam expectativas e hábitos normativos. Materializa-se quando estudo socioeconômico, parecer e registros explicam motivos, documentam alternativas, estabelecem revisão e guardam precedentes, convertendo valores do projeto ético-político em regra de decisão e regra de decisão em garantia.

¹²⁴ Exemplo rápido para captar a complexidade desse componente pedagógico da profissão: um estudante teve seu atendimento negado por “falta de vaga”. Com critérios públicos e parecer fundamentado, o assistente social explicita a prioridade (composição familiar, renda, território), indica as normas aplicáveis e registra as alternativas consideradas (remanejamento de recursos/vagas ao programa, articulação em rede). O parecer é encaminhado à instância de revisão. A gestão, à luz dos mesmos critérios, decide manter ou reformar a negativa, explicitando os limites institucionais. Assim, metas operacionais não se sobrepõem ao direito sem que isso fique visível e contestável. O resultado da negativa ou do deferimento fica registrado na esfera competente e gera precedente para casos equivalentes (isonomia). Publicizar resultados e motivos é também um ato ideopolítico: posiciona a profissão frente aos usuários demandantes e à instituição, fortalecendo a justiça procedimental.

sem balizas. E a precarização (escassez de quadros e orçamento) inviabiliza fins públicos.

Frente a esse quadro, sustento uma resposta integrada, coerente com o fortalecimento da especialização do trabalho, recompondo o nexo entre nomenclatura, atribuições, método e meios, através de negociação qualificada com gestores e entidades da profissão. Politizar o processo de trabalho e garantir transparência procedimental tornam-se fundamentais para fazer frente à neutralização do potencial progressista do projeto e qualificar o fazer profissional. Proteger as condições de trabalho implica assegurar esse tempo lógico necessário (estudo, planejamento e avaliação), instituir procedimentos que preservem a integridade da ação profissional, envolver a gestão na provisão de suporte técnico-administrativo às equipes e vincular recursos a metas substantivas. Em síntese, trata-se de requalificar, no plano normativo¹²⁵, a importância da especialização; tornar a decisão inteligível e publicizada, no plano pedagógico; e disputar prioridades, no plano organizativo, com base em indicadores substantivos (acesso, equidade). Essas frentes tornam a ética verificável na prática, deslocam a correlação de forças a favor dos direitos e explicitam o posicionamento profissional nessa disputa.

Nesse horizonte, reafirma-se o núcleo desta tese: o Serviço Social é trabalho assalariado sob dupla determinação (concreto/abstrato) e atravessado por ideologia enquanto mediação operativa. O projeto ético-político condensa e dá forma a essa direção nos âmbitos normativos, pedagógicos e organizativos. Já a tríade trabalho, questão social e dimensão ideo-política articula causalidade e teleologia, conteúdo contraditório e direção, método e garantias.

Encerrando o percurso, o saldo que vislumbro é que o tratamento do projeto ético-político como ideologia crítica desloca-o do plano declaratório para a sua função social efetiva. Essa chave ilumina como a direção valorativa da profissão se objetiva no cotidiano — reprogramando causalidades institucionais e convertendo liberdade, direitos e justiça em critérios públicos, decisões motivadas e garantias. A ética deixa de operar como ornamento e passa a condicionar o modo de decidir; os

¹²⁵ Essa batalha em torno das métricas gerencias sob lógica do mercado e que invadem as instituições públicas é extremamente complexa. A gestão quer agilidade nos procedimentos, quer desvirtuar a lógica de um atendimento mais completo a àqueles que mais precisam com o atendimento mais precário a um universo maior.

procedimentos deixam de ser rotina e adquirem densidade política; a avaliação passa a perguntar se — e como — valores se transformam em regra de decisão e, desta, em proteção concreta.

Do ponto de vista dos fundamentos teórico-metodológicos, essa leitura recompõe a arquitetura que articula trabalho (pôr teleológico), questão social (conteúdo contraditório) e dimensão ideo-política (direção). Recoloca no centro as categorias de causalidade, teleologia, consciência e decisão alternativa, oferecendo gramática conceitual para orientar a intervenção e julgá-la. Torna explícita, mais uma vez, a dupla determinação do trabalho no capitalismo e, com isso, funda a exigência de tempo necessário como condição de qualidade e de direção pública. Requalifica os instrumentos técnico-operativos como matéria eficiente que busca efeitos institucionais e afasta tanto o tecnicismo sem teoria quanto o moralismo sem método.

Nas instituições, as implicações são diretas. O referencial consolidado fornece um roteiro. Oferece base conceitual e técnica para negociar condições de trabalho, ao mesmo tempo em que protege a especialização contra polivalência desprofissionalização por meio de procedimentos e memória institucional. Em suma: autonomia técnico-profissional deixa de ser adorno corporativo e aparece como condição de eficácia ideológica — sem meios e tempos, valores não se realizam.

Ao privilegiar como se decide — e não quem vence disputas intramuros —, este trabalho desloca o foco da tensão para um piso procedimental compartilhável: protege o tempo necessário para estudo e fundamentos, estabelece critérios públicos e hierarquizados, a decisão é motivada e revisável. Assim, a direção valorativa do projeto ético-político ganha base pelo método: a teleologia pública se objetiva em regras operacionais que reduzem arbitrariedade, tornam a ética verificável e estabilizam expectativas normativas no interior das instituições.

Esse deslocamento, contudo, tem alcance definido: procedimento é piso, não teto. Sem disputa por recursos, quadros e desenho de políticas, o protocolo pode ser cooptado pelo gerencialismo, convertendo justiça procedimental em fetichismo de métricas e esvaziando a finalidade pública. Do mesmo modo, transparência sem direção valorativa pode neutralizar conflitos substantivos. Por isso, o método politizado precisa ancorar-se no projeto ético-político e articular-se a controle social, participação dos usuários e incidência institucional: regras operacionais preservam sua potência crítica quando amarradas a fins de direito e avaliadas por seus efeitos.

Se algo aprendi ao longo desta pesquisa é que a direção crítica da profissão se decide menos no terreno das proclamações e mais no das causalidades que escolhemos acionar. Quando o projeto ético-político organiza fins, torna a decisão inteligível e cria expectativas normativas estáveis, a técnica deixa de ser mero procedimento e converte-se em via de acesso a direitos. É nessa costura — entre fundamento e operação, entre valor e regra, entre teleologia e meios — que o Serviço Social preserva sua potência.

Eu termino esta tese pensando que dificilmente esses achados emergiriam de um olhar distante do chão institucional. Foi no atrito miúdo entre pareceres e prazos, estudo socioeconômico e necessidade, na fila que não cabe no orçamento, na devolutiva que precisa ser escrita e assinada, que a tese deixou de ser hipótese e virou método: vi, por dentro, quando o projeto ético-político se converte (ou não) em critério operacional, quando a teleologia encontra meios, tempos e linguagem para instituir garantias. Esse ponto de vista situado — o da prática assalariada que decide, registra e responde — não está isento de riscos; ao contrário, exige vigilância reflexiva contra naturalizações e atalhos. Mas oferece algo mais difícil no sobrevoo acadêmico: o grão fino das causalidades institucionais, onde valores deixam de ser proclamações e passam a contar como regra de decisão, precedente e direito.

É dessa borda — onde teoria encosta no procedimento, o ideal pede orçamento e o método se mede em tempo necessário — que se confirmou o argumento central desta pesquisa. O que aqui se afirma não diz respeito apenas ao que o Serviço Social pensa de si, mas ao que consegue fazer quando a direção valorativa encontra forma de trabalho: fazer com que valores façam.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ABRAMIDES, M. B. C. **80 anos do Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 127, p. 456-475, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: 25 anos das diretrizes curriculares da ABEPSS**. Brasília: ABEPSS, 2021. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_202303021650422939500.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- BARROCO, M. L. S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.
- BATISTONI, M. R. **O movimento de reconceituação no Brasil: o projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)**. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 40, p. 136-150, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>. Acesso em: 30 maio 2024.
- BRASIL. **Lei nº 3.252, de 27 de agosto de 1957**. Regulamenta o exercício da profissão de Assistente Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 ago. 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3252-27-agosto-1957-354707-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 junho 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 9 abr. 2002, p. 33. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES152002.pdf>. Acesso em: 30 maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005**. Estrutura o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm. Acesso em: 30 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federalinicial/instituicoes>. Acesso em: 30 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm. Acesso em: 04 de dez. de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 de ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 de dez 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023.** Institui o Programa Bolsa Família [...]. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14601.htm. Acesso em: 19 dez. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 03 de julho de 2024.** Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 4 jul. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social; Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Brasília: CFESS, 2022. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão (v. 1).** Brasília: CFESS, 2012. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

- CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão (v. 2)**. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- COUTINHO, C. N. **Pluralismo: dimensões teóricas e políticas**. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 4, 1991. Disponível em: <https://abepss.org.br/ensino-em-servico-social-pluralismo-e-formacao-profissional-cadernos-abess-n-04-cortez-sao-paulo-1991/>. Acesso em: 13 fev. 2025.
- CORRÊA, Raysa F. R. **O desafio de efetivação do projeto ético-político do Serviço Social frente à precarização da formação profissional**: análise a partir das demandas do setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6a. Região - Seccional Juiz de Fora. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.
- DORIA, A. L. N. **Resgate histórico da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**: história de luta e organização política do movimento estudantil. Brasília: ENESSO, 2007. Disponível em: <https://enessooficial.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/04/histc3b3ria-do-mess.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* **A ação profissional crítica e sua elaboração teórico-operativa: um estudo exploratório**. [documento não publicado] Projeto de pesquisa. Juiz de Fora: PROPP/UFJF, 2020.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; FERREIRA, L. A.; MARTINS, E. A.; PEREIRA, J. A. C. **Referências e posicionamento crítico dos assistentes sociais nos anos 1990**. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 15, n. 29, p. 173-193, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7059>. Acesso em: 25 abril 2025.
- EIRAS, A. A. L. T. S. *et al.* **Serviço Social e ação profissional crítica [recurso eletrônico]**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2021/06/SERVI%C3%87O-SOCIAL-E-A%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-CR%C3%8DTICA.pdf>. Acesso em: 25 abril 2025.
- EIRAS, A. A. L. T. S.; MOLJO, C. B.; DURIGUETTO, M. L. (org.). **Perspectivas histórico-críticas no Serviço Social: América Latina, Europa e EUA**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2022. Disponível em: https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2022/03/PERSPECTIVAS-HISTORICO-CRITICAS_BA04.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.
- EIRAS, A. A. L. T. S. **Totalidade concreta, capitalismo e Serviço Social**. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 24, p. 187-211, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44257>. Acesso em: 30 maio 2024.
- FERNANDES, Florestan. **K. Marx, F. Engels: história**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- FORTES, R. V. **As novas vias da ontologia em György Lukács: as bases ontológicas do conhecimento**. Belo Horizonte: Novas Edições Acadêmicas, 2013.
- FORTES, R. V. **Trabalho e gênese do ser social na “Ontologia” de György Lukács**. Florianópolis: *Em Debate/UFSC*, 2016.
- GUERRA, Y. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 91, p. 5-33, 2007.

- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 1998.
- IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.
- IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.
- IAMAMOTO, M. V. **Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade**. In: CFESS (org.). *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília: CFESS, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. **Marxismo e Serviço Social: uma aproximação**. *Libertas*, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 204-226, 2018.
- IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 129, p. 285-303, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- LUKÁCS, G. **Arte e verdade objetiva**. 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lukacs/1954/mes/90.htm>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. Trad.: N. Schneider; I. Tonet; R. V. Fortes. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad.: N. Schneider; I. Tonet; R. V. Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARTINS, E. A.; FRIAÇA, E. L. S. **Texto – consulta ao Setor de Orientação e Fiscalização da Seccional Juiz de Fora do CRESS 6ª Região [documento interno]**. Juiz de Fora: IFSUDESTEMG, Campus Juiz de Fora, 2021.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas em três tomos*. Lisboa: Avante!, 1982. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- MARTINS, É. A. **A ofensiva neoconservadora no Serviço Social contemporâneo: recomposição de velhos dilemas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. (Os Pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, K. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/criticafilosofiadireito/index.htm>. Acesso em: 28 jul. 2024.

- MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro III.** São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã...** São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOLJO, C. B.; BORGES, M. E. S.; OLIVEIRA, A. L. A.; BRAVO, M. I. S. **Da organização política do Serviço Social: a virada crítica no contexto da autocracia burguesa.** *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 41-54, jan./abr. 2025. DOI: 10.12957/rep.2025.89040.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996a.
- NETTO, J. P. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996b.
- NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social rente à crise contemporânea.** Brasília: CEAD, 1999. (Módulo 1).
- NETTO, J. P. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** *Temporalis*, Brasília, ABEPSS, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.
- NETTO, J. P. **O movimento de reconceituação: 40 anos depois.** In: *Trabajo social latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización*. Buenos Aires: Espacio Editorial, p. 5-20, 2005.
- NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.
- NETTO, J. P. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro.** *Intervenção Social*, Lisboa, n. 42/43, 2015. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.
- NETTO, J. P. **Para uma nova história do Serviço Social no Brasil.** In: SILVA, M. L. O. (org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.
- SANTOS, L. L.; IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na América Latina (1970–1980).** *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 163-179, 2007. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/167/193%3E>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- SCHEFFER, G.; CLOSS, T.; ZACARIAS, I. **Reconceituação do Serviço Social e seminários latino-americanos: análise da participação da Escola de Porto Alegre.** *Libertas*, Juiz de Fora, v. 19, n. 1, 2019.
- SILVA, M. O. S. **Trinta anos da revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil.** *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 61, p. 11-62, 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/155/1/TRINTA%20ANOS%20D%20REVISTA%20SERVICO%20SOCIAL%20%26%20SOCIEDADE.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2023.

SILVA, M. L. O. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

SIMÕES, N. L. H.; EIRAS, A. A. L. T. S.; MARTINS, E. A. **A tendência à desprofissionalização no exercício profissional do(a) assistente social: competências e atribuições privativas em debate**. *Conexão Gerais*, Belo Horizonte: CRESS-MG, 2021. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2021/12/RCG--DEZ21.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2025.

TONET, I. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 1997. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Democracia_ou_Liberdade.pdf. Acesso em: 30 maio 2024.

VAISMAN, E. **A ideologia e sua determinação ontológica**. *Verinotio: revista on-line de educação e ciências humanas*, Rio das Ostras, n. 12, 2010. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>. Acesso em: 30 maio 2024.

VAISMAN, E. **Sobre “O ideal e a ideologia” em Para a ontologia do ser social de G. Lukács: novos comentários sobre o tema**. *Verinotio: revista on-line de educação e ciências humanas*, Rio das Ostras, v. 28, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/issue/view/36>. Acesso em: 30 maio 2024.

VAISMAN, E. **As relações entre indivíduo e gênero: reflexões sobre os Prolegômenos para uma ontologia do ser social de G. Lukács**. *Novos Rumos*, Marília, n. 48, 2007. DOI: 10.36311/0102-5864.22.v0n48.1298. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1298>. Acesso em: 13 ago. 2024.

YAZBEK, M. C. **O desafio da defesa das políticas públicas para o Serviço Social**. *Argumentum*, Vitória, v. 8, n. 1, p. 6-13, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12139/8781>. Acesso em: 30 maio 2024.

YAZBEK, M. C. **O processo de internacionalização do Serviço Social: desafios e direção política**. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 31-40, 2025. Disponível em: DOI: 10.12957/rep.2025.89039. Acesso em: 14 jun. 2024.